



O DESPORTO PARALÍMPICO BRASILEIRO, A EDUCAÇÃO FÍSICA E PROFISSÃO



AUTORES
CLÁUDIO SILVÉRIO DA SILVA
CIRO WINCKLER

O DESPORTO PARALÍMPICO BRASILEIRO,
A EDUCAÇÃO FÍSICA E PROFISSÃO

Conselho Regional de Educação Física da 4ª Região – CREF4/SP

Conselheiros

Ailton Mendes da Silva
Antonio Lourival Lourenço
Bruno Alessandro Alves Galati
Claudio Roberto de Castilho
Erica Beatriz Lemes Pimentel Verderi
Humberto Aparecido Panzetti
João Francisco Rodrigues de Godoy
Jose Medalha
Luiz Carlos Carnevali Junior
Luiz Carlos Delphino de Azevedo Junior
Marcelo Vasques Casati
Marcio Rogerio da Silva
Marco Antonio Olivatto
Margareth Anderãos
Maria Conceição Aparecida Conti
Mário Augusto Charro
Miguel de Arruda
Nelson Leme da Silva Junior
Paulo Rogerio de Oliveira Sabioni
Pedro Roberto Pereira de Souza
Rialdo Tavares
Rodrigo Nuno Peiró Correia
Saturno Aprigio de Souza
Tadeu Corrêa
Valquíria Aparecida de Lima
Vlademir Fernandes
Wagner Oliveira do Espirito Santo
Waldecir Paula Lima

Cláudio Silvério da Silva
Ciro Winckler

O DESPORTO PARALÍMPICO BRASILEIRO,
A EDUCAÇÃO FÍSICA E PROFISSÃO



2019

Comissão Especial da Coleção Literária 20 anos da Instalação do CREF4/SP

Responsáveis, junto a diretoria do CREF4/SP, pela avaliação, aprovação e revisão técnica dos livros

Prof. Dr. Alexandre Janotta Drigo (Presidente)

Prof. Ms. Érica Beatriz Lemes Pimentel Verderi

Prof. Dr. Miguel de Arruda

Editora

Malorgio Studio

Revisão

Joice Chaves

Coordenação editorial

Paolo Malorgio

Imagens de capa

Pixabay.com

Capa

Felipe Malorgio

Projeto gráfico e diagramação

Rodrigo Frazão

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Agência Brasileira do ISBN - Bibliotecária Priscila Pena Machado CRB-7/6971

S586 Silva, Cláudio Silvério da.

O desporto paralímpico brasileiro, a educação física e profissão / Cláudio Silvério da Silva e Ciro Winckler. — São Paulo : CREF4/SP, 2019.

112 p. ; 23 cm. — (Coleção Literária 20 anos da Instalação do CREF4/SP).

Inclui bibliografia.

ISBN 978-85-94418-31-9

1. Paralimpíadas. 2. Educação física para pessoas com deficiência. I. Winckler, Ciro. II. Título. III. Série.

CDD 796.0456

Copyright © 2019 CREF4/SP

Todos os direitos reservados.

Conselho Regional de Educação Física da 4ª Região - São Paulo

Rua Líbero Badaró, 377 - 3º Andar - Edifício Mercantil Finasa

Centro - São Paulo/SP - CEP 01009-000

Telefone: (11) 3292-1700

crefsp@crefsp.gov.br

www.crefsp.gov.br

Sumário

Apresentação	7
Introdução	9
Parte A	
Capítulo 1	
Desporto Paralímpico: do desporto adaptado ao alto rendimento	17
Capítulo 2	
Declínio do artesanato e profissão.....	29
Capítulo 3	
Profissão e Ciência	33
Capítulo 4	
Profissão Educação Física no Brasil.....	37
Capítulo 5	
Formação Profissional em Educação Física e Desporto Paralímpico	41
Parte B	
Capítulo 6	
A Natação Paralímpica.....	59
Capítulo 7	
O Atletismo Paralímpico	67
Capítulo 8	
Perfil dos treinadores medalhistas dos Jogos Paralímpicos Rio 2016: Forma�o profissional	85
Capítulo 9	
Perfil de treinadores nacionais de Atletismo e Nata�o dos Jogos Paralímpicos Rio 2016: perspectiva de inser�o profissional.....	93
Considera�es finais	107

Apresentação

Esta é a segunda coleção literária que o Conselho Regional de Educação Física da 4ª Região - CREF4/SP lança, dessa vez para comemorar os 20 anos da sua instalação. O fato histórico de referência é a Resolução 011 de 28 de outubro de 1999, publicada pelo CONFEF, que fixou em seis, o número dos primeiros CREFs e, entre eles, o CREF4/SP, com sede na cidade de São Paulo e jurisdição em nosso Estado.

Nesse momento, remeto-me à luta que antecedeu essa conquista, e que se iniciou com a “batalha” pela regulamentação de nossa profissão, marcada pela apresentação do Projeto de Lei nº 4.559/84, mas que somente foi efetivada pela Lei 9.696/98, passados 14 anos do movimento inicial no Congresso Nacional. Logo após essa vitória histórica, a próxima contenda foi a de atender aos requisitos estabelecidos pelas normas do CONFEF para a abertura de nosso Conselho, que à época exigia o registro de 2 mil profissionais. Com muito orgulho me lembro da participação de minha cidade natal - Rio Claro - neste contexto, por meio do trabalho iniciado pelo Prof. José Maria de Camargo Barros, do Departamento de Educação Física da UNESP. Vários professores e egressos dos Cursos se mobilizaram para inscreverem-se e buscarem novas inscrições em nossa cidade, tarefa na qual me incluí, tendo número de registro 000200-G/SP.

Atualmente o CREF4/SP é o maior Conselho Regional em número de registrados, com uma sede que, além de bem estruturada, está bastante acessível aos Profissionais que se direcionam para a capital, estando próximo às estações de metrô São Bento e Anhangabaú. Também conta com a Seccional de Campinas bem aparelhada e atuante em prol da defesa da sociedade e atendimento aos Profissionais de Educação Física. Tudo isso demonstra que esses 20 anos foram de muito trabalho e empenho para a consolidação de nossa profissão, e assim destaco a força de todos os Conselheiros do passado e do presente e dos valerosos empregados que ajudaram a construir esta realidade.

Por isso insistimos em comemorar, agora os 20 anos do CREF4-SP, oferecendo aos Profissionais de Educação Física, aos estudantes, às instituições de formação superior, bibliotecas e à sociedade uma nova Coleção Literária composta de 20 obras, uma para cada ano do aniversário. Buscamos permanecer “orientando o exercício profissional, agindo com excelência, justiça e ética”, uma das missões de nosso Conselho.

Enquanto Presidente do Conselho Regional de Educação Física da 4ª Região (CREF4/SP) apresento a *Coleção Literária em Comemoração aos 20 Anos da Instalação do CREF/SP*, composta por livros que procuraram acolher as necessidades do campo profissional, atendendo o quesito de diversificação de contextos e de autores, priorizando temas inéditos em relação ao que vem sendo produzido por este Conselho.

O faço na esperança de que os Profissionais de Educação Física leitores dessas obras demonstrem o mesmo empenho e amor pela profissão que seus próprios autores dedicaram, oferecendo seu tempo e cedendo os direitos autorais dessa edição, tanto em relação ao livro físico quanto à versão digital de forma voluntária. Com esse gesto entram em conformidade com os pioneiros do CREF4/SP que assim o fizeram, e de certa forma ainda fazem, afinal não é por acaso que nosso lema atual é: “Somos nós, fortalecendo a profissão!”

Parabéns para nós Profissionais de Educação Física do Estado de São Paulo.



Nelson Leme da Silva Junior
Presidente do CREF4/SP

Introdução

As alterações nos âmbitos: econômico, político e social, os avanços tecnológicos, as terceirizações e o desemprego, demonstram uma tendência de instabilidade, descontinuidade e horizontalidade no mundo do trabalho, aspectos que levam profissionais a gerenciarem suas carreiras com maior responsabilidade (BALASSIANO; VENTURA; FONTES FILHO, 2004).

Diante dessa perspectiva, não se pode descartar a necessidade de aprendizagem e atualização de conhecimentos, enquanto empreendimentos de uma formação profissional, condição eficaz para alcançar valorização, empregabilidade e permanência em um mercado de trabalho cada vez mais exigente, do qual, além de ser especializado, se espera qualidade e agilidade na prestação de serviços (VELADA, 2007; NASCIMENTO, 2002).

Neste sentido, quando abordamos sobre formação profissional, de maneira ampla, notamos uma evolução devido ao dinamismo dos elementos que a constituem, fundamentalmente, as instituições formadoras, os conteúdos que compõe, a aprendizagem profissional e os clientes a serem atendidos (NASCIMENTO, 2006).

Fazendo um recorte em relação à formação profissional em educação superior¹, Freidson (1996) destaca, com o desenvolvimento na sociedade industrializada (impulsionado pelo desenvolvimento científico), houve um significativo aumento de ocupações em posições de prestígio, seja no serviço público ou privado, sendo que, esse tipo de formação tornou-se uma exigência aos candidatos.

¹ No Brasil, a educação superior é uma modalidade de ensino que é ministrada em instituições de ensino superior, públicas ou privadas, com diferentes domínios e especializações, sendo seus ingressantes quem concluiu ensino médio ou equivalente e tenham sido aprovados em processo seletivo (CAVALCANTE, 2000, p.15).

Dentro deste contexto, as etapas em uma formação profissional em educação superior são distinguidas em: formação inicial, destinada à graduação de jovens e adultos, e a pós-graduação, cujo objetivo é o aperfeiçoamento e especialização (NASCIMENTO, 2002; 2006).

No entanto, além de uma formação profissional nos moldes de uma instituição de Ensino Superior, a aquisição de conhecimentos é um processo contínuo ao longo da vida, o qual pode ser realizado, por exemplo, em Universidades, como formação continuada, ou por meio de capacitações no próprio ambiente de trabalho, o qual segundo Freschi, et. al. (2006) além do desenvolvimento das organizações, promovem o desenvolvimento de pessoas em suas potencialidades.

Neste cenário, se insere a Educação Física (EF), área de atuação profissional, a qual a partir da Resolução CFE/03/87 (BRASIL, 1987), propôs a graduação/bacharelado, enquanto inovação, tendo em vista a necessidade de intervenção em setores não escolares, objetivando legitimar a área como as profissões modernas, ao compor-se de uma base de conhecimentos teóricos e com fundamentos científicos. Além do âmbito acadêmico, a EF alcançou status de profissão regulamentada pela Lei nº 9696 no ano de 1998 (BRASIL, 1998) com a criação do sistema: Conselho Federal de Educação Física/CONFED e Conselho Regional de Educação Física/CREF (NASCIMENTO, 2002; SOUZA NETO, et. al., 2006).

Dessa forma, com ampliação do mercado de trabalho para a EF, destacamos o desporto de alto rendimento como campo de trabalho atrativo para se construir carreira, embora consideremos ser bastante seletivo para oferecer vagas. No entanto, é um segmento no qual a ciência se faz cada vez mais presente, o que nos remete à um momento oportuno para se fazer um recorte acerca do desporto paralímpico, âmbito desportivo que têm se constituído como um dos que mais se desenvolveu no Brasil. Em síntese, o desporto paralímpico restringe sua prática às pessoas com deficiência (PCD): física; visual e intelectual, e tem no Comitê Paralímpico Internacional – *International Committee Paralympic* (IPC), o seu órgão máximo em nível internacional, e o Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB) em nível nacional.

Nesse sentido, a relação entre desporto paralímpico e a EF brasileira, teve seu início marcado por meio de iniciativas de grupos de PCD e de simpatizantes ao desporto para PCD. Que de maneira ampla é denominado como, o desporto adaptado, o qual significa adaptação de uma modalidade desportiva previamente conhecida, caracterizada por suprir as necessidades das PCD, seja em ambientes segregados ou não, promovendo a inclusão (ARAÚJO, 1998; WINNICK, 2004), diferentemente do desporto paralímpico, um contexto restrito à vinte e duas modalidades de verão e seis de inverno, cujo acesso depende de uma classificação médica e funcional, para desportistas que estejam elegíveis de acordo com essa classificação (COSTA e WINCKLER, 2012).

Nessa perspectiva, no final da década de 1980, o desporto adaptado e a Educação Física Adaptada (EFA), foram sugeridos como disciplinas nos currículos dos cursos de graduação em EF no Brasil a partir da promulgação da Resolução 03/87 com a nomenclatura: Educação Física e Esporte Especial para PCD (BRASIL, 1987). Ou seja, as alterações curriculares no campo da EF desde o final da década de 1980, contribuíram para que houvesse uma flexibilidade curricular às Instituições de Ensino Superior (IES), fomentado por movimentos políticos de profissionais da área e das próprias PCD.

Não obstante, anterior a essa proposta, no início da década de 1980, algumas Universidades brasileiras já desenvolviam em seus programas curriculares, disciplinas que envolviam a EFA e o desporto adaptado, dentre elas, a Universidade de São Paulo (USP), a Universidade de Minas Gerais (UFMG), a Universidade Federal de Uberlândia (UFU) e as Faculdades Integradas Castelo Branco (MAUERBERG-DECASTRO, 2005).

Desta forma, entendemos que, o desporto adaptado, embora estivesse restrito em sua fase inicial à prática desportiva por PCD em instituições de atendimento especializado e ainda com conhecimentos ainda a serem desenvolvidos (COSTA e WINCKLER, 2012), sem dúvida, contribuiu para que o desporto paralímpico de alto rendimento, tenha se constituído na atualidade, como uma das áreas de desenvolvimento de carreira para profissionais de EF.

Sendo assim, o desporto paralímpico em sua estrutura foi se delineando paralelamente à EF, porém, com ações isoladas em Instituições de Ensino Superior (IES), como por exemplo, as supracitadas, porém a demarcação de território do desporto paralímpico se efetivou após a fundação do CPB em 1995, e mais de uma década depois, em 2010, com a criação da Academia Paralímpica Brasileira (APB), órgão do vinculado ao próprio CPB, o qual estabeleceu entre suas metas, o desenvolvimento profissional e perspectivas de carreira no desporto paralímpico, por meio de capacitações para profissionais de EF, por exemplo, como treinadores desportivos.

No cenário internacional, o IPC, pela Academia do Comitê Paralímpico Internacional, em parceria com a Academia Mundial do Esporte (*World Academy of Sport – WAoS*) também desenvolve programas de aprendizagem para treinadores, além de atletas, participantes de eventos, gerentes, administradores e oficiais (IPC, 2019).

Diante do que até o momento foi apresentado, entendemos a importância da inserção de profissionais de EF no desporto paralímpico de alto rendimento. Além do amparo legal pela Lei 9696/98 (BRASIL, 1998), em face do desenvolvimento da formação profissional da própria EF, e do desporto paralímpico, cuja visibilidade e prestígio, proporcionaram uma mudança de paradigma: do

enfoque na deficiência, para a ênfase no potencial esportivo (UNESCO, 2013), refletindo, no caso do desporto paralímpico nacional, em um crescimento que alçou a excelência no âmbito competitivo, pois é considerado como um dos dez primeiros no ranking internacional.

A partir dessa perspectiva de engajamento de profissionais de EF no desporto paralímpico brasileiro, com destaque aos treinadores das modalidades paralímpicas brasileiras: atletismo e natação, reconhecidamente desportos carros-chefes do programa paralímpico brasileiro, tendo em vista o número de medalhas conquistadas nessas modalidades comparado às demais. Ambas as modalidades conquistaram o maior número de medalhas nas participações brasileiras em Jogos Paralímpicos (JP), por isso organizamos esse livro em duas partes.

Na parte A, contextualizamos o desporto paralímpico e suas configurações, enquanto componente do desporto moderno; conceito de profissão na perspectiva anglo-saxã frente à EF, estruturados nos capítulos de 1 a 4, sendo o capítulo 1: Desporto Paralímpico: do desporto adaptado ao alto rendimento, em que enfocamos as origens históricas do desporto paralímpico no Brasil e no mundo, a legislação e as características do desporto paralímpico no Brasil.

No capítulo 2. Declínio do Artesanato e Profissão, conceituamos profissão a partir da literatura internacional, compreendendo-a como conceito moderno advindo do declínio do modo de produção artesanal.

No capítulo 3. Profissão e Ciência, destacamos a importância social da profissão e as relações com o conhecimento científico enquanto elemento que a legitima.

No capítulo 4. Profissão Educação Física no Brasil, traçamos um itinerário da EF brasileira a partir de sua inserção no Ensino Superior e legitimidade enquanto profissão regulamentada e interfaces em relação ao conceito de profissão.

No capítulo 5. Formação Profissional em Educação Física e Desporto Paralímpico, ressaltamos a formação inicial em Educação Física como primeira etapa na construção da carreira para atuação futura como treinador paralímpico. A capacitação profissional enquanto processo de continuidade e aperfeiçoamento. A carreira do treinador paralímpico e seu desenvolvimento diante das limitações da formação inicial e do emergente mercado de trabalho relacionado ao desporto paralímpico e por fim as demandas necessárias advindas da formação inicial para a intervenção profissional do treinador paralímpico.

Na parte B, nos capítulos 6 e 7, abordaremos as modalidades paralímpicas: natação e atletismo em suas especificidades, demandas necessárias à formação e atuação do profissional de EF no desporto paralímpico. Por fim, nos capítulos 8 e 9 apresentamos um perfil dos treinadores paralímpicos brasileiros dessas modalidades, participantes dos últimos jogos paralímpicos no Brasil.

Referências

- ARAÚJO, P. F. **Desporto adaptado no Brasil: origem, institucionalização e atualidade.** Brasília: Ministério da Educação e do Desporto/INDESP, 1998.
- BALASSIANO, M.; VENTURA, E. C. F.; FONTES FILHO, J. R. Carreiras e cidades: existiria um melhor lugar para se fazer carreira? **Revista de Administração Contemporânea**, Rio de Janeiro, v.8, n. 3, p. 99-116, jul/set 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rac/v8n3/v8n3a06.pdf>> Acesso em: 16 jan. 2017.
- BRASIL, Conselho Federal de Educação. Resolução nº 03 de 16 de junho de 1987. Disponível em: <http://crefrs.org.br/legislacao/pdf/resol_cfe_3_1987.pdf> Acesso em: 17 jun. 2018.
- _____, **Lei nº 9696 de 1 de setembro de 1998.** Dispõe sobre a regulamentação da Profissão de Educação Física e cria os respectivos Conselho Federal e Conselhos Regionais de Educação Física. **Disponível em:** <http://www.confed.org.br/extra/juris/mostra_lei.asp?ID=46> **Acesso em 14 nov. 2016.**
- CAVALCANTE, J. F. **Educação superior: conceitos, definições e classificações.** Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, 2000. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me000095.pdf>> Acesso em: 17 jun. 2018.
- COSTA, A. M.; WINCKLER, C. A Educação Física e o esporte paralímpico. In: MELLO, M. T.; OLIVEIRA FILHO, C. W. (Editores). **Esporte Paralímpico.** São Paulo: Atheneu, 2012.
- FREIDSON, E. Para uma análise comparada das profissões: A institucionalização do discurso e do conhecimento formais. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 11, n. 31, p. 143-54, 1996.
- FRESCHI, C. P.; SANTOS, B. R.; ANFE, M. A. A.; GOULART JUNIOR, E. FERNANDES, J. M. In: SIMPOSIO DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO. 13., 2006, Bauru/SP. **Anais...** Bauru: UNESP, 2006. p. 1 -11. Disponível em: <http://www.simpep.feb.unesp.br/anais_simpep_aux.php?e=13> Acesso em 15 jun. 2018.
- INTERNATIONAL PARALYMPIC COMMITTEE. *IPC Academy educator programme.* Disponível em: <<https://www.ipc-academy.org/?view=ftf&academy=1&programme=43>> Acesso em 13 abr. 2019.
- MAUERBERG-DECASTRO, E. **Atividade física adaptada.** Ribeirão Preto/SP: Tecmedd, 2005.
- NASCIMENTO, J. V. Profissionalização da área da Educação Física. In: NASCIMENTO, J. V. **Formação profissional em Educação Física: contextos de desenvolvimento curricular.** Montes Claros/MG: Editora Unimontes, 2002, p. 19-43.
- NASCIMENTO, J. V. Formação do profissional de Educação Física e as novas diretrizes curriculares: reflexões sobre a reestruturação curricular. In: SOUZA NETO, S; HUNGER, D. (Orgs). **Formação profissional em Educação Física: estudos e pesquisas.** Rio Claro: Biblioética, 2006, p. 59 – 75.
- SOUZA NETO, S.; CESANA, J.; SILVA, J. J. Profissão, profissionalização e profissionalidade docente: as mediações entre teoria e a prática na demarcação ocupacional. In: SOUZA NETO, S; HUNGER, D. **Formação profissional em Educação Física: estudos e pesquisas.** (Orgs). Rio Claro: Biblioética, 2006, p. 215-244.

UNESCO. Declaração de Berlim. In: *International Conference of Ministers and Senior Officials Responsible for Physical Education and Sport*, 5. p. 1–20, 2013. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0022/002211/221114s.pdf>>. Acesso em 15 jun. 2018.

VELADA, A. R. R. **Avaliação da eficácia da formação profissional: factores que afectam a transferência da formação para o local de trabalho.** 2007. 192f. Tese (Doutorado) – Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa. Departamento de Psicologia Social e das Organizações. Lisboa/ Portugal, 2007.

WINNICK, J. P. **Educação Física e esportes adaptados.** Barueri/SP: Editora Manole, 2004.

PARTE A

Capítulo 1

Desporto Paralímpico: do desporto adaptado ao alto rendimento

Desporto paralímpico e suas origens

Enquanto manifestação social, o desporto paralímpico é considerado uma das diversas vertentes desportivas, dentre elas destacamos os desportos adaptados, cuja definição se pauta nas modificações ou criações de novas modalidades desportivas com o intuito de atender as necessidades de seus praticantes, sendo ou não pessoas com deficiência (PCD), em ambientes integrados (MARQUES et. al., 2009; PACIOREK, 2004; WINNICK, 2004).

Dessa forma, os desportos adaptados remontam aos períodos entre as duas primeiras grandes guerras, com a reabilitação de combatentes lesionados, a partir do ano de 1918 na Alemanha com o médico Karl Gebhardt, partidário da ideologia nazista, que implementa programas para veteranos de guerras alemães, e em 1944, com o médico Ludwig Guttmann introduz o desporto como componente de tratamento para veteranos de guerra com deficiência física e na Inglaterra em Aylesbury, no ano de 1944 no hospital de Stoke Mandeville para lesados medulares. (MARQUES et. al., 2009; DEPAUW e GAVRON, 2005; GORGATTI e GORGATTI, 2008; COSTA; WINCKLER, 2012).

Anteriormente, nos Estados Unidos da América, no início da década de 1870, em escolas especiais para alunos surdos, já se praticava o beisebol e, em 1885 o futebol americano. Foi também nesse país que, após a Segunda Guerra Mundial, surgiram iniciativas de torneios de basquetebol em cadeira de rodas com ex-combatentes (ARAUJO, 1998; MAUERBERG-DECASTRO, 2005).

Desta forma, os desportos paralímpicos foram desenvolvidos por seu vínculo com a reabilitação terapêutica, visto que era possível prevenir os efeitos secundários das deficiências, dentre eles, as atrofias musculares ou distúrbios de ordem ortopédica; oferecendo oportunidades de reinserção

social e permitindo a experiência de empoderamento na aquisição de excelência em desempenho desportivo (MAUERBERG-DECASTRO; CAMPBELL e TAVARES, 2016).

Em relação aos termos: paraolímpico e/ou paralímpico, esses trazem subjacente uma perspectiva de identidade, a qual foi se constituindo na trajetória do movimento paralímpico. Segundo Costa e Sousa (2004) no ano de 1964 o termo paraolímpico foi utilizado nos JP de Tóquio, significando a fusão dos termos: paraplegia e olímpico. Posteriormente, segundo Gold e Gold (2007) o significado de paraolímpico passou a designar os JP como evento paralelo aos Jogos Olímpicos, ao se separar o prefixo grego: “para”, que quer dizer: ao lado, do sufixo: “olímpico”. Entretanto, o termo no Brasil, no ano de 2011, foi alterado para paralímpico, com a justificativa de padronização, haja visto que nas línguas inglesa e espanhola o “o” foi retirado, ficando somente o prefixo: “para” (PARSONS e WINCKLER, 2012). Porém, com o intuito de facilitar a leitura utilizaremos nesse livro o termo: paralímpico, tendo em vista seu dimensionamento internacional.

Todavia, antes de se tornarem JP, o evento era denominado: Jogos de Stoke Mandeville, sendo a sua primeira realização em 29 de julho de 1948, data de abertura dos Jogos Olímpicos de Londres, com competições para atletas em cadeira de rodas, devido ao empenho do médico Ludwig Guttmann, envolvendo militares e mulheres que participaram da modalidade arco e flecha. Em 1952, ex-militares holandeses aderiram ao Movimento e aos Jogos Internacionais Stoke Mandeville, e fundaram a Federação Internacional dos Jogos de Stoke Mandeville – *International Stoke Mandeville Games Federation* (ISMGF) (IPC, 2018a).

No ano de 1960 foi criado um Grupo Internacional de Trabalho em Desporto para PCD com o objetivo de estudar os problemas do desporto para essa população, resultando em 1964, na criação da Organização Internacional do Esporte para Deficientes – *International Organizations of Sports for the Disable* (IOSDs) oferecendo oportunidades para atletas com deficiência que não podiam afiliar-se aos Jogos Internacionais de Stoke Mandeville: deficientes visuais, amputados, pessoas com paralisia cerebral e paraplégicos (IPC, 2018a).

Segundo Scheid e Rocha (2012), com 16 países afiliados em seu início, o IOSDs empenhou-se em incluir atletas cegos e amputados nos JP no Canadá, na cidade de Toronto no ano de 1976, bem como atletas com paralisia cerebral em 1980 em Arnhem. Atualmente quatro organizações internacionais de desportos paralímpicos são membros do IPC, sendo essas:

1. Associação Internacional de Esporte e recreação para Paralisados Cerebrais – *Cerebral Palsy International Sport and Recreation Association* – (CPISRA).
2. Federação Internacional de Esportes para Cegos – *International Blind Sports Federation* (IBSA).
3. Federação Internacional de Esportes para Atletas com Deficiência Intelectual *International Sports Federation for Athletes with Intellectual Impairments* (INAS).
4. Federação Internacional de Esportes para Cadeirantes e Amputados – *International Wheelchair and Amputee Sports Federation* (IWAS).

No dia 22 de setembro de 1989, foi fundado o Comitê Paralímpico Internacional – *International Paralympic Committee* (IPC), órgão máximo do desporto paralímpico, cuja responsabilidade é a de organização dos JP de verão e inverno logo após os Jogos Olímpicos (SCHEID e ROCHA, 2012).

No ano de 1960 em Roma, foram realizados os primeiros JP no mesmo local dos Jogos Olímpicos, apenas com atletas em cadeira de rodas. No entanto, as condições de acessibilidade eram ainda inadequadas. Porém, com o desenvolvimento do evento, ficou estabelecido que, um dos objetivos seria o de tornar o ambiente físico acessível à toda população com deficiência (WINNICK, 2004; HOWE, 2008; BAILEY, 2008). As duas primeiras edições dos JP ocorreram na mesma cidade olímpica, apenas em Seul, 1988 ocorre o retorno dos jogos à mesma cidade sede dos Jogos Olímpicos, com a utilização dos mesmos locais após vinte e quatro anos (BRITAIN, 2016).

Desporto Paralímpico no Brasil

O desporto paralímpico no Brasil surgiu do empenho de duas pessoas com deficiência, que buscaram tratamento e reabilitação de lesão medular nos Estados Unidos, sendo eles: Robson Sampaio de Almeida que fundou o clube do otimismo no Rio de Janeiro no ano de 1958 e, Sérgio Seraphin Del Grande, que no mesmo ano em São Paulo funda o Clube dos Paraplégicos (PARSONS; WINCKLER, 2012).

Após os Jogos Parapanamericanos de 1975 no México, foi criada a Associação Nacional de Desporto para Deficientes (ANDE) pelos próprios componentes da seleção brasileira com o objetivo de organizar o desporto paralímpico no país (MAUERBERG-DECASTRO, 2005).

No ano de 1981, o Ano Internacional das Pessoas Deficientes, a Secretaria de Educação Física e dos Desportos (SEED) e o Centro Nacional de Educação Especial (CENESP) se vinculam ao Ministério da Educação e Cultura (MEC), e entre 1984 e 1985, montam um projeto integrado para estudos sobre as possibilidades de as pessoas com deficiências serem atendidas pela Educação Física e pelo Esporte (PETTENGILL & COSTA, 1997; ARAUJO, 1998).

No entanto, é com a criação da Secretaria dos Desportos, em 18 de abril de 1990, regulamentada pelo decreto nº 99.244, de 10 de maio do mesmo ano, e pela medida provisória nº 309 de 16 de outubro de 1992 que a instituição se integra ao MEC. Desta forma, é criado o ‘Departamento de Desporto das Pessoas Portadoras de Deficiências’, cujo objetivo era o de promover a qualificação profissional para o desenvolvimento da prática desportiva para essa população (PETTENGILL & MARINHO, 1992).

Na atualidade o CPB, administra diretamente os desportos: atletismo, halterofilismo, natação e tiro esportivo. De maneira indireta os desportos: badminton, basquetebol em cadeira de rodas, bocha, ciclismo, esgrima em cadeira de rodas, futebol de 5, futebol de 7, goalball, hipismo, judô, remo, *rúgbi* em cadeira de rodas, tênis de mesa, tênis em cadeira de rodas, taekwondo, tiro com arco, triatlo e voleibol sentado. (CPB, 2018a).

Quanto às associações e confederações nacionais filiadas e reconhecidas pelo CPB, nas tabelas 1 e 2:

TABELA 1
Entidades Desportivas Filiadas ao CPB

Associação Brasileira de Desporto de Deficientes Intelectuais – ABDEM
Associação Nacional de Desporto para Deficientes – ANDE
Confederação Brasileira de Basquetebol em Cadeira de Rodas – CBBC
Confederação Brasileira de Desportos de Deficientes Visuais – CBDV
Confederação Brasileira de Tênis – CBT
Confederação Brasileira de Tênis de Mesa – CBTM
Confederação Brasileira de Voleibol para Deficientes – CBVD

Fonte: Comitê Paralímpico Brasileiro – (CPB, 2018b)

Disponível em: <http://gestaorecursos.cpb.org.br/info_confederacoes.php>. Acesso em 12 set 2019.

TABELA 2
Entidades Desportivas Reconhecidas pelo CPB

Associação Brasileira de Rúgbi em Cadeira de Rodas – ABRC
Confederação Brasileira de Badminton – CBBd
Confederação Brasileira de Canoagem – CBCa
Confederação Brasileira de Ciclismo – CBC
Confederação Brasileira de Desportos na Neve – CBDN
Confederação Brasileira de Hipismo – CBH
Confederação Brasileira de Remo – CBR
Confederação Brasileira de Tiro com Arco – CBT
Confederação Brasileira de Triathlon – CBTri

Fonte: Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB, 2018b)

Disponível em: <http://gestaorecursos.cpb.org.br/info_confederacoes.php>. Acesso em 12 set. 2019.

Em relação às modalidades desportivas paralímpicas desse estudo, o atletismo e a natação foram as que conquistaram maior número de medalhas em JP, sendo consideradas desportos carros-chefes do programa paralímpico brasileiro. O atletismo participa desde a primeira edição em Heidenberg, somando 142 medalhas em JP com 40 de ouro, 61 de prata e 41 de bronze, sendo a primeira em número de medalhas (BRASIL, 2016a). Já a natação, está em segundo lugar, pois obteve um total de 102 medalhas em JP, sendo 32 de ouro, 34 de prata e 36 de bronze (BRASIL, 2016b).

O CPB, desde 2017, é presidido por Mizael Conrado, ex-atleta de futebol de 5 (para cegos), num mandato de quatro anos, tendo como primeiro e segundo vice-presidentes, respectivamente, Naíse Pedrosa e Ivaldo Brandão. Mizael Conrado é o primeiro medalhista paralímpico que assume o cargo de presidente do CPB, tendo em seu currículo desportivo: medalhas de ouro nos Jogos de Atenas, em 2004, e de Pequim, em 2008 e, foi o melhor jogador de futebol de 5 do mundo em 1998 (CPB, 2018c).

Legislação e Desporto Paralímpico no Brasil

Na atualidade no Brasil, o desporto de alto rendimento, após os Jogos Olímpicos e Paralímpicos em 2016, as eleições em 2018 e a posse do atual governo federal em 2019, tem vivido de momentos de incertezas, haja visto, o

fato de o Ministério do Esporte ter sido transformado em Secretaria Especial do Esporte, subordinada ao Ministério da Cidadania.

Nesse sentido, enquanto o momento atual estiver ainda permeado de insegurança em relação, principalmente aos investimentos no futuro do desporto brasileiro, faremos menção às principais legislações que contribuiram, especificamente para o desenvolvimento do desporto paralímpico de alto rendimento nacional.

Nesse contexto, fazendo referência ao desporto de maneira geral, há de se considerar em primeiro plano a Constituição promulgada em 5 de outubro de 1988, a carta magna brasileira, no artigo 217 (BRASIL, 1988c) propondo ao Estado brasileiro desenvolver ações que incentivem a prática de desportos pela população:

Art. 217. É dever do Estado fomentar práticas desportivas formais e não formais, como direito de cada um, observados:

I – a autonomia das entidades desportivas dirigentes e associações, quanto a sua organização e funcionamento;

II – a destinação de recursos públicos para a promoção prioritária do desporto educacional e, em casos específicos, para a do desporto de alto rendimento; III – o tratamento diferenciado para o desporto profissional e o não profissional;

IV – a proteção e o incentivo às manifestações desportivas de criação nacional.

Muito embora, o desporto esteja sendo contemplado na Constituição de 1988, houve a necessidade da criação de leis mais específicas, com o intuito de atender às necessidades, por exemplo, de entidades como o Comitê Olímpico do Brasil (COB), por meio de legislações que iam de encontro aos interesses de financiamento para o desporto de alto rendimento. Nessa perspectiva, quatro leis foram importantes para esse fim, sendo elas: Lei Pelé nº 9.615 de 24 de março de 1998; Lei Agnelo-Piva nº 10.264 de 16 de julho de 2001; Lei nº 10.891 de 9 de julho de 2004 instituindo o Bolsa Atleta e a Lei nº 11.438 de 29 de dezembro de 2006, a Lei de Incentivo ao Esporte (ALMEIDA, 2010).

Considerando as legislações acima citadas, sendo a Lei Pelé nº 9615/98 (BRASIL, 1998d), a que ainda dita as normas gerais do desporto, houve algumas alterações introduzidas, por exemplo, pela Lei nº 12.395/11 (BRASIL, 2011e), a qual também instituiu uma nova categoria dentro do programa Bolsa Atleta, com a criação de uma nova categoria, a Bolsa Pódio, com o objetivo de apoiar atletas com potencial para conquistar medalhas olímpicas e paralímpicas.

Já a Lei de Incentivo ao Esporte nº 11.438/06 trata das deduções fiscais por meio de incentivo às atividades desportivas, sejam elas por patrocínios ou doações, limitando essas deduções a um por cento (1%) do imposto devido por pessoas jurídicas e seis por cento (6%) quando pessoas físicas. Nesse sentido, os investimentos devem ocorrer em projetos para inclusão social, seja pelo desporto de alto rendimento, de participação e/ou educacional (BRASIL, 2006f).

Em relação ao desporto paralímpico brasileiro, cabe destacar que o seu processo de consolidação é anterior às legislações que tratavam de incentivar a sua prática, pois seu percurso e desenvolvimento foi influenciado pelo projeto que propunha segundo Silva (1986), assegurar direitos de cidadania, combate e diminuição do preconceito e exclusão social, por meio de ações coordenadas pela Organização das Nações Unidas (ONU), deliberando em 16 de dezembro de 1976 que o ano de 1981 seria proclamado o Ano Internacional para as Pessoas com Deficiência.

Segundo Araújo (1998), nesse período entre 1976 e 1981 houve mobilizações da sociedade nas esferas pública e privada, reunindo esforços para a conscientização nacional e internacional, com os países membros sendo convocados a se preocuparem em verificar a realidade das pcd.

A Lei nº 10.891/04 que institui o Bolsa Atleta objetiva o auxílio financeiro para atletas de alto rendimento brasileiros olímpicos e paralímpicos com validade de doze meses, sendo que o atleta posteriormente à assinatura do contrato recebe mensalmente (BRASIL, 2004g).

Dessa forma, o desporto paralímpico nacional vem se desenvolvendo enquanto mercado de trabalho, devido entre tantos fatores, a destinação de recursos financeiros advindos das políticas esportivas brasileiras, em destaque a Lei nº 10.264/2001 (BRASIL, 2001h), conhecida como Agnelo-Piva, a qual repassa recursos das loterias do banco estatal: Caixa Econômica Federal, com 85% para o desporto olímpico e 15% para o CPB e, a organização do campo esportivo a partir do desmembramento do Ministério do Esporte em 2001 em prol de investimentos no esporte de alto rendimento visando os megaeventos (MENDES e CODATO, 2015). Esse cenário foi alterado com a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com deficiência (Lei Nº 13.146/2015) que garantiu que 2,7% da arrecadação bruta dos concursos de prognósticos e loterias federais sejam destinados ao esporte. Este montante é dividido entre o Comitê Olímpico do Brasil, que fica com 62,96%, e ao CPB é repassado 37,04%.

Desporto Paralímpico: Características

O desporto paralímpico de alto rendimento é constituído de 22 modalidades desportivas de verão e seis de inverno conforme a tabela 3:

Tabela 3
Modalidades desportivas disputadas em Jogos Paralímpicos de verão e inverno.

MODALIDADES DESPORTIVAS PARALÍMPICAS DE VERÃO
ATLETISMO
BADMINTON
BASQUETE EM CADEIRA DE RODAS
BOCHA
CANOAGEM
CICLISMO
ESGRIMA EM CADEIRA DE RODAS
FUTEBOL DE CINCO
GOALBALL
HALTEROFILISMO
HIPISMO
JUDÔ
NATAÇÃO
REMO
RÚGBI EM CADEIRA DE RODAS
TAEKWONDO
TÊNIS EM CADEIRA DE RODAS
TÊNIS DE MESA
TIRO ESPORTIVO
TIRO COM ARCO
TRIATLO
VOLEIBOL SENTADO

Fonte: *International Paralympic Committee*. (IPC, 2019b).

Disponível em: <<https://www.paralympic.org/sports/summer>>. Acesso em 12 set 2019.

MODALIDADES DESPORTIVAS PARALÍMPICAS DE INVERNO
BIATLO
CURLING EM CADEIRA DE RODAS
ESQUI ALPINO
ESQUI CROSS COUNTRY
HOQUE SOBRE TRENÓ
SNOWBOARD

Fonte: *International Paralympic Committee*. (IPC, 2019b).

Disponível em: <<https://www.paralympic.org/sports/winter>>. Acesso em 12 set 2019.

O desporto paralímpico estabelece critérios de elegibilidade para que atletas com deficiência participem, de acordo com a classificação desportiva, sendo esses critérios no total de dez segundo o IPC: 1) potência muscular prejudicada; 2) amplitude reduzida de movimento; 3) amputados; 4) diferença de comprimento nos membros inferiores e/ou superiores; 5) baixa estatura; 6) hipertonia (rigidez muscular); 7) ataxia (ausência de coordenação de movimentos); 8) atetose (movimentos involuntários); 9) deficiência visual (DV) e 10) deficiência intelectual (IPC, 2018b).

Para que as competições fossem organizadas e tivessem critérios de equidade em relação aos tipos de deficiências, criou-se sistemas de classificação desportiva, cuja responsabilidade é das Federações Internacionais que regem o desporto, e são responsáveis pela revisão do sistema. Portanto, a classificação desportiva é um nivelamento para agrupar as deficiências de acordo com sua funcionalidade e equidade, com o objetivo de trazer para as competições a maior licitude possível (FREITAS e SANTOS, 2012; PACIOREK, 2004; IPC, 2018c).

Em relação à sua aplicabilidade, os sistemas de classificação desportiva estão configurados em:

1. classificação médica, na qual o profissional médico verifica a acuidade visual de atletas com deficiência visual; dos atletas com deficiência física os níveis de comprometimento de lesionados medulares e amputados;
2. classificação funcional, a qual por meio dos dados obtidos na classificação médica, verifica as habilidades específicas necessárias para o desporto ao qual o atleta pertence (TWEEDY; VANDLANDEWIJCK, 2011; PACIOREK, 2004).

Esse processo ocorre com a participação de outros profissionais da área da saúde, além do médico, tem-se profissionais de EF, fisioterapeutas e terapeutas ocupacionais, pois a classificação desportiva para atletas com deficiência tem, na atualidade, um caráter muito mais vinculado à área desportiva e não somente ao aspecto médico (FREITAS e SANTOS, 2012). Ou seja, tais procedimentos são especializados e demandam conhecimentos específicos, exigências de uma profissão.

Referências

ALMEIDA, B. S. **O financiamento do Esporte Olímpico e suas relações com a Política no Brasil**. 122f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2010.

ARAÚJO, P. F. **Desporto adaptado no Brasil: origem, institucionalização e atualidade**. Brasília: Ministério da Educação e do Desporto/INDESP, 1998.

BAILEY, S. *Athlete first: a history of the paralympics movement*. West Sussex: John Wiley and Sons, 2008.

BRITAIN, I. *The paralympic games explained*. 2^{ed}. New York: Routledge, 2016.

BRASIL, **Rede Nacional do Esporte. Medalhistas. Atletismo**. Disponível em: <<http://www.brasil2016.gov.br/pt-br/megaeventos/paraolimpiadas/medalhistas>> Acesso em 15 jun. 2018.

_____, **Rede Nacional do Esporte. Medalhistas. Natação**. Disponível em: <<http://www.brasil2016.gov.br/pt-br/megaeventos/paraolimpiadas/medalhistas>> Acesso em 15 jun. 2018.

_____, **Constituição da República Federativa do Brasil: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988**. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2016. 496 p. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf> Acesso em: 17 jun. 2018.

_____, **Lei nº 9.615 de 24 de março de 1998**. Institui normas gerais sobre desporto e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 25 mar. 1998. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19615consol.htm> Acesso em 13 abr. 2019.

_____, **Lei nº 12.395 de 16 de março de 2011**. Altera as Leis nºs 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre desporto, e 10.891, de 9 de julho de 2004, que institui a Bolsa-Atleta; cria os Programas Atleta Pódio e Cidade Esportiva; revoga a Lei nº 6.354, de 2 de setembro de 1976; e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12395.htm> Acesso em 13 abr. 2019.

_____, **Lei nº 11.438 de 29 de dezembro de 2006**. Dispõe sobre incentivos e benefícios para fomentar as atividades de caráter desportivo e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11438.htm>. Acesso em 13 abr. de 2019.

____g. Lei nº 10.891 de 9 de julho de 2004. Institui o Bolsa-Aleta. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Lei/L10.891.htm>. Acesso em 13 abr. 2019.

____h, Lei Agnelo/Piva nº 10264 de 16 de julho de 2001. Acrescenta inciso e parágrafos ao art. 56 da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre desporto. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LEIS_2001/L10264.htm>. Acesso em: 09 nov. 2018.

COMITÊ PARALÍMPICO BRASILEIRO a. Modalidades paralímpicas. Disponível em: <<http://www.cpb.org.br/modalidades>>. Acesso em 26 ago. 2018.

____b. Informações sobre confederações desportivas filiadas e reconhecidas pelo CPB. Disponível em: <http://gestaorecursos.cpb.org.br/info_confederacoes.php>. Acesso em 26 ago. 2018.

____c. Novo presidente do Comitê Paralímpico Brasileiro. Disponível em: <http://cpb.org.br/noticias/-/asset_publisher/1U3LNvrdeyoz/content/conheca-mizael-conrado-o-novo-presidente-do-comite-paralimpico-brasileiro?inheritRedirect=false>. Acesso em: 15 jun. 2018.

COSTA, A. M.; SOUSA, S. M. Educação Física e esporte adaptado: história, avanços e retrocessos em relação aos princípios da integração /inclusão e perspectivas para o século XXI. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, v. 25, n. 3, p. 27-42, maio, 2004. Disponível em: <<http://www.revista.cbce.org.br/index.php/RBCE/article/viewFile/236/238>>. Acesso em 17 jun. 2018.

COSTA, A. M.; WINCKLER, C. A Educação Física e o esporte paralímpico. In: MELLO, M. T.; OLIVEIRA FILHO, C. W. (Editores). *Esporte Paralímpico*. São Paulo: Atheneu, 2012.

DEPAUW K. P.; GRAVON, S. J. *Disability and sport. 2nd Edition. Champaign: Human Kinetics*, 2005.

FREITAS, P.; SANTOS, S. S. Fundamentos básicos da classificação esportiva. In: MELLO, M. T.; OLIVEIRA FILHO, C. W. (Editores). *Esporte Paralímpico*. São Paulo: Atheneu, 2012.

GOLD, J. R.; GOLD, M. M. *Acess for all: the rise of The Paralympic Games. Journal Royal of the Society for the Promotion of Health*, v. 127, n. 3, p. 133-41, 2007.

GORGATTI, M. G.; GORGATTI, T. O esporte para pessoas com deficiência. In: GORGATTI, M. G.; COSTA, R. F. (Orgs). *Atividade física adaptada: qualidade de vida para pessoas com necessidades especiais*, 2ed. rev. e ampl. Barueri/SP: Manole, 2008.

HOWE, P. D. *Sport, professionalism and pain: ethnographies of injury and risk: New York: Routledge*, 2004.

INTERNATIONAL PARALYMPIC COMMITTEE a. *Paralympics – History of the Movement*. Disponível em: <<https://www.paralympic.org/the-ipc/history-of-the-movement>> Acesso em: 08 mai. 2018.

____b. Disponível em: <<https://www.paralympic.org/sports>; <https://www.paralympic.org/sports/winter>> Acesso em 13. Abr. 2019.

____c *Explanatory guide to paralympic classification paralympic summer sports*. Set. 2015. Disponível em: <https://www.paralympic.org/sites/default/files/document/150915170806821_2015_09_15%2BExplanatory%2Bguide%2BClassification_summer%2BFINAL%2B_5.pdf> Acesso em: 15 jun. 2018.

MARQUES, R. F. R.; DUARTE, E.; GUTIERREZ, G. L.; ALMEIDA, J. J. G.; MIRANDA, T. J. Esporte olímpico e paraolímpico: coincidências, divergências e especificidades em uma perspectiva contemporânea. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**. São Paulo, v.23, n.4, p.365-77, out./dez. 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbefe/v23n4/v23n4a06>> Acesso em: 13 abr. 2019.

MAUERBERG-DECASTRO, E. **Atividade física adaptada**. Ribeirão Preto/SP: Tecmedd, 2005.

MAUERBERG-DECASTRO, E.; CAMPBELL, D. F.; TAVARES, C. P. *The global reality of the Paralympic Movement: Challenges and opportunities in disability sports*. **Revista Motriz**, Rio Claro, v.22 n.3, p. 111-123, jul/set. 2016. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/motriz/v22n3/1980-6574-motriz-22-03-00111.pdf>> Acesso em: 17 jun. 2018.

MENDES, A.; CODATO, A. 2015. *The Institutional Configuration of Sport Policy in Brazil: Organization, Evolution and Dilemmas*. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v.49, n. 3, p.563-93, mai/jun., 2015. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rap/v49n3/0034-7612-rap-49-03-00563.pdf>> Acesso em: 17 jun. 2018.

PACIOREK, M.J. Esportes adaptados. In: WINNICK, J.P. **Educação Física e esportes adaptados**. Barueri: Manole, 2004. p.37-52.

PARSONS, A.; WINCKLER, C. Esporte e a pessoa com deficiência – contexto histórico. In: **Esporte paralímpico**. MELLO, M. T.; OLIVEIRA FILHO, C. W. (Editores). São Paulo: Editora Atheneu, 2012, p. 03-14.

PETTENGIL, N. G.; COSTA, A. M. A Educação Física e os desportos para pessoas portadoras de deficiência no Brasil no período de 1980 a 1992. In: CARMO, A. A.; SILVA, R. V. S. (Eds.) **Educação Física e a pessoa portadora de deficiência**. Série especialização e monografia 2. Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 1997. p. 269-339.

PETTENGILL, N. G. & MARINHO, E. M. B. Formação de recursos humanos para a área do desporto adaptado. In: IV SIMPOSIO PAULISTA DE EDUCAÇÃO FÍSICA ADAPTADA, São Paulo, 1992. **Anais...** São Paulo, 1992.

SCHEID, L.; ROCHA, E. A. COSTA, A. M.; WINCKLER, C. A Educação Física e o esporte paralímpico. In: **Esporte paralímpico**. MELLO, M. T.; OLIVEIRA FILHO, C. W. (Editores). São Paulo: Editora Atheneu, 2012, p. 35-42.

SILVA, O. M. **A epopeia ignorada**: a pessoa deficiente na história do mundo de ontem e de hoje. São Paulo: Cedas, 1986.

SILVER, J. R. (2011). Karl Gebhardt (1897-1948): *A lost man*. **Journal of the Royal College of Physicians of Edinburgh**, 41(4), 366-371. Disponível em: <<https://doi.org/10.4997/JRCPE.2011.417>>. Acesso em: 11 set. 2019.

TWEEDY, S.; VANDLANDEWIJCK, Y. *International Paralympic Committee position statement: background and scientific principles of classification in paralympic sport*. **British Journal of Sports Medicine**, Londres, v. 45, p. 259-69, 2011.

WINNICK, J. P. **Educação Física e esportes adaptados**. Barueri/SP: Editora Manole, 2004.

Capítulo 2

Declínio do artesanato e profissão

Neste sentido, considerando que esse estudo irá abordar sobre formação, capacitação, carreira e intervenção profissional em EF e, com recorte no desporto paralímpico, entendemos que é pertinente trazer uma abordagem breve sobre o entendimento de profissão, em uma perspectiva anglo-saxônica, e seu surgimento nas sociedades modernas, suas definições e evolução, aproximando-a enquanto elemento que norteia a recente regulamentação profissional da EF no cenário brasileiro.

Para tanto, em se tratando do sentido de profissão no Brasil, há certa confusão, haja visto que, se considerarmos a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), as profissões que exigem formação em nível de curso superior (graduação), estão na mesma categoria de profissões que não têm a mesma exigência (DRIGO e CESANA, 2011).

A palavra profissão vem do vocábulo latino *professio*, o qual significa declaração pública ou confissão, ao passo que, o termo em inglês: *profession* está relacionado às ocupações provenientes de educação em nível superior e especializada, ou seja, a graduação é a exigência para o seu exercício profissional (SOUZA NETO, et.al., 2004).

Com o decorrer do tempo, o termo profissão ganhou amplitude e veio a ser utilizado de forma bastante genérica vinculando-se a todos os tipos de ocupação, seja qual fosse o seu nível de exigência quanto a uma escolaridade superior ou não (FREIDSON, 1996).

O surgimento das profissões inicia com o processo de declínio da educação artesanal, uma das formas mais antigas de educação para o trabalho, estabelecendo-se nas sociedades modernas por meio da industrialização europeia (DRIGO e CESANA, 2011). Na Europa dos séculos XII ao XVIII as associações de artesãos, denominadas de corporações de ofício dispunham para o exercício de suas atividades o monopólio de um território e

do ensino com as escolas de ofício, convencionalmente estruturado pelos mestres e aprendizes (RUGIU, 1998).

Enquanto características do ponto de vista histórico ressalta-se que, o artesanato europeu da pré-modernidade: a) antecedeu ao iluminismo, não havendo ainda o desenvolvimento da ciência, pois havia a predominância teocêntrica; b) foi anterior à Revolução Industrial e c) os saberes da prática eram os fundamentos do artesanato, em contraposição ao fundamento científico, o qual sustenta a profissão (DRIGO, 2009).

Segundo Cunha (2000) a educação artesanal estabeleceu-se por meio da relação entre o mestre do ofício e o aprendiz, cujos métodos de ensino do ofício se davam de forma assistemática, na própria oficina, com os instrumentos e, por vezes o aprendiz também residia na casa do mestre de ofício. Neste sentido, três aspectos são importantes a destacar da educação artesanal, segundo Rugiu (1998), sendo esses: 1) O 'saber fazer', ou seja, o ofício se aprende fazendo; 2) a imagem do mestre era valorizada e 3) as atividades práticas eram consideradas tão informativas quanto as formais.

Com o desenvolvimento da indústria, a educação industrial em sua organização sistemática começa a se desenvolver em escolas de formação profissional especializadas e com as mesmas características no ambiente fabril, sendo este espaço e suas ferramentas não pertencentes aos trabalhadores, ao passo que na educação artesanal havia a possibilidade do aprendiz tornar-se mestre e possuir sua própria oficina (CUNHA, 2000).

O declínio da educação artesanal é também acompanhado pelo desenvolvimento das artes liberais, consideradas segundo Rugiu (1998), como atividades de um homem livre através dos cursos de trívio e quadrívio e, posteriormente Teologia e Direito, sendo as artes mecânicas como atividades braçais abaixo da escala social.

Desta forma, a indústria adentra ao cenário social, ocupando seu espaço, alterando as relações do homem com o trabalho e destituindo as corporações de ofício de sua função pedagógica e educativa, pois a indústria se centrava no lucro e não educava (RUGIU, 1998).

Com o advento da era industrial e do desenvolvimento das artes liberais os ofícios especializados se tornaram ocupações, no entanto as ocupações com práticas fundamentadas em conhecimentos científicos foram denominadas de profissão no modelo anglo-americano, ou seja, entra em cena a ciência como fundamento da profissão com o declínio do saber-fazer artesanal (DRIGO, 2009; DRIGO, *et. al.*, 2011; FREIDSON, 1998).

Referências

CUNHA, L. A. **O ensino de ofícios artesanais e manufatureiros no Brasil escravocrata**. São Paulo: Editora UNESP, Brasília, DF: Flacso, 2000.

DRIGO, A. J. Lutas e escolas de ofício: analisando o judô brasileiro. **Revista Motriz**, Rio Claro/SP, v.15, n. 2, p. 396-406, abr/jun, 2009. Disponível em: <<https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/40624/WOS000270450900021.pdf?sequence=3&isAllowed=y>> acesso em: 17 jun. 2018.

DRIGO, A. J.; CESANA, J. Processo de reestruturação produtiva e econômica, da formação artesanal à industrial e a construção das profissões: recortes com a Educação Física brasileira. **Revista Educação Skepsis**, v. 3, n. 2, p. 1778-1819, jan/jul, 2011.

DRIGO, A. J.; SOUZA NETO, S.; CESANA, J.; TOJAL, J. B. A. G. Artes marciais, formação profissional e escolas de ofício: análise documental do judô brasileiro. **Revista Motricidade**, Portugal, v. 7, n. 4, p. 49-62, 2011. Disponível em: <<https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/72721/2-s2.0-84855518160.pdf?sequence=1&isAllowed=y>> Acesso em: 17 jun. 2018.

FREIDSON, E. Para uma análise comparada das profissões: A institucionalização do discurso e do conhecimento formais. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 11, n. 31, p. 143-54, 1996. Disponível em: <http://www.cff.org.br/userfiles/60%20-%20FREIDSON%20E%20%20Para%20uma%20analise%20comparada%20das%20profissoes_1996.pdf> Acesso em: 17 jun. 2018.

FREIDSON, E. **Renascimento do profissionalismo: teoria, profecia e política**. Trad. Celso Mauro Paciornik. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998.

RUGIU, A. S. **Nostalgia do mestre artesão**. Campinas, SP: Editores Associados, 1998.

SOUZA NETO, S.; ALEGRE, A. N.; HUNGER, D.; PEREIRA, J. M. A formação do profissional de Educação Física no Brasil: uma história sob a perspectiva da legislação federal no século XX. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Campinas, v. 25, n.2, p. 113-128, 2004. Disponível em: <<http://revista.cbce.org.br/index.php/RBCE/article/viewFile/230/232>> Acesso em: 17 jun. 2018.

Capítulo 3

Profissão e Ciência¹

Desde o início do século XX, a caracterização de uma profissão evidenciou muitas preocupações devido às grandes transformações sociais, e áreas como a medicina exigiam conhecimentos especializados, assim como nas engenharias, pois quando a sociedade era mais simples, o que lhe era indispensável era também mais simples, no entanto, as necessidades da sociedade na atualidade estão exigindo serviços profissionais cada vez mais especializados, pois a sociedade apresenta-se mais complexa (BARROS, 1993).

Não obstante, com as profissões evoluindo, tendo em vista as mudanças e exigências de uma sociedade cada vez mais numerosa e complexa, alguns critérios foram estabelecidos para que houvesse qualidade na prestação de serviços, segundo Kroll (1982) *apud* Barros (1993), dentre eles:

1. uma profissão desenvolve atividades de cunho intelectual na elaboração, análise e ações decisivas quanto à aplicação de seus procedimentos profissionais;
2. uma profissão, através do intelecto, é também uma atividade prática e está a serviço da sociedade, pois deve dominar conhecimentos que garantam a excelência na prestação de serviços;
3. uma profissão deve atrelar à sua prática a atualização de conhecimentos sendo dinâmica na renovação de novas ideias e propostas que favoreçam o desenvolvimento dos serviços prestados;

¹ Este Capítulo teve a participação dos professores Dr. Alexandre Janotta Drigo e Dra Juliana Cesana. Favor referendar como: DRIGO, A. J.; CESANA, J. Profissão e Ciência. In: SILVA, C. S. da; WINCKLER, C. O Desporto Paralímpico Brasileiro, a Educação Física e Profissão. São Paulo: CREF4/SP, 2019.

4. uma profissão deve ser organizada e sua organização reconhecida pela sociedade por meio de conselhos profissionais que estabeleçam códigos de ética e normativas;
5. uma profissão deve se constituir de conteúdo que possa ser comunicado aos seus profissionais, ou seja, um corpo de conhecimentos que fundamente sua prática e que essa comunicabilidade seja conduzida pelas instituições de ensino e acompanhadas por sua organização profissional;
6. uma profissão é altruística, pois é essa característica profissional que lhe justifica sua existência no que tange ao atendimento e prestação de serviços cada vez melhores à sociedade.

Nesta perspectiva, segundo Barros (1993), uma profissão é prática e dinâmica, pois é fundamentada em conhecimentos, técnicas e habilidades, o que segundo Lawson (1984) são aspectos que diferem os profissionais das pessoas que desenvolvem atividades ocupacionais, haja visto que os mesmos podem adaptar ou alterar a forma de desempenhá-la e desenvolve-la, utilizando-se, por exemplo, da pesquisa científica para aprimorar a sua aplicação. Além do mais, ressalta Lawson (1984, p.2):

A profissionalização é especialmente fascinante porque ela envolve a relação dos profissionais com a sociedade. Na verdade, os membros da sociedade conferem a uma profissão o seu status especializado e a sociedade somente confere esse status quando a profissão já tenha estabelecido uma relação boa e apropriada com ela. Em outras palavras a sociedade julga, uma profissão [e seus]profissionais tendo como critérios a importância e a qualidade do serviço que os profissionais desta área de atuação prestam a ela.

Desta maneira, além de sua importância em seu processo de legitimidade social, a profissão se desenvolve tendo como suporte na prestação de serviços à sociedade, o conhecimento científico, considerado como o conhecimento primordial, conferindo autoridade e institucionalização de uma profissão (DRIGO, 2009; VENUTO, 1999).

Segundo Venuto (1999, p.2), neste sentido, os coletivos profissionais possuem uma função relevante, pois estabelecem um vínculo entre os sistemas socioculturais, atuando em suas especialidades, ou seja, as relações entre sociedade, grupos profissionais e as formas de institucionalização da profissão, destacam-se como aspectos fundamentais no entendimento das profissões quanto ao seu papel e posição social, pois conforme a autora:

Primeiro, a incorporação da racionalidade científica e da competência técnica no treinamento profissional legitima a autoridade profissional e garante o status da profissão, diferenciando-a dos demais grupos ocupacionais. Segundo a vinculação das profissões com a universidade estabelece uma distinção entre os grupos profissionais, as empresas capitalistas e as organizações burocráticas.

Além dessas características da profissão, a autora conclui que:

Dentro dessas instituições, as profissões apresentam-se como grupos solidários, desligados do mercado e dissociados da ideia de busca pelo lucro. A ideologia moderna do serviço profissional (cuja competência técnica é validada por instituições legítimas e a funcionalidade medida pelo grau de satisfação com que resolvem os problemas demandados pela sociedade) cria distinção entre os grupos profissionais e os outros grupos ocupacionais que negociam no mercado. Da mesma forma, ao propagarem a ideia do trabalho em prol do bem comum, as profissões permitem a compatibilização entre o ideal altruísta e o interesse privado (em especial a busca pelo status e a recompensa econômica).

Sendo assim, com tais características apresentadas, se verifica a importância da ciência no processo de legitimação das profissões pós-revolução industrial, inaugurando sua trajetória ao controle e autonomia de mercado pela sociedade contemporânea (DRIGO e CESANA, 2011).

No contexto atual, portanto, concebe-se à ciência elemento legítimo de verificação da realidade em questões humanas de qualquer natureza, a ponto de que, se não há evidência científica sobre determinado assunto ou tema rotula-se como duvidoso e sem credibilidade, pois a ciência se contrapõe às crenças (PIZZA JUNIOR, 1990).

No âmbito da profissão, embora haja esse reconhecimento do conhecimento científico como base de sua estruturação conferindo legitimidade e autoridade; por outro lado, pode reduzir seu estudo somente às questões técnicas e formais o que acaba por negligenciar outras dinâmicas que envolvem os processos de desenvolvimento de uma profissão, visto que outros conhecimentos específicos caso sejam considerados sem 'base científica' não conseguem adentrar ao campo profissional (VENUTO, 1999).

Conclui-se que, com a modernização da sociedade ocidental, o que antes era parte de grupos sociais, tais como as corporações de ofício, vão sendo substituídas pela comunidade científica, especialistas e por docentes que se

distanciam das instâncias de produção de saberes. Assim os “saberes técnicos” e o “saber fazer” são sistematizados em conhecimentos abstratos, apartados dos grupos sociais e monopolizados entre especialistas e profissionais junto aos sistemas de formação (TARDIF, 2002).

Desta forma, se observa que no artesanato, uma das primícias era o “saber – fazer”, o qual dava suporte aos conhecimentos aplicados no trabalho. No entanto, no âmbito da profissão, esses conhecimentos são trocados pelos científicos no gerenciamento e suporte técnico – instrumental em relação à prestação de serviços à sociedade (DRIGO e CESANA, 2011).

Referências

BARROS, J. M. C. Educação Física e esportes: profissões? **Kinesis**, Santa Maria, v.11, p.5-16, 1993. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/kinesis/article/view/8374/5067>> Acesso em: 15 jun. 2018.

DRIGO, A. J. Lutas e escolas de ofício: analisando o judô brasileiro. **Revista Motriz**, Rio Claro/SP, v.15, n. 2, p. 396-406, abr/jun, 2009. Disponível em: <<https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/40624/WOS000270450900021.pdf?sequence=3&isAllowed=y>> acesso em: 17 jun. 2018.

DRIGO, A. J.; CESANA, J. Processo de reestruturação produtiva e econômica, da formação artesanal à industrial e a construção das profissões: recortes com a Educação Física brasileira. **Revista Educação Skepsis**, v. 3, n. 2, p. 1778-1819, jan/jul, 2011.

LAWSON, H. *Invitation to physical education*. Champaign, Human Kinetics Book, p.5-17, 1984.

PIZZA JUNIOR, W. Pontos críticos na ciência das organizações. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 24, n.3, p. 142-61, maio/jul. 1990. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/viewFile/9042/8177>> Acesso em 15 jun. 2018.

TARDIF, M. **Saberes docentes e formação profissional**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

VENUTO, A. A astrologia como campo profissional em formação. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 42, n.4, p.761-801, 1999. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52581999000400005&lng=en&nrm=iso> Acesso em: 15 jun. 2018.

Capítulo 4

Profissão Educação Física no Brasil¹

A EF no Brasil inicia seu processo a caminho de sua estruturação enquanto profissão com colonos, imigrantes, médicos e militares, por meio de atividades como jogos, exercícios físicos e competições, organizando-se dentro de um conjunto de conhecimentos. No entanto, é em 1939, com a chegada da EF na Universidade, com o decreto Lei nº 1212, que se inicia um processo de organização e regulamentação, na distinção entre leigos e não leigos, e em 1941, com a exigência de diploma (SOUZA NETO, 1999).

No entanto, a exigência para adentrar ao curso de EF era ainda o antigo ginásio (Ensino Fundamental), caracterizando-o como curso técnico até 1957, sendo que, com a reforma universitária em 1968, se propõe um modelo de Universidade com base científica e pós-graduação (SOUZA NETO, et. al. 2004).

Nos Estados Unidos, com o lançamento do satélite SPUTINIK² pelos soviéticos, James Bryan Conant, então presidente da Universidade de Harvard, encomendou um estudo para reavaliar a formação de professores, incluindo os de EF. O diagnóstico demonstrou que, muitos programas e conteúdo não eram adequados para compor a grade do Ensino Superior e, sim para o Ensino Médio (SOUZA NETO, 1999).

No entanto, Franklin M. Henry da Universidade da Califórnia, em 1964 propõe os fundamentos epistemológicos da EF, enquanto área de conhecimento e pesquisa, para a investigação dos significados do movimento

¹ Este Capítulo teve a participação dos professores Dra Juliana Cesana e Dr. Alexandre Janotta Drigo. Favor referendar como: CESANA, J. ; DRIGO, A. J. Profissão Educação Física no Brasil. In: SILVA, C. S. da; WINCKLER, C. O Desporto Paralímpico Brasileiro, a Educação Física e Profissão. São Paulo: CREF4/SP, 2019.

² O satélite Sputnik I foi o primeiro satélite lançado pela ex-União das Repúblicas Socialistas Soviéticas no ano de 1957.

humano em suas diferentes manifestações, caracterizando a EF no campo acadêmico (TANI, 2011).

No Brasil entre 1969 e 1971, entra em cena o currículo mínimo com a formação em licenciatura e técnico desportivo, com os licenciados cursando uma ou duas matérias desportivas, o qual promoveu que os interesses do sistema desportivo fossem garantidos. No entanto, com o decorrer do tempo, surgiram insatisfações, pois não estavam formando profissionais para as questões pedagógicas da EF e sim para a prática desportiva (BETTI, 1991).

Nesta perspectiva, em busca de reconhecimento e caracterização, a EF chega à década de 1980 em crise, ou seja, não possuía uma identidade própria, sendo esse um dos obstáculos a superar. Visto que, buscou consolidar-se em áreas com objetivos diferentes, tais como a educação escolar, desporto e saúde, ampliando seu campo de atuação, o que gerou um impasse quanto ao seu objeto de estudo no âmbito acadêmico (CESANA, 2011).

Dentro desse contexto, já havendo muitos questionamentos em relação à configuração da Resolução 69/69, começa-se a repensar os cursos de licenciatura em EF, a partir da urgência em se superar o currículo mínimo; atender a demanda de profissionais de EF; além do contexto escolar e a necessidade de estabelecer a EF como um campo de atuação profissional com conhecimento científico (SOUZA NETO, et. al. 2004).

Com a promulgação da Resolução 03/87 (BRASIL, 1987), a EF tornou-se a primeira área com formação em Ensino Superior a ter possibilidade da não necessidade de um currículo mínimo em nível nacional, propondo a graduação/bacharelado e manutenção da licenciatura (OLIVEIRA, 2006); a qual tinha como justificativa a diversificação do mercado de trabalho em EF para além do contexto escolar, porém o objetivo era o de uma nova proposta curricular, denominada: técnico-científica com a pretensão de estabelecer um corpo de conhecimentos teóricos (SOUZA NETO, et. al., 2004).

Além das alterações curriculares, a regulamentação profissional da EF pela Lei 9696/98 (BRASIL, 1998), inicia seu processo de legitimação enquanto profissão com a criação do Conselho Federal de Educação Física (CONFEF) e os Conselhos Regionais de Educação Física (CREFs); estabelecendo uma nova perspectiva de caracterização da área em suas competências, campo de intervenção e com uma identidade profissional (CESANA, 2011).

Porém, a regulamentação por si própria, embora tenha sido um avanço, traz consigo responsabilidades aos profissionais e às instituições formadoras, tais como: os profissionais devem possuir competências técnicas-científicas e comprometimento ético na prestação de seus serviços à sociedade; a atualização dos conhecimentos para garantir uma prestação de serviços

de qualidade é também incumbência do profissional e, as faculdades e universidades devem formar profissionais para o exercício das competências acima citadas (BARROS, 2000). Neste sentido, é possível verificar, segundo o autor, uma diferença significativa entre a carteira de trabalho, definida na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e a carteira de profissional ou registro profissional em EF.

Dentro desse contexto, é importante ressaltar que a regulamentação profissional da EF é ainda recente, o que demanda para a área uma trajetória a ser percorrida para superar obstáculos e tempo para se consolidar, não somente pelo reconhecimento legal, mas pelo reconhecimento da sociedade para que atinja o status de profissão (DRIGO, et. al., 2006).

Dessa forma, se a EF está em um processo de profissionalização, etapas devem ser percorridas, pois segundo Lawson (1984) somente profissionais podem estar comprometidos com uma carreira profissional. Para tanto, ingressar em um curso superior não é somente uma decisão, mas o primeiro passo para a construção de uma carreira profissional.

Dessa forma, a EF em seu processo de legitimação, na esfera acadêmica e profissional, tem adentrado a campos de atuação, ampliando as possibilidades de estudos, pesquisas e de intervenção profissional, tais como a educação escolar, a saúde e o desporto (CESANA, 2011). Além do que, o acesso da população aos serviços relacionados à prática de atividades físicas, por exemplo, com a expansão do “*fitness*” pelas academias, o exercício físico e o desporto, consequentemente aumentou a demanda de recursos humanos habilitados para atendimento nesses espaços de intervenção profissional (BARROS, 2006), sendo a formação inicial (graduação) em EF, a chancela para atuação profissional, incluindo o desporto paralímpico de alto rendimento.

Referências

BARROS, J. M. C. Educação Física, profissão regulamentada. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, v. 21, n. 2, p. 108–109, jan/maio., 2000. Disponível em: <<http://www.oldarchive.rbceonline.org.br/index.php/RBCE/article/view/792/464>> Acesso em: 15 jun. 2018.

BETTI, M. **Educação Física e Sociedade**: a Educação Física na escola brasileira de 1º e 2º graus. São Paulo: Editora Movimento, 1991.

BRASIL, Conselho Federal de Educação. Resolução nº 03 de 16 de junho de 1987. Disponível em: <http://crefrs.org.br/legislacao/pdf/resol_cfe_3_1987.pdf> Acesso em: 17 jun. 2018.

_____, **Lei nº 9615 de 24 de 1998. Disponível em:** <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9615consol.htm> **Acesso em: 16 jun. 2018.**

CESANA, J. **Práticas corporais alternativas e Educação Física:** entre a formação e a intervenção. 194f. Tese (Doutorado em Educação Física) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação Física, Campinas, 2011.

DRIGO, A. J.; SOEIRO, M. I. P.; CESANA, J. Intervenção profissional: limites e possibilidades. In: SOUZA NETO, S; HUNGER, D. (Orgs). **Formação profissional em Educação Física:** estudos e pesquisas. Rio Claro: Biblioética, 2006, p. 251 – 257.

LAWSON, H. *Invitation to physical education. Champaign, Human Kinetics Book*, p.5-17, 1984.

OLIVEIRA, A. A. B. A formação profissional em Educação Física: legislação, limites e possibilidades. In: SOUZA NETO, S; HUNGER, D. (Orgs). **Formação profissional em Educação Física:** estudos e pesquisas. Rio Claro: Biblioética, 2006, p. 17 – 32.

SOUZA NETO, S. **A Educação Física na universidade:** licenciatura e bacharelado – as propostas de formação profissional e suas implicações teórico-práticas. 334 f. Tese (Doutorado). Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

SOUZA NETO, S.; ALEGRE, A. N.; HUNGER, D.; PEREIRA, J. M. A formação do profissional de Educação Física no Brasil: uma história sob a perspectiva da legislação federal no século XX. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Campinas, v. 25, n.2, p. 113-128, 2004. Disponível em: <<http://revista.cbce.org.br/index.php/RBCE/article/viewFile/230/232>> Acesso em: 17 jun. 2018.

TANI, G. A Educação Física e o esporte no contexto da universidade. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**, São Paulo, v.25, n. esp., p.117-26, dez. 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbefe/v25nspe/12.pdf>>. Acesso em: 15 jun. 2018.

Capítulo 5

Formação Profissional em Educação Física e Desporto Paralímpico

Formação inicial em Educação Física e Desporto Paralímpico

A formação inicial em EF é caracteristicamente uma formação generalista, tendo como delineamento a atenção ao mercado de trabalho. Porém, a mesma deve se precaver, segundo Drigo (2009), para que o corpo de conhecimentos que a compõe, seja concebido como um todo e não dicotomizado, fragmentado e reduzido ao estudo biológico dos exercícios físicos e das práticas corporais.

Não obstante, concordamos com Barros (1993) que a formação inicial em EF não deve se pautar apenas em que o profissional domine habilidades motoras, mas que se utilize de critérios profissionais na prestação de serviços com ampla visão da realidade social e domine conhecimentos específicos para sua intervenção, atualizando-se conforme a dinâmica social e o mercado de trabalho.

Porém, a formação inicial em EF não apresenta um modelo único ou geral, havendo uma ausência de caracterização da área, haja visto, a sua forte relação com a licenciatura e a incipiente definição das propostas dos cursos de bacharelado, bem como as 'formações' na área do desporto em confederações e federações desportivas, em uma perspectiva artesanal (NASCIMENTO, 2006).

Dessa forma, abordar sobre formação inicial em EF é um grande desafio, haja visto, segundo Nascimento (2006), o ingresso precoce de estudantes de graduação em EF no mercado de trabalho de maneira informal, por iniciativa própria, tendo como justificativa, muitas vezes, a necessidade de cobrir as despesas com os gastos do curso, o que é prejudicial ao egresso, dificultando uma construção de carreira. Além disto, é ainda possível se verificar, abusos em relação à profissão EF em suas próprias competências, por exemplo, no desconhecimento de limites quanto à intervenção que não são da EF, tais como prescrição de dietas e medicamentos (DRIGO, et. al., 2006).

Sendo assim, é fundamental o embasamento teórico e prático mediante preparação efetuada nas disciplinas, nas atividades de pesquisa, estágios e extensão. Não obstante, todas essas atividades em uma formação em nível superior pressupõem que esteja fundamentada em um corpo de conhecimentos específicos e com base científica, os quais legitimam o reconhecimento social e profissional de uma profissão, sustentando-a academicamente (TANI, 2007).

Diante das amplas possibilidades de intervenção em EF e, devido à sua multidisciplinaridade, é dever da formação inicial orientar os graduandos quanto às possibilidades de inserção no mercado, pois é um momento fundamental para que os futuros profissionais de EF alcancem o sucesso profissional (ANGULSKI, 2012).

Nessa perspectiva, compreendendo a formação inicial em EF não apenas como o início do processo de desenvolvimento de uma carreira profissional é necessário haver uma configuração curricular, que possa abranger o desporto paralímpico, como conteúdo específico e transversal, considerando suas implicações no âmbito de disciplinas, pesquisa, estágio e extensão, em aspectos relacionados, por exemplo, ao treinamento desportivo para atletas com deficiência, especificidades das modalidades desportivas paralímpicas e o contexto histórico e sociocultural dos PCD na sociedade.

Observa-se que o primeiro documento que fazia referência sobre a EF para PCD foi o Parecer nº 1002/74 do Conselho Federal de Educação (CFE), com base no art.9 da Lei nº 5.692/71, apontando que os cursos de graduação na área, deveriam oferecer um complemento curricular para tal finalidade, o que ocorreu na década de 1980, na Universidade de São Paulo (USP), a Universidade Federal de Uberlândia (UFU) e a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e nas Faculdades Isoladas Castelo Branco, as quais deram início a programas de formação profissional e de pesquisa nos currículos quanto à EFA (PETTENGILL e COSTA, 1997).

Com o Parecer 215/87 faz-se a formalização de sugestão da disciplina: Educação Física e Esporte Especial para PCD: intelectual, física, auditiva, visual e múltipla (BRASIL, 1987a), oportunizando o ingresso gradual da EFA como disciplina nos cursos de EF, que na perspectiva de Duarte (1992), foi um avanço curricular, entendendo que é na graduação que deve ocorrer uma boa fundamentação teórica e prática na mudança do perfil profissional.

No entanto, há poucos registros de iniciativas da inserção do desporto paralímpico nos cursos de EF no Brasil, enquanto conteúdo da EF. Porém, a guisa de exemplificação, podemos citar dois desses empreendimentos. O primeiro foi o surgimento de um projeto de iniciação desportiva da UFU/MG no curso

de licenciatura de EF, cujo objetivo era o de oportunizar a prática desportiva para crianças, filhos de trabalhadores, dentre elas, crianças com deficiência. E o segundo, no ano de 1994, a Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) com a criação do Departamento de Estudos de Atividade Física Adaptada, iniciando sua trajetória como um dos pioneiros no campo da pesquisa e especialização em nível de pós-graduação, de profissionais de EF para atuação no desporto paralímpico (BORELLA, 2010).

Da perspectiva curricular compreende-se, portanto, que o desporto paralímpico engajado nos programas dos cursos de EF e da EFA, não como apêndice, mas fazendo parte das temáticas que envolvam o desporto de maneira ampla, possibilitaria um melhor dimensionamento da formação profissional para o trabalho com PCD.

Porém, Betti e Betti (1996), a orientação técnica científica baseada em uma concepção acadêmica da EF, propôs, por exemplo, uma EFA, baseada no modelo médico, por meio de conteúdos sobre a caracterização das deficiências, o que segundo Mauerberg-DeCastro (2005), apresenta uma concepção de abordagem categórica, classificando os seres humanos, com tratamentos baseados na segregação e justificados pelas epidemias, não produzindo efeitos positivos nas ações pedagógicas e na educação especial.

Dessas observações, Silva e Drigo (2012, p. 42) refletem que:

Nessa perspectiva, é notório observar que as origens da disciplina tiveram um viés biológico, o que nos leva a considerar uma proximidade da EFA dentro de uma concepção tradicional de currículo enquanto uma área do conhecimento que propõe procedimentos especializados a uma determinada população, ou seja, uma concepção técnica de como fazer, a partir de condições especiais ou adaptadas.

Dessa forma, assim como a EFA, o desporto paralímpico no início da década de 1990, na busca de identidade, se baseou em experiências semelhantes ao desporto convencional advindas de outros países (COSTA e WINCKLER, 2012), adentrando à formação profissional em EF, segundo Gonçalves (2002), trazendo uma perspectiva de mudança de paradigma na área, a qual possibilitou novas abordagens e currículos com vistas à intervenção profissional.

Portanto, haja visto que o desenvolvimento profissional, têm na formação inicial, uma etapa fundamental, a sua continuidade tem na formação continuada ou em serviço, o objetivo de aperfeiçoamento de conhecimentos, seja pela pós-graduação e/ou de capacitações (COSTA e NASCIMENTO, 2012).

Capacitação Profissional de Treinadores para o Desporto Paralímpico

Embora sejam utilizadas diferentes terminologias sobre formação continuada, utilizaremos o termo capacitação, não como sinônimo, porém com o objetivo de facilitar a leitura, agregando o entendimento de que uma capacitação é parte do processo de uma formação continuada.

No contexto de capacitação envolvendo profissionais de EF em exercício na função de treinadores desportivos, segundo Nelson, *et. al.* (2006) e Mallet *et. al.* (2009), pode ser classificada como formal, não formal e informal. A formal, diz respeito às capacitações realizadas por Universidades (pós-graduação) vinculados às Ciências do desporto ou entidades dirigentes desportivas. A não formal pode ocorrer pela participação em conferências, congressos, seminários e cursos de curta duração em ambientes segregados dos educacionais. Por fim, a informal, diz respeito às experiências adquiridas no cotidiano profissional, nas relações e trocas entre treinadores e atletas, e, na aquisição de conhecimentos por iniciativa própria, tais como, por meio de livros, revistas, manuais e internet.

Em nível internacional existem programas de capacitação em países como: Canadá – Associação de Treinamento do Canadá – *Coaching Association of Canada* (CAC); Reino Unido (RU) – Associação Treinador de Desportos do RU – *Sports Coach United Kingdom*; Austrália – Comissão Desportiva Australiana – *Australian Sport Commission* (ASC); Singapura – Desporto Singapura – *Sports in Singapore*; Irlanda – Conselho Irlandês de Desportos – *Irish Sport Council* (ISC); Portugal – Instituto Português de Deporto e Juventude (IPDJ) e associações internacionais como o Conselho Internacional de Excelência em Treinamento – *International Council for Coaching Excellence* (ICCE) (FALCÃO, *et. al.*; 2016; MILISTETD, *et. al.*, 2014).

De forma ampla, é possível verificar que pesquisadores internacionais têm realizado estudos sobre a capacitação de treinadores (ROSADO e MESQUITA, 2007; JONES, 2009; CASSIDY, JONES e POTRAC, 2004; CUSHION; ARMOUR e JONES, 2003; NASH e COLLINS, 2006).

Em muitos outros estudos, o enfoque em relação à capacitação de treinadores, tem sido sobre a percepção de competências, contextos de aprendizagem profissional e saberes profissionais, (EGERLAND *et. al.*, 2013; BRASIL, *et. al.*; 2015; RAMOS *et. al.*, 2011; MILISTETD, 2015; THIENGO, 2011; RODRIGUES, *et. al.*, 2016), bem como, tem apontado a importância de um treinador possuir conhecimentos técnicos, pedagógicos e de gestão com base científica, necessários ao exercício da função e, capaz de responder

aos desafios impostos pelo desenvolvimento dos desportos na atualidade (MESQUITA, 2016; ROSADO; MESQUITA, 2007).

Em relação aos treinadores que atuam com desportos paralímpicos, Depauw e Gravon (2005) já apontavam a necessidade de pesquisas sobre esses profissionais, tendo em vista o desenvolvimento dos eventos desportivos, dentre eles destacamos os JP. Considerando que os estudos sobre a capacitação de treinadores paralímpicos no desporto de alto rendimento são escassos, tal argumentação evidencia a necessidade de mais investigações sobre essa temática (MCMMASTER; CULVER; WERTHNER, 2012; DUARTE; CULVER, 2014).

Corroborando com essas informações, Mauerberg-DeCastro (2005), destaca que, no Brasil, em 1981, no âmbito de publicações, se inicia de forma marcante a preocupação com a formação profissional na área de EFA com as edições das obras: “Atividade física para deficiente” de 1981 e “Educação Física para o excepcional” em 1982. No entanto, no desporto olímpico, as publicações já são menos recentes, pois datam do início do século XX (PLATONOV, 2008).

Ainda no Brasil, a capacitação de treinadores desportivos, foi recentemente impulsionada pelo movimento olímpico por meio do Instituto Olímpico Brasileiro (IOB) e Academia Brasileira de Treinadores (ABT), com o curso de desenvolvimento e aperfeiçoamento desportivo, com dois anos de duração e 840 horas, estruturado nos módulos: presencial e à distância e estágios nacionais e internacionais (RODRIGUES, *et. al.*, 2016; MILISTETDT, *et. al.*, 2015).

A exemplo do desporto olímpico, no paralímpico, as capacitações do Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB), são realizadas pela Academia Paralímpica Brasileira (APB) desde 2010, com cursos divididos em: nível I, nível II e nível III. O curso nível I tem duração de 30 horas presenciais e 100 horas de estágio ou de atuação profissional como treinador da modalidade logo após a conclusão do módulo; nível II com 40 horas presenciais e 300 horas de estágio/atuação profissional. (CBTRI, 2016). A capacitação do nível III em atletismo e natação iniciou em 2016 com carga horária de 40 horas (COSTA e WINCKLER, 2012; CPB, 2018).

Em nível internacional, temos como exemplo, a *IPC Academy* (Academia do Comitê Paralímpico Internacional) oferece programas de aperfeiçoamento desenvolvendo cursos baseados em competências para treinadores, técnicos e classificadores, com o intuito de capacitação e certificação, para que se tornem educadores do *IPC Academy* (IPC, 2018). Todos esses cursos já são existentes, e possuem chancela internacional pelo IPC, o qual possibilitou a existência de capacitação similares em outros países associados.

Finalmente Costa (1992), já apontava que, desde 1986 o Ministério da Educação e Cultura (MEC), se preocupava em suprir a falta de recursos humanos na área. Dentre as sugestões propostas se destacaram:

- apoio aos profissionais que já estavam atuando junto às pessoas com deficiências, com cursos de atualização e reciclagem.
- formação de novos profissionais;
- incentivo às instituições de Ensino Superior para implantação de especialização em EFA e de disciplinas específicas nos cursos de graduação em Educação Física.

Desta forma, além de concordar com o autor e as sugestões apontadas, é necessário apontar que elas ainda são atuais e que emergem as mesmas dificuldades que persistem na área. Obviamente o quadro de 1986 se alterou positivamente com o passar dos anos, porém algumas falhas ainda são evidentes, principalmente no que tange a relação entre a Universidade Brasileira e as entidades desportivas.

Carreira Profissional de Treinadores no Desporto Paralímpico

A carreira profissional de treinador paralímpico no Brasil, geralmente teve relação com a prestação de serviços voluntários, pois na maioria das vezes, havia a ausência de treinadores habilitados e capacitados para intervir nas modalidades desportivas paralímpicas (COSTA, 2009).

Segundo Marques e Gutierrez (2014) poucos treinadores paralímpicos no Brasil alcançam o ápice quanto a boas remunerações salariais, embora estejam buscando essa valorização e reconhecimento social. Ou seja, além das dificuldades que a área da EF encontra diante da orientação da carreira aos seus futuros profissionais, a inserção nesse campo profissional ocorre, muitas vezes pelas dificuldades de inserção no desporto olímpico de alto rendimento.

Neste sentido, entendemos que a compreensão de carreira é fundamental, haja visto o desenvolvimento do desporto paralímpico, impulsionado pelos investimentos públicos. Desta maneira, compreendemos que é necessário que se tenha conhecimento basicamente sobre o conceito de carreira profissional.

Segundo Hall (2002), carreira pode ser definida em duas perspectivas: carreira pode ser definida em duas perspectivas: a primeira em um sentido abrangente, na qual carreira são as sequências de promoções e ascensões de cargos em uma hierarquia relacionada ao trabalho, ou seja, uma noção de mobilidade vertical. A segunda é a vinculação de carreira com algumas profissões e com outras não. Por exemplo, um advogado pode ascender de funcionário a sócio de um escritório de advocacia. São movimentos

regulares de um status para outro, o que não acontece com um manobrista de automóveis em estacionamento cuja atividade não é considerada como uma carreira.

Do ponto de vista das ciências comportamentais Hall (2002) ainda destaca que, ter uma carreira e alcançar cargos em uma hierarquia de trabalho é independente do tipo de ocupação, caracterizando-se por uma sequência de experiências na vida laboral avaliada e percebida pelo indivíduo com o passar do tempo de acordo com as experiências adquiridas, podendo alterar seus valores, motivações e atitudes.

Compreendendo que a formação inicial e a capacitação, como etapas a serem percorridas na construção de carreira, no que diz respeito ao desporto de alto rendimento, segundo Nunomura (2004), os cursos de formação profissional em EF e Desportos não preparam futuros profissionais para atuação nesse campo de atuação, havendo necessidade em sua perspectiva de uma formação mais especializada, além da Universidade, pois o ex-atleta com sua experiência não é garantia de uma prestação de serviços adequadamente profissionais.

Além das questões que envolvem a formação profissional, embora a legislação específica possa indicar o desporto enquanto campo de atuação do profissional de EF, conforme a Lei 9.696/98, Art. 3º (BRASIL, 1998b):

Compete ao Profissional de Educação Física coordenar, planejar, programar, supervisionar, dinamizar, dirigir, organizar, avaliar e executar trabalhos, programas, planos e projetos; bem como prestar serviços de auditoria, consultoria e assessoria, realizar treinamentos especializados, participar de equipes multidisciplinares e interdisciplinares e elaborar informes técnicos, científicos e pedagógicos, todos nas áreas de atividades físicas e do desporto (BRASIL, 1998).

Há, no entanto, uma coexistência conflituaosa com a regulamentação do desporto, a saber, a Lei Federal 9.615/98 (BRASIL, 1998c), que institui normas gerais sobre o Desporto, em seu artigo 20, a qual determina:

As entidades de práticas desportivas (clubes) e as entidades nacionais de administração do desporto (Confederações, Federações e Ligas esportivas), de que trata o tal artigo, são pessoas jurídicas de direito privado, com organização e funcionamento autônomo, que têm suas competências definidas em seus estatutos.

Ou seja, a ambiguidade e o conflito, segundo Drigo (2009), nas relações legais em relação ao desporto, permitem que, haja agrupamento em entidades

desportivas com direitos e autonomia perante os pressupostos apresentados sobre o “saber fazer”, evidenciando as dificuldades para identificar as necessidades do desporto nacional, no seu aspecto geral, determinando a emergência de fazê-lo como carácter prioritário ao entendimento da própria identidade da profissão Educação Física.

Nesse âmbito, os profissionais de EF que atuam no desporto, especificamente treinadores, ficam sujeitos às decisões de dirigentes, muitas vezes ‘amadores’, bem como tendo seu espaço profissional ocupado por leigos, o que é inaceitável, prejudicando a construção de carreira, pois cabe aos profissionais decidirem autonomamente sobre quais ações e procedimentos na intervenção profissional, a qual deve estar fundamentada em conhecimentos científicos, pedagógicos e tecnológicos, haja visto, segundo Resende; Mesquita e Fernandes (2007) a destacada representatividade e reconhecimento social do treinador em um contexto desportivo cada vez mais diversificado, dentre eles o desporto paralímpico de alto rendimento.

No desporto paralímpico, de forma específica, ainda possuímos alguns entraves na formação da carreira, Silva e Drigo (2012) apontam as dificuldades que se originam na formação inicial, tais como:

- problemas de identidade (nome e ementa) das disciplinas relacionadas à EFA que, geralmente são frutos de modismos ou regionalidades que dificultam um padrão inicial de formação focado em uma identificação de carreira para o aluno;
- falta de especificidade entre a formação para o bacharel e o licenciado, a fim de facilitar o trânsito de equivalência para as formações;
- currículos ainda tradicionais e de difícil valorização do desporto adaptado em relação ao convencional;
- dificuldades em relação às atividades de extensão voltadas para a EFA em IFS privadas.
- disciplinas que seguem o modelo médico.

Outro fator que se destaca nos achados de Silva e Drigo (2012), referem-se ao perfil generalista de formação, em que se aponta que as decisões curriculares são direcionadas pelo mercado de trabalho, com a preocupação do egresso em ter empregabilidade. Reflete-se o quanto tal indicativo de formação, dificulta a identidade do egresso em relação a carreira pretendida pois, segundo Schein (1996) o desenvolvimento de carreira no trabalho, inicia-se anteriormente a entrada na Universidade. Desta forma, indagamos:

- tal formação generalista terá que impacto no aluno?;
- como uma formação generalista pautada nos problemas apresentados pela área da EFA – como carga horária insuficiente, identidade, falta de extensão e estágio restritos, entre outros – poderá auxiliar na carreira do egresso para a área de desportos paralímpicos?;
- por fim, como uma formação generalista pode ser assim chamada, diante das pressões aos modismos que o mercado insere no contexto de formação?

Além disso, alerta-se que no mundo da estética, o trabalho com deficientes é o que terá menor perspectiva de interesse midiático. Assim, aponta-se que o problema na definição de carreira no desporto paralímpico, inicia-se na formação e percorre as outras fases da profissão devido às poucas informações e estudos disponíveis sobre o tema.

Intervenção do Treinador no Desporto Paralímpico

Tendo como rumos, os estudos anteriores de Silva e Drigo (2012), eles corroboraram os dados encontrados e as análises, as quais compõe esse livro, possibilitando um melhor entendimento, tanto da disciplina de EFA, como na estrutura curricular da EF com enfoque na intervenção. Sendo assim, devido a EF ser uma área de aplicação de conhecimentos oriundos de ciências mães cujo objetivo é a aplicação na intervenção profissional, revisitando ainda Silva e Drigo (2012, p. 82 e 83) reeditam-se as demandas que ainda se considera necessária a formação para a intervenção por meio da:

- 1 Aproximação à prática profissional como um eixo norteador para encontrar tantos problemas relacionados a pratica com as possibilidades da intervenção profissional. Pensando nisso, verificamos que pesquisas na área de intervenção devam ser aplicadas como mediadoras entre a atuação profissional e a ciência criando uma ponte entre a própria teoria e prática em que estas pesquisas podem direcionar o avanço tecnológico levando à aplicabilidade ao professor/profissional de Educação Física. A ciência, nesse caso, deve ser um reforço para a atuação, intervenção tanto na área de licenciatura quanto graduação/bacharelado, não vista apenas como teoria que de certa forma acaba afastando ou mesmo negando a prática.

- 2 As disciplinas do currículo devem interagir para conquistar objetivos comuns. Pensamos que, neste caso, as disciplinas como, fisiologia e teoria do treinamento devem abordar, não de forma exclusiva, aspectos da treinabilidade de deficiências de modo específico em relação ao esporte ou para dinâmica da promoção de saúde que possibilite ou facilite a contextualização nas disciplinas específicas. Da mesma forma, as disciplinas esportivas podem contribuir no que se refere ao desporto adaptado como, por exemplo, a disciplina judô abordar em uma aula o conteúdo judô para cegos, o atletismo abordar as modalidades da paraolimpíada, e assim por diante. Já as disciplinas da área de humanas podem dar o contexto histórico e sociocultural problematizando em nossa sociedade o trabalho com deficientes.

Os autores também constataram que o desenvolvimento da competência profissional em EFA, perpassa a extensão universitária e necessidade da aproximação para a prática dos graduandos dos cursos de EF. Neste estudo é sugerida a necessidade de pensar na absorção do conteúdo prático nos estágios supervisionados nas frentes de atuação profissional em EFA, bem como em cursos específicos de formação de pós-graduação. Também foi sugerida a residência, semelhante à médica, seguindo as características abordadas por Lima e Gonçalves (2002), a qual consiste no aperfeiçoamento do exercício da profissão em regime dedicação exclusiva e com supervisão de profissionais experientes em ambientes de atuação profissional, diferenciando-se dos atuais cursos de pós-graduação Lato Sensu, ou especialização, que se apresentam apenas como reforço teórico.

Dessa maneira, a aplicação dos conhecimentos supracitados, constituem a intervenção profissional, na qual formam em síntese, as ações e tomadas de decisão, baseadas neles, além da *expertise* do profissional adquirida durante a carreira, vinculada à capacitação, especialização e acúmulo de experiências profissionais.

Neste sentido, especificamente, quanto à intervenção do treinador desportivo, destacando sua representatividade e reconhecimento social, essa deverá estar calcada em alargados conhecimentos, competências e habilidades em relação ao contexto desportivo cada vez mais diversificado (RESENDE; MESQUITA e FERNANDES, 2007). Devido a esse fator, estudos científicos com base pedagógica se fazem necessários para o entendimento da realidade, do

“estado da arte”, dos desafios e principalmente, do saber experiencial (TARDIF, 2002) de treinadores com expertise.

Dessa forma, a intervenção do treinador no desporto paralímpico, demanda conhecimentos especializados em relação às características que envolvem as deficiências, pois traz em seu bojo especificidades, dentre elas, a classificação desportiva, as regras, os equipamentos, ambiente acessível e as próprias modalidades desportivas. Para tanto, ressaltamos que a interação entre entidades paralímpicas e o CPB, necessitam formar parcerias com as Universidades e principalmente na formação dos já citados cursos de residência profissional, voltados ao desporto paralímpico. Sendo assim, acredita-se que o treinador paralímpico possa ser mais bem dimensionado, desde sua formação, para a melhor qualidade de sua intervenção profissional.

Referências

BRASIL a, Conselho Federal de Educação. Parecer nº 215/87 de 11 de março de 1987.

_____, **b, Lei nº 9696 de 1 de setembro de 1998.** Dispõe sobre a regulamentação da Profissão de Educação Física e cria os respectivos Conselho Federal e Conselhos Regionais de Educação Física. **Disponível em:** <http://www.confef.org.br/extra/juris/mostra_lei.asp?ID=46> **Acesso em 14 nov. 2016.**

_____, **c, Lei nº 9615 de 24 de 1998.** **Disponível em:** <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9615consol.htm> **Acesso em: 16 jun. 2018.**

BRASIL, V. Z.; RAMOS, V.; BARROS, T.E.S.; GODTSFRIEDT, J.; NASCIMENTO, J. V. A trajetória de vida do treinador esportivo: as situações de aprendizagem em contexto informal. **Revista Movimento**, Porto Alegre, v. 21, p. 815-829, 2015. Disponível em: <<http://www.seer.ufrgs.br/Movimento/article/viewFile/50773/35155>> Acesso em: 16 jun. 2018.

ANGULSKI, C. M. A disciplina de história da Educação Física na formação inicial em Educação Física. In: FARIAS, G. O. F.; FOLLE, A.; BOTH, J. (Org.). **Educação Física, formação e regulamentação profissional.** Chapecó/SC: Argos Editora da Unichapecó, 2012, v. 1, p. 35-53.

BARROS, J. M. C. Educação Física e esportes: profissões? **Kinesis**, Santa Maria, v.11, p.5-16, 1993. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/kinesis/article/view/8374/5067>> Acesso em: 15 jun. 2018.

BETTI, I. C. R. e BETTI, M. Novas perspectivas em formação profissional. **Motriz**, Rio Claro, v.2, n.1, p. 10-15, 1996.

BORELLA, D. R. **Atividade física adaptada no contexto das matrizes curriculares dos cursos de Educação Física.** Tese (Doutorado em Educação Especial) – Universidade Federal de São Carlos, 2010.

CASSIDY, Y.; JONES, R. L.; POTRAC, P. *Understanding sports coaching*. New York: Routledge, 2004. Disponível em: <<https://coachiwan.files.wordpress.com/2012/10/coaching.pdf>> Acesso em: 16 jun. 2018.

COMITÊ PARALÍMPICO BRASILEIRO. Academia Paralímpica: Habilitação técnica nível III. Disponível em: <http://www.cpb.org.br/web/guest/noticias/-/asset_publisher/IU3LNvrdeyoz/content/academia-paralimpica-brasileira-abre-inscricoes-para-curso-de-habilitacao-tecnica-nivel-ii-para-tres-modalidades?inheritRedirect=false&redirect=http%3A%2F%2Fwww.cpb.org.br%2Fweb%2Fguest%2Fnoticias%3Fp_id%3D101_INSTANCE_IU3LNvrdeyoz%26p_p_lifecycle%3D0%26p_p_state%3Dnormal%26p_p_mode%3Dview%26p_p_col_id%3Dcolumn-3%26p_p_col_count%3D1%26_101_INSTANCE_IU3LNvrdeyoz_advancedSearch%3Dfalse%26_101_INSTANCE_IU3LNvrdeyoz_keywords%3D%26_101_INSTANCE_IU3LNvrdeyoz_delta%3D20%26p_r_p_564233524_resetCur%3Dfalse%26_101_INSTANCE_IU3LNvrdeyoz_cur%3D71%26_101_INSTANCE_IU3LNvrdeyoz_andOperator%3Dtrue> Acesso em: 16 jun. 2018.

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE TRIATHLON (CBTRI). **Comitê Paralímpico Brasileiro oferece curso de capacitação e habilitação de técnicos**. Disponível em: <http://www.cbtri.org.br/ver_new.asp?tipo=noticias&id=7524&pos_menu> Acesso em 07 out 2016.

COSTA, A. M. Formação de recursos humanos para Educação Física adaptada. In: IV SIMPÓSIO PAULISTA DE EDUCAÇÃO FÍSICA ADAPTADA, 1992, São Paulo, **Anais...** São Paulo, 1992.

COSTA, A. M. Esporte Adaptado. In: CONGRESSO DE CIÊNCIAS DO DESPORTO, 3; SIMPOSIO INTERNACIONAL DE CIÊNCIAS DO DESPORTO, 2., 2009, Campinas. **Anais...** Campinas: universidade Estadual de Campinas, 2009.

COSTA, L. C. A.; NASCIMENTO, J. V. Contribuição da formação inicial e continuada para a prática pedagógica do professor de Educação Física In: FARIAS, G. O. F.; FOLLE, A.; BOTH, J. (Org.). **Educação Física, formação e regulamentação profissional**. Chapecó/SC: Argos Editora da Unichapecó, 2012, v. 1, p. 135-157.

COSTA, A. M.; WINCKLER, C. A Educação Física e o esporte paralímpico. In: MELLO, M. T.; OLIVEIRA FILHO, C. W. (Editores). **Esporte Paralímpico**. São Paulo: Atheneu, 2012.

CUSHION, C. J.; ARMOUR, K. M.; JONES, R. L. *Coach education and continuing professional development: experience and learning to coach*. **Quest**, London, v. 55, n. 3, p. 215-230, 2003.

DEPAUW K. P.; GRAVON, S. J. **Disability and sport**. 2nd Edition. Champaign: Human Kinects, 2005.

DRIGO, A. J.; SOEIRO, M. I. P.; CESANA, J. Intervenção profissional: limites e possibilidades. In: SOUZA NETO, S; HUNGER, D. (Orgs). **Formação profissional em Educação Física: estudos e pesquisas**. Rio Claro: Biblioética, 2006, p. 251 – 257.

DRIGO, A. J. Lutas e escolas de ofício: analisando o judô brasileiro. **Revista Motriz**, Rio Claro/SP, v.15, n. 2, p. 396-406, abr/jun, 2009. Disponível em: <<https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/40624/WOS000270450900021.pdf?sequence=3&isAllowed=y>> acesso em: 17 jun. 2018.

DUARTE, E. Educação Física Adaptada: especialização ou formação? In: IV SIMPÓSIO PAULISTA DE EDUCAÇÃO FÍSICA ADAPTADA, 1992, São Paulo, **Anais...** São Paulo, 1992.

DUARTE, T., CULVER, D. M. *Becoming a coach in developmental adaptive sailing: A life-long learning approach. Journal of Applied Sport Psychology*, v. 26, n. 4; p.441–456, 2014. Disponível em: <<https://www.tandfonline.com/doi/pdf/10.1080/10413200.2014.920935?needAccess=true>> Acesso em: 16 jun. 2018.

EGERLAND E. M.; SALLES, W. D. N.; BARROSO, M. L. C.; BALDI, M. F.; NASCIMENTO, J. V.; Potencialidades e necessidades profissionais na formação de treinadores desportivos. **Revista Ciência e Movimento**, v. 21, n. 2, p. 31-38, 2013. Disponível em: <<https://portalrevistas.ucb.br/index.php/RBCM/article/viewFile/3302/2590>> Acesso em: 16 jun. 2018.

FALCÃO, W. R.; BENNIE, A.; BLOOM, G. A. Desporto de alto rendimento: formação e competências do treinador. In: RESENDE, R.; ALBUQUERQUE, A; GOMES, R. A. (Coordenadores). **Formação e saberes em desporto, Educação Física e lazer**. Petrópolis/RJ: Vozes, 2016. p. 37 – 63.

GONÇALVES, V. O. **Estudo da disciplina Educação Física adaptada nas instituições de Ensino Superior do estado de Goiás**. 2002. 160 f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Faculdade de Educação Física – Universidade Estadual de Campinas – Campinas/SP, 2002.

HALL, D. T. *Career in and out of organizations*. California/USA: Sage Publications, 2002.

INTERNATIONAL PARALYMPIC COMMITTEE. *IPC Academy educator programme*. Disponível em: <<https://www.ipc-academy.org/?view=ftf&academy=1&programme=43>> Acesso em 31 ago. 2018.

JONES, R. L. *Coaching as Caring (The Smiling Gallery): Accessing Hidden Knowledge. Physical Education and Sport Pedagogy*, v.14, n. 4, p377-390, Oct. 2009.

MALLET, C. J.; TRUDEL, P.; LYLE, J.; RYNNE, S. B. *Formal vs. informal coach education. International Journal of Sports Science and Coaching*, Reino Unido, v. 4, n. 3, p. 325-334, 2009. Disponível em: <https://www.coach.ca/files/22_Formal_vs_Informal_Coach_Education_Mallet_et_al_2009.pdf> Acesso em 17 jun. 2018.

MARQUES, R. F. R.; GUTIERREZ, G. L. **O esporte paralímpico no Brasil: profissionalismo, administração e classificação de atletas**. São Paulo: Phorte Editora, 2014.

MCMASTER S.; CULVER, D.; WERTHNER, P. *Coaches of athletes with a physical disability: a look at their learning experiences. Qualitative research in sport, exercise and health*, 4:2, p.226-243, 2012.

MAUERBERG-DECASTRO, E. **Atividade física adaptada**. Ribeirão Preto/SP: Tecmedd, 2005.

MESQUITA, I. Pedagogia e treino desportivo: implicações para a formação do treinador. In: RESENDE, R.; ALBUQUERQUE, A; GOMES, R. A. (Coordenadores). **Formação e saberes em desporto, Educação Física e lazer**. Petrópolis/RJ: Vozes, 2016. p. 64-81.

MILISTETD, M; TRUDEL, P.; MESQUITA, I.; NASCIMENTO, J. V.; Treinamento e Formação de Treinadores no Brasil. *International Sport Coaching Journal*, n.1, p. 165-172, 2014.

MILISTETD, M; DUARTE, T; RAMOS, V; MESQUITA, I. M. R.; NASCIMENTO, J. V. A aprendizagem profissional de treinadores esportivos: desafios da formação inicial universitária em Educação Física. **Revista Pensar a Prática**, Goiânia, v. 18, n. 4, out./dez. 2015. Disponível em: <<https://www.revistas.ufg.br/fef/article/view/34988/19800>> Acesso em: 16 jun. 2018.

- MAUERBERG-DECASTRO, E. **Atividade física adaptada**. Ribeirão Preto/SP: Tecmedd, 2005.
- NASH, C.; COLLINS, D. *Tacit knowledge in expert coaching: science or art?* **Quest**, v. 58, p. 465-477, 2006.
- NASCIMENTO, J. V. Formação do profissional de Educação Física e as novas diretrizes curriculares: reflexões sobre a reestruturação curricular. In: SOUZA NETO, S; HUNGER, D. (Orgs). **Formação profissional em Educação Física: estudos e pesquisas**. Rio Claro: Biblioética, 2006, p. 59 – 75.
- NELSON, L.; CUSHION, C. J.; POTRAC, P. *Formal, nonformal and informal coach learning: a holistic conceptualization*. **International Journal of Sports Science and Coaching**, Reino Unido, v. 1, n. 3, p. 247-259, 2006. Disponível em: <<http://excelsiorgroup.co.uk/wp-content/uploads/2015/04/Formal-Non-Formal-and-Informal-Learning-in-Coaches.pdf>> Acesso em: 17 jun. 2018.
- NUNOMURA, M. A formação dos técnicos de ginástica artística: os modelos internacionais. **Revista Ciência e Movimento**, Brasília, v. 12, n. 3, p. 63-69, 2004. Disponível em: <<https://portalrevistas.ucb.br/index.php/RBCM/article/view/576/600>> Acesso em: 17 jun. 2018.
- PETTENGIL, N. G.; COSTA, A. M. A Educação Física e os desportos para pessoas portadoras de deficiência no Brasil no período de 1980 a 1992. In: CARMO, A. A.; SILVA, R. V. S. (Eds.) **Educação Física e a pessoa portadora de deficiência**. Série especialização e monografia 2. Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 1997. p. 269-339.
- PLATANOV, V. N. **Tratado geral de treinamento desportivo**. São Paulo. Phorte, 2008.
- RAMOS, V.; NASCIMENTO, J. V.; GRACA, A. B. S.; SILVA, R. A aprendizagem profissional: As representações de treinadores desportivos de jovens: quatro estudos de caso. **Revista Motriz**: Rio Claro, v. 17, p. 280-291, 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/motriz/v17n2/07.pdf>> Acesso em: 16 jun. 2018.
- RESENDE, R.; MESQUITA, I.; FERNANDEZ, J. Concepções dos treinadores acerca dos conhecimentos e competências no exercício da função e de acordo com o gênero e a experiência. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE JOGOS DESPORTIVOS, 1., 2007, Porto. **Actas e resumos...** Porto: Universidade do Porto, 2007, p. 77.
- RODRIGUES, H. A.; PAES, R. R.; SOUZA NETO, S. A socialização profissional do treinador esportivo como um processo formativo de aquisição de saberes. **Revista Movimento**, Porto Alegre, v. 22, n. 2, 509-521, abr./jun. de 2016. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/Movimento/article/view/55346/37381>> Acesso em: 16 jun. 2018.
- ROSADO, A. & MESQUITA, I. A formação para ser treinador. In: **Actas do 1º Congresso Internacional de Jogos Desportivos – Olhares e contextos da performance ao rendimento**, Secção conferências, [CDROM], 2007.
- SCHEIN, E.H. **Identidade profissional**: como ajustar suas inclinações a suas opções de trabalho. São Paulo, Nobel: 1996.
- SILVA, C. S.; DRIGO, A. J. **A Educação Física Adaptada no contexto da formação profissional**: implicações curriculares para os cursos de Educação Física. São Paulo: Cultura Acadêmica: 2012.

TANI, G. Avaliação das condições do ensino de graduação em Educação Física: garantia de uma formação de qualidade. **Revista Mackenzie de Educação Física e Esporte**, São Paulo, v.6, n.2, p.55-70, 2007. Disponível em: <http://www.mackenzie.com.br/fileadmin/Graduacao/CCBS/Cursos/Educacao_Fisica/REMEFE-6-2-2007/art04_edfis6n2.pdf> Acesso em: 16 jun. 2018.

TARDIF, M. **Saberes docentes e formação profissional**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

THIENGO, C. R. **Os saberes e o processo de formação de futebolistas no São Paulo Futebol Clube**. v.1. 284 f. Dissertação (Mestrado). – Universidade Estadual Paulista, Instituto de Biociências de Rio Claro, Rio Claro, 2011.

PARTE B

Capítulo 6

A Natação Paralímpica

As origens dos desportos adaptados no continente europeu, por conta do nacionalismo e das guerras, estão relacionadas à ascensão da medicina reabilitativa quando do tratamento de sequelas causadas por mutilações em combates, os quais ocasionaram deficiências (SILVA e DRIGO, 2012). Nessa perspectiva, com o final da Segunda Guerra Mundial, exercícios com fins terapêuticos, começaram a serem utilizados nas atividades aquáticas, devido aos benefícios que proporcionam na reabilitação (MAUERBERG-DECASTRO, 2005).

Neste sentido, a natação, especificamente, tornou-se uma das atividades aquáticas mais popularizadas, seja para lazer ou prática desportiva competitiva e, sua prática por PCD, além do aspecto de reabilitação, segundo Abrantes (2012), promove a reinserção social, melhora da autoestima, autocontrole das ações motoras e longevidade.

A natação é parte do programa paralímpico desde os JP de Roma em 1960, e desde então, têm aumentado o número de participantes, sendo que em Londres 2012 participaram 604 nadadores de 74 países competindo em 148 eventos com possibilidade de conquista de medalhas (IPC,2019a).

Abaixo na tabela 6 com a descrição da evolução do número de atletas e países participantes da natação paralímpica em JP.

TABELA 4

Evolução das participações em Jogos Paralímpicos da natação paralímpica

JOGOS PARALÍMPICOS			
PAÍSES/CIDADES SEDES	ANO	NÚMERO DE COMPETIDORES	NÚMERO DE PAÍSES
Itália/Roma	1960	77	15
Japão/Tóquio	1964	98	13
Israel /Tel Aviv	1968	264	24
Alemanha/ Heidelberg	1972	279	33
Canadá/ Toronto	1976	363	34
Holanda/ Arnhem	1980	441	36
Estados Unidos/ Nova Iorque Inglaterra / Stoke Mandeville	1984	541	43
Coreia do Sul/ Seul	1988	504	44
Espanha /Barcelona	1992	487	56
Estados Unidos/ Atlanta	1996	457	50
Austrália/ Sidnei	2000	576	62
Grécia/Atenas	2004	561	61
China/Pequim	2008	547	62
Inglaterra/Londres	2012	606	75

Fonte: (IPC, 2019a)

Disponível em: <https://www.paralympic.org/sites/default/files/document/160914113534354_Swimming_Media+Guide_accessible2.pdf>. Acesso em 12 set 2019.

¹Nos Jogos paralímpicos no Brasil em 2016 participaram 593 nadadores de 79 países.

No programa paralímpico a natação é praticada por atletas com deficiência física, visual e intelectual. Não sendo permitido utilizar nenhum tipo de órtese, prótese ou outro implemento, sendo que, para que possam competir é necessário utilizar a classificação funcional como critério de justiça às competições (ABRANTES, 2012).

¹ Disponível em: <<https://www.paralympic.org/sdms4/hira/web/competition/rio-2016>>. Acesso em 12 set 2019.

De acordo com o IPC (2019b), a classificação é determinada em classes, as quais são nomeadas pelos prefixos: S (*swimming*, termo em inglês para natação para eventos de nado livre, borboleta e nado de costas); SB (*breaststroke swimming*, nado peito em português) e SM (*medley swimming*, nado medley individual, para nadadores que participam de competições medley individuais) e um número.

Natação paralímpica e deficiência física

Na classificação para nadadores com deficiência física são dez classes desportivas distintas, numeradas de 1 a 10, sendo que, o número menor significa uma limitação mais severa da deficiência. Ou seja, os nadadores competem de acordo com o impacto provocado pela deficiência e não pela deficiência em si (IPC, 2019b).

No caso da deficiência física, a qual se constitui de alterações completas ou parciais dos segmentos corporais, suas origens estão subdivididas em: Encefálica (Paralisia Cerebral – PC e o Acidente Vascular Encefálico (AVE); Espinhal (lesões medulares) e Muscular (amputações e deformidades congênitas). (IPC, 2019b).

Além disso, a deficiência física pode gerar distúrbios locomotores nos membros superiores e/ou inferiores, os quais podem afetar lados do corpo reduzindo a sensibilidade e movimentos parcialmente que são as paresias e as plegias que se configuram como ausência de movimento, conforme tabela 7 abaixo:

Tabela 5
Classificação da deficiência física

Plegia: Ausência de sensibilidade e de movimentos. / Paresia: Sensibilidade e movimentos parciais.	Localização
Paraplegia/ Monoparesia	Membros inferiores e tronco.
Monoplegia/ Monoparesia	Um membro inferior ou superior.
Triplegia/ Triparesia	Três membros inferiores ou superiores.
Tetraplegia/ Tetraparesia	Membros inferiores, superiores e tronco.
Hemiplegia/ Hemiparesia	Membro inferior e superior: mesmo lado do corpo.

Fonte: Elaborada pelo autor.

Nesse caso, a classificação funcional para nadadores com deficiência física, é realizada por uma banca de classificação formada por profissionais de Educação Física, fisioterapeutas e médicos. São adotados testes físicos e clínicos constituídos de: aferição de força muscular; coordenação motora e amplitude de movimento; mobilidade articular; aferição das medidas de tronco e membro amputado e testes na água para verificar aspectos técnicos e motores, (ABRANTES, 2012).

Na tabela 8 abaixo, estão listados os padrões motores da classificação funcional para nadadores com deficiência física:

Tabela 6
Classificação funcional para nadadores com deficiência física.

Classes	Padrões motores
S1 SB1	Perda significativa de força muscular de membros inferiores e superiores; limitações no controle limitado do tronco ocasionadas, por exemplo, no caso de lesão medular completa, comprometimento abaixo de C4-5 e tetraplegia severa, incluindo também nadadores com paralisia cerebral.
S2 SB1	Limitações nas mãos, tronco e membros inferiores devido, por exemplo, a lesão medular abaixo de C6 com tetraplegia grave, seqüela de poliomielite e paralisados cerebrais.
S3 SB2	Amputações de membros superiores e inferiores, não utilização de membros inferiores e tronco. Incoordenação nos membros superiores e inferiores, caso sejam ocasionadas por lesão medular completa, estão incluídos nessa classe, por exemplo, lesão abaixo de C7 e incompleta abaixo de C6, seqüelas de pólio similar a C7 da lesão medular e amputados dos quatro membros.
S4 SB3	Nadadores nessa classe podem usar braços e ter uma boa função em suas mãos, porém não podem usar tronco ou membros inferiores. Amputados três membros podem nadar nessa classe. Para nadadores com lesão medular, estão nessa classe os que têm comprometimento completo abaixo de C8 e incompleto abaixo de C7.
S5 SB4	Nadadores com acondroplasia até 130 cm (baixa estatura), paraplégicos, por exemplo, com lesão medular abaixo de T1-8 ou abaixo de C8, hemiplégicos com paralisia cerebral severa competem nessa classe. Seqüela de poliomielite semelhante à lesão medular T1-8.
S6 SB5	Nessa classe estão incluídos nadadores com acondroplasia até 130 cm (baixa estatura), amputados de membros superiores, hemiplégicos paralisados cerebrais com problemas moderados de coordenação, lesão medular completa abaixo de T9-L1 e seqüela de poliomielite semelhante à lesão medular T9-L1.

S7 SB6	Nadadores com amputação de um membro inferior e um superior em lados opostos, hemiplegia de membro superior e inferior do mesmo lado. Além disso, os nadadores com controle total sobre os braços e tronco e algumas funções dos membros inferiores podem competir nesta classe, no caso de lesados medulares abaixo de L2-3 e sequelas de poliomielite.
S8 SB7	Nadadores com amputação de um membro superior, restrições significativas nas articulações do quadril, joelhos e tornozelos, com lesão medular baixo de L4-5, seqüela de poliomielite semelhante a lesão medular L4-5, são elegíveis para essa classe.
S9 SB8	Amputações dupla abaixo do joelho, restrições articulares em um membro inferior, lesão medular de S1-2 e poliomielite pertencem os nadadores dessa classe.
S10 SB9	Nadadores com seqüela de poliomielite e mínimo prejuízo de membros inferiores, amputação de ambos os pés, de uma das mãos ou restrição de movimento em uma articulação do quadril estão elegíveis nessa classe.

Fonte: IPC – Explanatory guide to Paralympic classification Paralympic summer sports. (IPC, 2019b) ABRANTES, G. M. Natação. In: **Esporte paralímpico**. São Paulo: Editora Atheneu, 2012. p. 169-178.

Disponível em: <https://www.paralympic.org/sites/default/files/document/150915170806821_2015_09_15%2BExplanatory%2Bguid%2BClassification_summer%2BFINAL%2B_5.pdf>. Acesso em 12 set 2019.

Natação paralímpica e deficiência visual

A deficiência visual pode ser classificada como: cegueira, que é a condição que vai da não percepção de luminosidade até percepções de vulto sem reconhecimento de forma; baixa visão que é a limitação em discriminar objetos próximos, porém é possível que a PCD visual realiza leituras através do resíduo visual com auxílio ótico e adaptações no meio ambiente (SEABRA JUNIOR, 2008).

Quanto à natação paralímpica para nadadores com deficiência visual, os critérios de elegibilidade são de acordo com a classificação médica realizada por profissionais médicos oftalmologistas.

Dessa forma, as classificações da deficiência visual se apresentam pautados nos seguintes critérios: 1) legais, para intuito de elegibilidade junto a programas de assistência e previdência social; 2) médicos, com o objetivo de diagnóstico e supervisão médica especializada; 3) educacionais, tendo como embasamento os recursos indispensáveis as processos pedagógicos; 4) desportivos, a fim de estabelecer critérios para participação em competições desportivas (MUNSTER, 2004).

Na perspectiva desportiva, a classificação oftalmológica, realizada pela avaliação médica traz como parâmetro a acuidade e o campo visual dos nadadores, tendo seu reconhecimento pelo IPC (2019b) na seguinte ordem: LogMar 1.0 e 1.4.

- S/SB11: Nessa classe estão os nadadores que vão da não percepção luminosa até LogMar 2.6.
- S/SB12: Para essa classe os nadadores possuem uma maior acuidade visual entre 1.5 e 2.5 LogMar. O campo visual é de menos de 10 graus de raio.
- S/SB13: São elegíveis para essa classe os nadadores com baixa visão entre 1.0 e 1.4. A acuidade e / ou um campo visual é de menos 40 graus de raio.

Tendo em vista, uma competição que garanta justiça, os nadadores da classe S/SB11 tem que obrigatoriamente utilizar óculos escuros. Além desse implemento e, com o objetivo de garantir a segurança dos nadadores S/SB11, é utilizado a técnica do *tapping* (golpe suave) e, quem faz o golpe é denominado de *tapper* (imagem 1), ou seja, o *tapping* é o sinal que se dá ao nadador com um toque em sua cabeça, costas, peito ou mão que é o momento de parar ou de realizar uma virada, desde que não atrapalhe sua performance. Já os nadadores das classes S/SB12 e S/SB13 podem optar pelo uso do *tapper* ou não.

Imagem 1



Fonte: (IPC,2019c).

Disponível em: <https://www.paralympic.org/sites/default/files/styles/mainpicture_612/public/images/20170428/170428112526555_visually%2Bimpaired%2Bswimming.jpg?itok=dRQveMob>.

Acesso em 12 set 2019.

Natação paralímpica e deficiência intelectual

Segundo a *American Association of Mental Retardation* (AMMD) conceitua-se deficiência intelectual como um funcionamento significativo abaixo da média, caracterizada pela conduta adaptativa inadequada podendo se manifestar até os 18 anos de idade (GIMENEZ, 2008).

Em relação à prática de atividade física, pela primeira vez é indicado o uso de associações com o que a pessoa já conhece, dando um nome para a atividade, favorecendo a memória da pessoa com deficiência intelectual, bem como a utilização de estratégias cinestésicas, ou seja, a pessoa deve sentir o movimento a ser realizado, podendo o treinador conduzir os movimentos (GORGATTI, 2009).

Em relação à natação paralímpica, os nadadores com deficiência intelectual são elegíveis de acordo com os critérios de elegibilidade estabelecidos pela Federação Internacional de Esportes para Atletas com Deficiência Intelectual (INAS-FID), em acordo com a Organização Mundial da Saúde e a AMMD (ABRANTES, 2012).

Os nadadores com deficiência intelectual pertencem à classe S/SB14, e possuem geralmente dificuldades quanto ao reconhecimento de padrões, sequenciamento e memória, o que leva a um tempo de reação mais lento e um número maior de movimentos comparada aos nadadores sem deficiência (IPC, 2019b).

Dentro desse contexto, é necessário que esses conhecimentos sejam adquiridos pelo profissional que tenha pretensão de atuação no desporto paralímpico, na perspectiva do conhecimento técnico em suas características fisiológicas ou biomecânicas características da natação paralímpica.

Referências

- ABRANTES, G. M. Natação. In: MELLO, M. T.; WINCLKER, C. In: **Esporte paralímpico**. São Paulo: Editora Atheneu, 2012, p.169-178.
- GIMENEZ, R. Atividade física e deficiência intelectual. In: GORGATTI, M. G.; COSTA, R. F. **Atividade física adaptada**: qualidade de vida para pessoas com necessidades especiais. Barueri/SP: Manole, 2008. p. 77-127.
- GORGATTI, M.G. Atividades físicas e esportivas para crianças e adolescentes com deficiência. In: DE ROSE JR., D. **Esporte e atividade física na infância e adolescência**. Porto Alegre: Artmed 2ed., 2009.

INTERNATIONAL PARALYMPIC COMMITTEE a. *IPC swimming media guide* 2016. Disponível em: <https://www.paralympic.org/sites/default/files/document/160914113534354_Swimming_Media+Guide_accessible2.pdf> Acesso em: 14 abr. 2019.

_____. b. *Explanatory guide to Paralympic classification Paralympic summer sports*. Disponível em: <https://www.paralympic.org/sites/default/files/document/150915170806821_2015_09_15%2BExplanatory%2Bguide%2BClassification_summer%2BFINAL%2B_5.pdf> Acesso em: 14 abr. 2019.

_____. c. Disponível em: <https://www.paralympic.org/sites/default/files/styles/mainpicture_612/public/images/20170428/170428112526555_visually%2Bimpaired%2Bswimming.jpg?itok=dRQveMob> Acesso em: 14 abr. 2019.

MAUERBERG-DECASTRO, E. **Atividade física adaptada**. Ribeirão Preto/SP: Tecmedd, 2005.

MUNSTER, M. A. V. **Espportes na natureza e deficiência visual: uma abordagem pedagógica**. 332f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.

SEABRA JUNIOR, M. O.; MANZINI, E. J. **Recursos e estratégias para o ensino do aluno com deficiência visual na atividade física adaptada**. Marília: ABPEE, 2008.

SILVA, C. S.; DRIGO, A. J. **A Educação Física Adaptada no contexto da formação profissional: implicações curriculares para os cursos de Educação Física**. São Paulo: Cultura Acadêmica: 2012.

Capítulo 7

O Atletismo Paralímpico

Ciro Winckler

A Estrutura do atletismo paralímpico

O atletismo é praticado por pessoas com deficiência desde o início do século XX, são apresentados relatos de competições entre os alunos de escolas de cegos nos EUA no ano de 1908 em provas de corrida e lançamento (McGinnity, J. Seymour-Ford, & Andries, 2004), bem como do outro lado do Atlântico já se iniciavam as competições entre essa população na Alemanha (Palacios, 2004). Existe, também, o relato da “Olimpiada dos Aleijados” (*Cripples Olympiad*), na qual ocorriam várias modalidades, dentre essas a corrida o evento iniciou-se no ano de 1911 (“THE CRIPPLE ATHLETIC CHAMPION,” 1913) e ocorreu até a Segunda Guerra na cidade americana de Saint Louis (Luigi, 2018). No entanto, o grande salto nesse esporte praticado pelas pessoas com deficiência ocorreu com a inserção de provas de atletismo nos Jogos de Stoke Mandeville em 1950, e a consequente inserção no programa dos Jogos Paralímpicos em 1960, ambos praticados por pessoas com lesão medular (Brittain, 2012b).

A modalidade esteve presente em todas as edições dos jogos entre 1960 e 2016, bem como foi confirmada nos Jogos de 2020. A modalidade é atualmente a que mais distribui medalhas e conta com o maior número de participante em relação aos outros 21 esportes (IPC, 2019a) (Quadro 1).

Quadro 1

Número de provas e de eventos nos Jogos Paralímpicos de Tóquio 2020

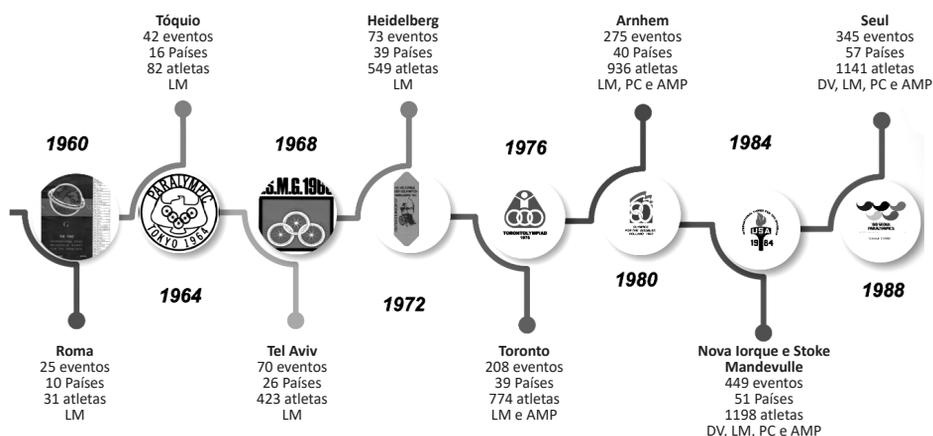
	Masculino	Feminino	Misto	Total	Total de jogos	% Jogos
Participantes	660	440	0	168	540	31%
Eventos	93	74	1	1100	4400	25%

Legenda: % Jogos representa o quanto os atletas do atletismo representam no Total de participantes dos Jogos (Total de Jogos).

A evolução da modalidade ao longo das 15 edições de Jogos Paralímpicos pode ser vista nas Figuras 1, que compreende de 1960 a 1988, e na 2, de 1988 a 2016, apresentando o número de atletas, eventos, países e as deficiências em cada edição dos Jogos.

Figura 1

Características da Participação no atletismo dos Jogos Paralímpicos de 1960 a 1988

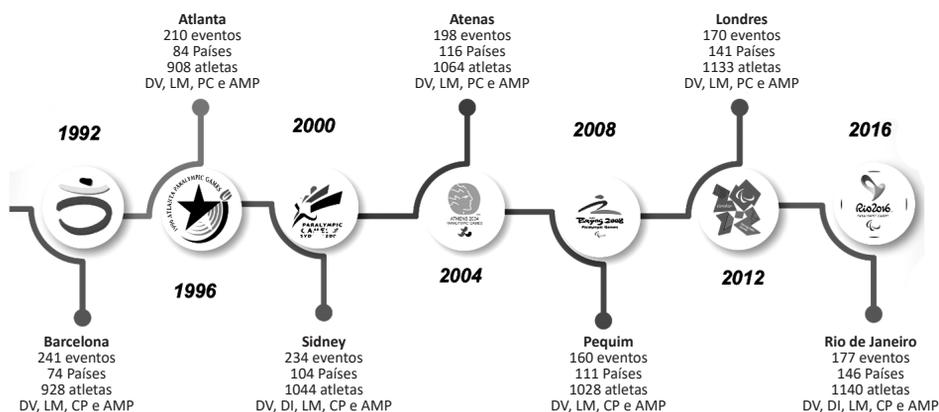


Legenda: LM atletas com lesão medular, DV atletas com deficiência visual, PC Paralisia cerebral e AMP atletas com amputação.

Fonte:(IPC, 2019b).

Entre os jogos de 1960 e 1972 apenas atletas com lesão medular competiam, nos jogos de 1976 foram introduzidos atletas com amputação no atletismo. No evento seguinte os atletas com paralisia cerebral começaram a participar e a partir de 1984 os atletas com deficiência visual foram introduzidos.

Figura 2
Características da participação no atletismo dos Jogos Paralímpicos de 1992 a 2016



Legenda: LM atletas com lesão medular, DV atletas com deficiência visual, PC Paralisia cerebral e AMP atletas com amputação.

Fonte:(IPC, 2019b).

Os atletas com deficiência intelectual foram introduzidos nos jogos de 2000, afastados por problemas do sistema de classificação e retornaram nos jogos do Rio 2016.

Do ponto de vista organizacional, os Jogos de 1992 foram o ponto de mudança para a entrada do esporte paralímpico em sua era moderna. As duas edições anteriores do atletismo foram marcadas por uma relação próxima de uma medalha por atleta, isso decorrente do grande número de eventos oferecidos nas diferentes classes relacionando-os com o número de atletas competindo. A organização de Barcelona colocou como ponto chave para a organização dos jogos a reestruturação do sistema de classes e limitação no número de provas oferecidas. Apesar da demanda o novo sistema de classificação foi implementado apenas nos Jogos de 1996.

Para entendermos esse cenário, precisamos definir os conceitos de eventos e de classes funcionais.

Os eventos apresentados no Quadro 2 são os eventos mais tradicionais do atletismo, enquanto o Quadro 3 apresenta provas que fizeram parte da evolução do atletismo, mas deixaram de ser praticadas no alto rendimento.

Quadro 2

Programa de eventos de atletismo paralímpico ao longo da História

	1960	1964	1968	1972	1976	1980	1984	1988	1992	1996	2000	2004	2008	2012	2016
100			X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
200					X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
400					X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
800					X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
1500					X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
5000							X	X	X	X	X	X	X	X	X
10000								X	X	X	X	X	X		
4x100						X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
4X400							X	X	X	X	X	X	X	X	X
Maratona							X	X	X	X	X	X	X	X	X
Salto em altura					X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Salto triplo						X	X	X	X	X	X	X	X	X	
Salto em distância					X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Lançamento de club	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Arremesso de peso	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Lançamento de disco		X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Lançamento de dardo	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X

Legenda: Foram mantidas as provas de Salto Triplo e 10000 m por fazerem parte de diferentes programas de competição como Campeonato Mundial ou Jogos Parapanamericanos. **Fonte:**(IPC, 2019).

Quadro 3
Programa de provas não tradicionais no atletismo paralímpico
ao longo da História

	1960	1964	1968	1972	1976	1980	1984	1988	1992	1996	2000	2004	2008	2012	2016
Lançamento de precisão do dardo	X		X	X	X										
Pentatlo		X	X	X	X	X	X	X	X	X	X				
Slalom Cadeira de Rodas		X	X	X	X	X	X	X							
60 m		X	X	X	X	X	X								
Revezamento (4x40 ou 4x60 m)		X	X			X									
1500 andando					X										
Lançamento de precisão do club					X		X	X							
Salto em altura – impulsão 2 pés					X										
5000 m andando						X									
80 m						X									
4X200 m							X	X							
Cross Country							X	X							
Slalom ambulantes							X	X							
Rei e Rainha Pista 100 m							X								
20 m – Braço							X								
3000 m (feminino)							X								
Lançamento de Medicinebol							X								
Revezamento misto 3x60 m							X								
Chute de bola								X							

Legenda: Cross Country 1984 1000 (f) 1500 (m) e 1988 3000 e 5000 por classe funcional.

Fonte:(IPC, 2019).

Os eventos nos jogos de 1984 e 1988 foram concebidos de modo a que alguns fossem muito específicos, tais como os 20 metros braço ou o chute de bola. Permitindo apenas a participação de poucos atletas.

Desse universo de provas que não fazem mais parte do programa paralímpico três merecem destaque e um pequeno descritivo, pelas suas características e possibilidades pedagógicas de ensino do esporte. São esses o *slalom* em cadeira de rodas, lançamento de precisão do dardo e pentatlo (Brittain, 2012a).

O *slalom* era um evento de velocidade e controle da cadeira de rodas. O percurso é desenvolvido para medir o tempo de deslocamento diante de diferentes obstáculos, caso haja a falha frente algum obstáculo é imputado penalidade de tempo. O atleta com menor tempo ganha a prova.

No Dardo de precisão o alvo tinha 3 metros de diâmetro e era composto por círculos concêntricos, cada um com 40 cm e o central com 20 cm. Os homens ficavam distantes 10 m do ponto central do alvo e as mulheres a 7 m. Ganhava quem somasse mais pontos acertando as áreas centrais, em condição semelhante ao tiro com arco.

O pentatlo apresentou-se no programa paralímpico sobre duas formas. Na primeira um evento combinado entre tiro com arco, atletismo (peso, dardo e corrida) e natação, na segunda forma como provas de atletismo (um evento de velocidade, um de meio fundo, dois lançamentos e um salto, sendo esse último substituído por outra prova no caso dos cadeirantes).

Conhecer a história do esporte permite resgates, não apenas de como o esporte ocorreu ou chegou a esse modelo, mas permite entender práticas que podem ser introduzidas para a iniciação esportiva que demandam pouco investimento ou podem ser prazerosas pela característica de desafio apresentado.

A história dos Jogos Paralímpicos mostra a introdução de populações com diferentes deficiências ao logo de seus ciclos (Figura 1 e 2). Permitir a participação dessa população em equidade de condições norteou o desenvolvimento da classificação. Essa surgiu a partir do modelo médico dentro dos hospitais, a divisão dos atletas era feita pelo nível de lesão do atleta, feito a partir de seu diagnóstico. A maturação do processo levou a introdução do conceito da funcionalidade no processo de classificação, associado ao modelo da reabilitação (Tweedy & Vanlandewijck, 2011). No entanto, outros dois fatores foram fundamentais nessa construção da estrutura da classificação, como apresentado inicialmente a introdução de outros tipos de deficiência, além da lesão medular, e a necessidade de diminuir o número de eventos tornando-os, desse modo, mais competitivos com um maior número de atletas em cada uma desses (Bailey, 2008).

O modelo atual de classificação permite a participação de 10 diferentes tipos de deficiências e suas respectivas incapacidades, divididas em sete grupos de classes funcionas, conforme apresentadas no quadro 4.

Quadro 4
Classificação funcional do atletismo paralímpico

	Elegibilidade	Pista (T)	Campo (F)
Ambulantes	Deficiência visual	T11, T12, T13	F11, F12, F13
	Deficiência intelectual	T20	F20
	Deficiência de coordenação (hipertonia, ataxia e atetose)	T35, T36, T37, T38	F35, F36, F37, F38
	Baixa estatura	T40, T41	F40, F41
	Deficiência de membro inferior sem próteses (diferença de comprimento, déficit de força ou amplitude)	T42, T43, T44	F42, F43, F44
	Deficiência de membro superior	T45, T46, T47	F45, F46
	Deficiência de membro inferior com próteses (amputação ou dismilia ou comprimento)	T61, T62, T63, T64	F61, F62, F63, F64
Cadeirantes	Deficiência de coordenação (hipertonia, ataxia e atetose)	T32, T33, T34	F31, F32, F33, F34
	Deficiência de membro inferior (diferença de comprimento, déficit de força ou amplitude)	T51, T52, T53, T54	F51, F52, F53, F54, F55, F56, F57
	Número total de classes	27	30

Legenda: A letra T vem da palavra inglesa *Track* que significa pista, enquanto F vem de *Field* que se pode traduzir como campo.

Para competir em cada uma dessas classes o atleta necessita ter uma determinada característica, sendo que não basta ter a deficiência, mas é necessário ter uma perda funcional mínima dentro dos critérios para ser elegível. Caso contrário o atleta pode estar em um “limbo” no qual existe a deficiência, mas não a perda necessária para estar no universo paralímpico.

Desse modo, pensar nos 100 metros permite o entendimento esse evento pode ocorrer 54 vezes, sendo 27 no masculino e 27 no feminino em cada uma das classes. Essa condição pode apresentar-se como um contrassenso ao ponto de redução de classes e eventos. Entretanto esse cenário dificilmente ocorrerá uma vez que em eventos de nível nacional ou internacional faz-se necessário um número mínimo de atletas por evento, levando a combinação

de classes com funcionalidades próximas ou no pior cenário seu não oferecimento. No entanto, permite a equidade de condições na competição.

O Quadro 5 mostra a disposição dos eventos de pista em cada grupo de deficiência, não significando que será uma prova para todas as classes, mas que todas as classes disputam provas naquela distância. O modelo de deslocamento para cada classe é diferente, uma vez que os atletas das classes 60 necessitam de próteses para correr, na 50 adotam-se cadeiras de rodas de corrida e enquanto a 30 é dividida, nas classes 31-32 dependem de petras (triciclos que posicionam o atleta de modo consiga se deslocar usando o movimento das pernas) e nas 33-34 utilizam-se cadeiras de rodas de corrida.

Quadro 5

Eventos de pista que são oferecidas para cada grupo de classes

Provas	T11-13	T20	T31-32	T33-34	T35-38	T40-41	T42-44	T45-46	T47	T51-54	T61-64
100	X	X	X	X	X		X	X	X	X	X
200	X	X	X	X	X		X	X	X	X	X
400	X	X	X	X	X		X	X	X	X	X
800	X	X		X	X			X		X	
1500	X	X		X	X			X		X	
5000	X	X		X				X		X	
4x100	Multiclasse										
Salto em altura	X	X						X	X		X
Salto triplo	X	X						X	X		X
Salto em distância	X	X			X			X	X		X
10 km	X	X		X				X		X	
Meia-maratona	X	X		X				X		X	
Maratona	X	X		X				X		X	

Os eventos de pista são divididos em suas distâncias, ambiente e saltos. Esse último é descrito no esporte paralímpico como eventos de pista em decorrência de sua classificação ser a mesma das provas de corrida. Desse modo as divisões são as seguintes

O atletismo paralímpico

- Velocidade – 100, 200 e 400 metros
- Meio fundo – 800 e 1500 metros
- Fundo – 5000 metros
- Provas de rua – 10 km, meia-maratona e maratona
- Saltos horizontais – distância e triplo
- Salto vertical – altura

No ciclo paralímpico que se iniciou em 2017 foram incorporados dois eventos novos. O primeiro é o revezamento 4x100 m misto, no qual as equipes terão de combinar atletas do masculino (2 atletas) e feminino (2 atletas) de diferentes classes (1 da classe 10, 1 da classe 30, 1 da classe 40 ou 60 e 1 da 50), de modo que a combinação de tempos torne a equipe, parte do programa dos Jogos de Tóquio 2020 competitiva, respeitando que sempre tenham atletas com deficiência severa nessa equipe. A outra prova incorporada aos eventos paralímpicos, tais como campeonatos mundiais, é a *petra* ou *racerunning*. Apesar de ser uma modalidade que ocorre desde 1991 (Siddiqi, 2019), não faz parte do programa de Tóquio.

Imagem 2

Atleta no Circuito Paralímpico de Atletismo correndo com *petra*



Quadro 6

Eventos de Campo que são oferecidas para cada grupo de classes

Provas	F11-13	F20	F31	F32	F33-34	F35-38	F40-41	F42-44	F45-46	F51	F52-57	F61-64
Lançamento de club			X	X						X		
Arremesso de peso	X	X			X	X	X	X	X		X	X
Lançamento de disco	X	X		X	X	X	X	X	X	X	X	X
Lançamento de dardo	X	X		X	X	X	X	X	X		X	X

A definição dos eventos respeita funcionalidades dos atletas. Nos de campo, as classes que têm como características limitação funcional severa de membros superiores (p.e. – atletas com lesão medular de C6) e levam a baixa funcionalidade dos músculos das mãos impedindo o manuseio do peso para o arremesso, levando o atleta a realizar o *club* que permite que o implemento seja encaixado na mão. Da mesma maneira, as provas para atletas com deficiência de coordenação, no caso específico de hipertonia, são limitadas até a distância de 1500 metros; evitando, dessa maneira, uma sobrecarga articular decorrente de valgo do joelho e do tornozelo influenciados pelo padrão muscular do atleta associado ao número de movimentos para realizar a prova. Nesse mesmo sentido, foram apresentadas classes funcionais para atletas com baixa estatura nos eventos de pista, no entanto não foram indicadas distâncias das corridas para esses atletas, muito provavelmente por conta da especificidade física desses atletas, como o padrão de joelho varo em decorrência da acondroplasia, o que pode levar a pequenos traumas associados ao impacto da corrida.

Esse cenário leva a duas conclusões a respeito do conhecimento do profissional que pretende trabalhar no desporto paralímpico. Na primeira, o conhecimento técnico do profissional deve transpassar as ideias do seu correlato olímpico; quer seja nas características fisiológicas ou biomecânicas dos eventos do atletismo ou nas suas características técnicas do evento. Na segunda o entendimento das características da deficiência, seus aspectos biológicos e impactos das capacidades físicas e motoras devem ser considerados no processo pedagógico do treinamento esportivo.

A formação do treinador desportivo deve contemplar esses conceitos de modo que permitam o atendimento do atleta com deficiência de maneira integral. Permitindo o entendimento do ambiente que o atleta está inserido e as variáveis que limitam ou potencializam sua interação no atletismo.

O Atletismo Paralímpico no Brasil

As primeiras competições de atletismo paralímpico no Brasil ocorrem com a criação da ANDE (Parsons & Winckler, 2012) e olímpiadas das APAEs na década de 1970, sendo que esse último era cenário para competições esportivas não apenas de pessoas com deficiência intelectual, mas com outros tipos de deficiência (APAE, 2018; MATARUNA, OLIVEIRA FILHO, ALMEIDA, & FONTES, 2005). O atletismo cresce durante a década de 1980 com a criação das Confederações por área de deficiência – Associação Brasileira de Esportes em Cadeira de Rodas – ABRADecAR, Associação Brasileira de Desporto para Cegos ABDC e Associação Brasileira de Desporto para Amputados – ABDA (Parsons & Winckler, 2012).

O ano de 1995 marca a criação do Comitê Paralímpico Brasileiro – CPB. O aumento da velocidade de crescimento dessa modalidade, ocorre nos anos 2000; período, no qual o CPB centralizou as ações e tornou-se o organizador das competições da modalidade para todas as áreas de deficiência, implementando eventos escolares e sistematizando programas de alta performance.

A participação Brasileira em Jogos Paralímpicos é representada na Figura 3, que apresenta a participação brasileira de 1972 a 1992 e o Figura 4 que vai de 1996 a 2016. Esses 12 ciclos mostram o crescimento no número de atletas, áreas de deficiência e a evolução no quadro de medalha.

Figura 3

Participação Brasileira no Atletismo nos Jogos Paralímpicos 1972 a 1992

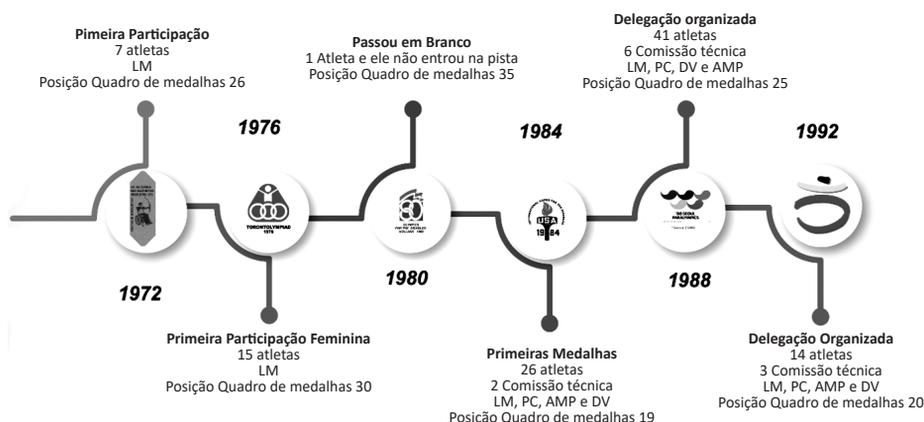
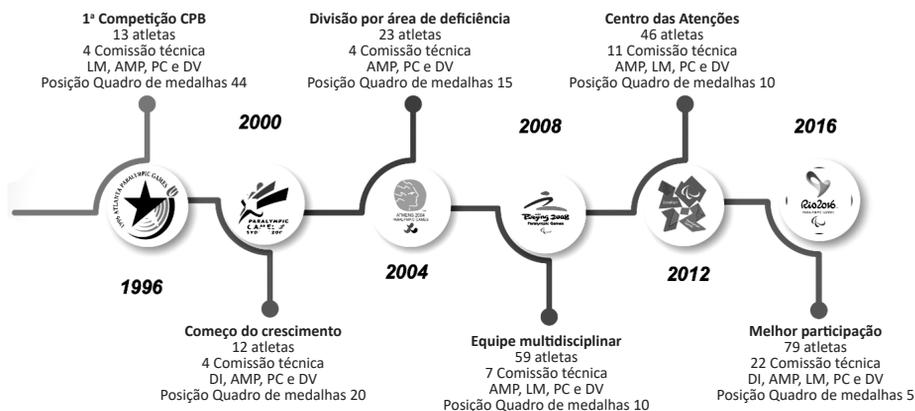


Figura 4

Participação Brasileira no Atletismo dos Jogos Paralímpicos 1996-2016

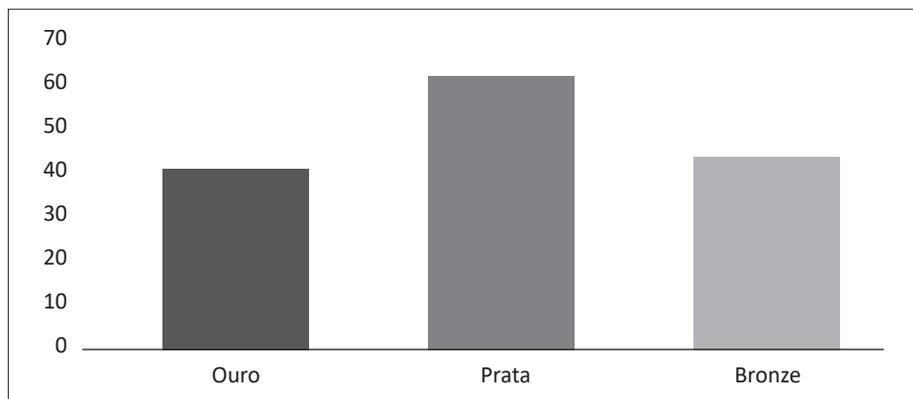


Ambos os quadros permitem uma análise da evolução não apenas no quantitativo de atletas, que a partir dos Jogos de 1984 computaram os atletas guias, que nos Jogos do Rio chegaram a 79 atletas o que seria uma delegação maior que toda a equipe Brasileira que esteve nos jogos de Sidney. Outro aspecto relevante dessa evolução é que em 2016 estavam presentes atletas com todas as deficiências.

Desde sua primeira medalha nos Jogos de 1984 o Brasil ganhou 143 medalhas que foram alcançadas por 110 atletas em eventos individuais e revezamentos. O Gráfico 1 apresenta a divisão das medalhas alcançadas entre 1984 e 2016.

Gráfico 1

Medalhas alcançadas pelo Atletismo Paralímpico Brasileiro entre 1972 e 2016



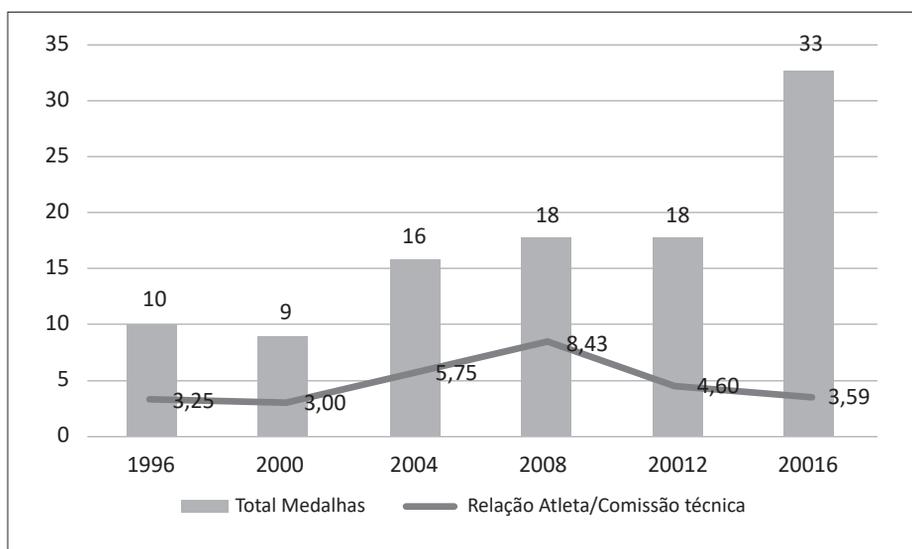
Fonte: (IPC, 2019)

No entanto, um aspecto importante de se apresentar é o crescimento da comissão técnica que deixa de ser composta apenas por treinadores em 2004 e passa a ser multidisciplinar a partir dos Jogos de 2008, com especialidade não pela área de deficiência, mas focando nas especialidades esportivas (velocidade, fundo, lançamento e saltos). Os Jogos de 2016 permitiram incorporar um treinador com uma nova especialidade, a corrida em cadeiras de rodas, bem como a inserção de cientistas do esporte no grupo multidisciplinar.

O gráfico 2 permite identificar a relação entre comissão atleta/técnica e medalha, mostram que o aumento do número de atletas nas delegações com uma relação de 3-5 atletas por profissional tem sido uma constante nas participações em Jogos Paralímpicos desde a sistematização do CPB em 1995.

Gráfico 2

Relação Atleta–Comissão Técnica na modalidade Atletismo nos Jogos Paralímpicos de 1996 a 2016



Legenda: o cálculo da Relação atleta Comissão Técnica foi feita com a divisão do número total de atletas pelo número de membros da comissão técnica

Para fortalecer esse serviço aos atletas, o CPB estabeleceu um programa de desenvolvimento dos profissionais que trabalham nas modalidades sobre sua ação de confederação, sendo elas: atletismo, natação, halterofilismo e tiro esportivo. Os cursos de habilitação de treinadores para o atletismo

tiveram início em 2011, certificando os treinadores em três níveis (regional, nacional e internacional) (CPB, 2016). Esse processo teve no ano de 2018 um marco técnico, o regulamento das competições do Circuito Loterias Caixa de Atletismo, Natação e Halterofilismo instituíram a obrigatoriedade dos treinadores terem a certificação no ato da inscrição para o evento, na fase regional o treinador responsável deveria ter o nível 1 e na fase nacional o nível 2 (CPB, 2018).

Os cursos de habilitação são divididos em dois momentos um presencial com os cursos e avaliação e o outro de estágio de 100 horas. Sendo que ao final do estágio o treinador deve apresentar um programa de treinamento associado ao nível pleiteado.

As ementas dos 3 níveis de certificação permitem entender o seu direcionamento e o foco de desenvolvimento laboral.

- **Nível I – ao final desse módulo o treinador estará apto a:**
 - desenvolver e ministrar programas de iniciação ao atletismo com ênfase em atividades gerais para atletas com deficiência;
 - trabalhar nas fases regionais do Circuito Paralímpico de Atletismo.
- **Nível II – ao final desse módulo o treinador estará apto a:**
 - desenvolver e ministrar programas de treinamento com ênfase em atividades específicas das diferentes áreas de especialidade do atletismo paralímpico (corridas, saltos, lançamentos e arremessos, bem como corrida em cadeira de rodas);
 - trabalhar nas fases nacionais do Circuito Paralímpico de Atletismo.
- **Nível III – ao final desse módulo o treinador estará apto a:**
 - desenvolver e ministrar programas Treinamento de Rendimento em uma das especialidades (corridas, saltos, lançamentos e arremessos, bem como corrida em cadeira de rodas). Sendo capaz de realizar controles de cargas e avaliações em atletas com deficiência;
 - trabalhar em eventos Internacionais pelo Comitê Paralímpico Brasileiro

Para o desenvolvimento esportivo desses níveis os seguintes conteúdos foram trabalhados ao longo dos anos de modo a contemplar os conceitos de desenvolvimento esportivo dos atletas.

Quadro 7 – Conteúdo programático dos diferentes níveis de certificação de treinadores no atletismo paralímpico

Nível 1 Iniciação ao atletismo	Nível 2 Generalidade nas áreas	Nível 3 Especialização em uma área
Classificação Funcional e Visual (Conceitos de Deficiência)	Nutrição/Suplementação e Dopping	Gestão e liderança no Esporte
Deficiência Visual (especificidades e cuidados nas atividades)	Velocidade	Fisiologia
Paralisia Cerebral (especificidades e cuidados nas atividades)	Meio fundo e fundo	Biomecânica
Amputação (especificidades e cuidados nas atividades)	Arremesso e lançamentos	Controle de Carga
Lesão Medular (especificidades e cuidados nas atividades)	Saltos	Alto rendimento (competições e influências externas)
Atleta Guia	Corrida em cadeira de rodas	Tecnologia no Para-atletismo
Pedagogia do Esporte	Força e Potência	Aprofundamento na área escolhida
Jogos e atividades adaptadas	Lesões e Trabalhos preventivos	
Iniciação: provas de campo	Avaliações	
Iniciação: provas de pista	Organização do Treinamento	

A estrutura básica do conteúdo passa pelo conhecimento da pessoa com deficiência e suas características biológicas, o impacto da deficiência nas capacidades físicas e motoras. Sendo que os aspectos pedagógicos devem estar norteados pelas características do sujeito e das limitações e potencialidades associadas à sua deficiência.

O conhecimento acerca da corrida em cadeira de rodas (Cooper, 1990) e com a pedra demandam um conjunto de conhecimentos diferenciado do atletismo olímpico. Esses dois eventos são um processo que apresentam várias interseções com os demais eventos do atletismo, pois apesar da biomecânica diferenciada apresentam regimes metabólicos semelhantes e conceitos estratégicos que podem se aproximar.

A formação de treinadores paralímpicos tornou-se foco central do processo de desenvolvimento do CPB. Esse cenário é necessário frente a necessidade de crescimento, os resultados brasileiros alcançados por indivíduos com diferentes tipos de deficiência e especialidade esportiva demandam cada vez mais especialização profissional para potencializar os resultados esportivos.

O esporte paralímpico brasileiro vem ao longo dos últimos anos mostrando que a elitização do esporte, vem contribuindo com a inclusão da pessoa com deficiência. Quanto mais nossos atletas alcançam excelência nos resultados, novas portas são abertas para as pessoas com deficiência na sociedade brasileira.

Referências

BAILEY, S. *Athlete first: A history of the Paralympic Movement*. Southern Gate, Chichester: John Wiley & Sons Ltd, 2008.

BRITAIN, I. *Blast from the Past – Some Sports and Events No Longer on the Paralympic Summer Programme*, (2012a). Disponível em: <<https://paralympicanorak.wordpress.com/my-publications/>> Acesso em: 14 abr. 2019.

BRITAIN, I. *Sports on the Stoke Mandeville Games Programme (1948-1959) and the Paralympic Games Programme (1960-2012)*, (2012b). Disponível em: <<https://paralympicanorak.wordpress.com/2012/07/12/sports-on-the-stoke-mandeville-games-programme-1948-1959-and-the-paralympic-games-programme-1960-2012/>> Acesso em: 31 jan. 2019.

INTERNATIONAL PARALYMPIC COMMITTEE a *Tokyo 2020 Paralympic Games: Qualification Regulations*. Disponível em: <<https://www.paralympic.org/tokyo-2020/qualification-criteria>> Acesso em 14 abr. 2019.

_____. b. *IPC Historical Results Archive*. Disponível em: <<https://www.paralympic.org/sdms4/hira/web>> Acesso em: 14 abr. 2019.

LUIGI, A. J. D. e (Ed.). (2018). *Adaptive Sports Medicine: a clinical Guide*. Springer: 2018. Disponível em: <<https://doi.org/10.1007/978-3-319-56568-2>> Acesso em: 14 abr. 2019.

MCGINNIT, B. L.; SEYMOUR, F.; ANDREIS, K. *Sports*. Perkins History Museum, Perkins School for the Blind. (2004). Disponível em: <<https://www.perkins.org/history/curriculum/sports>> Acesso em: 14 abr. 2019.

PALACIOS, A. R. Historia. In: JORDAN, M. A. T. *Atletismo adaptado para personas ciegas y deficientes visuales*. Barcelona: Paidotribo: 2004.

SIDDIQI, M. *The history of Racerunning*. Disponível em: <<http://www.racerunning.org/document/default.asp?documentID=499&id=832>> Acesso em: 14 abr. 2019.

The Cripple athletic champion. Crônica Wanganui, edição 12889, 21 de julho de 1913. Disponível em: <<https://paperspast.natlib.govt.nz/newspapers/WC19130721.2.68>> Acesso em 14 abr. 2019.

TWEEDY, S. M.; VANLANDEWEIJCK, Y. C. *International Paralympic Committee position stand: background and scientific principles of classification in Paralympic sport*. **British Journal of Sports Medicine**, 45(December), p. 259–269. Disponível em: <<https://bjsm.bmj.com/content/45/4/259>> Acesso em 14 abr. 2019.

APAES. (2018). OLIMPIADAS ESPECIAIS DAS APAES. Disponível em: <<http://apaebra-sil.org.br/page/olimpiadas-especiais-das-apaes>>. Acesso em 12 abr. 2019.

Cooper, R. A. (1990). *Wheelchair racing sports science : a review*. **Journal of Rehabilitation Research and Development**, 27(3), 295–312. <https://doi.org/10.1682/JRRD.1990.07.0297>

CPB. (2016). *Relatório Técnico 2016*. São Paulo.

CPB. (2018). *Relatório Técnico 2018*. São Paulo.

IPC. (2019). *IPC Historical Results Archive*. Disponível em: <<https://www.paralympic.org/sdms4/hira/web>>. Acesso em 12 abr. 2019.

MATARUNA, L., OLIVEIRA FILHO, C. W., ALMEIDA, J. J. G., & FONTES, M. S. (2005). Inclusão Social: esporte para deficientes visuais. In L. P. DaCosta, A. Miragaya, & E. Bispo (Eds.), **Atlas do Esporte no Brasil** (pp. 638–644). Rio de Janeiro: Editora Shape.

Parsons, A., & Winckler, C. (2012). Esporte e a pessoa com deficiência: contexto histórico. In M. De Mello & C. Winckler (Eds.), **Esporte paralímpico** (pp. 3–14). São Paulo: Atheneu.

Capítulo 8

Perfil dos treinadores medalhistas dos Jogos Paralímpicos Rio 2016: Formação profissional

Andreia Cristina Metzner
Mayra Matias Fernandes

Ascensão do esporte paralímpico

Os Jogos Paralímpicos (JP) ganham a cada dia mais visibilidade e expansão no mundo desportivo. A partir da década de 1990, houve o desenvolvimento de espaços, aumento na participação esportiva, reconhecimento e prestígio de pessoas com deficiência (pcd) em diversos setores na sociedade (MARQUES et al, 2013). Esses avanços fizeram esse megaevento torna-se, na atualidade, uma das principais competições de alto rendimento para as pcd em âmbito internacional.

A palavra “paralímpico”, de acordo com Marques et. al (2009), “deriva da preposição grega “para”, que significa “ao lado, paralelo” e da palavra “olímpico”, numa referência à ocorrência paralela entre os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos desde 1960” (p.370). Os autores complementam que esse tipo de esporte pode ser caracterizado como um “movimento de luta pela inclusão social através da prática esportiva” (p.374), que possui características próprias pois, além de adaptar esportes já existentes, também cria práticas originais com o intuito de oferecer novas possibilidades para as pessoas com deficiências.

As informações disponibilizadas pelo Comitê Paralímpico Internacional mostram que 400 atletas participaram, em 1960, dos Jogos Paralímpicos de Roma. Nos últimos jogos, Rio 2016, foram 4.328 atletas. Esses dados evidenciam que esse movimento tem crescido de maneira significativa (INTERNATIONAL PARALYMPIC COMMITTEE, 2016).

No Brasil, a prática esportiva para pessoas com deficiência teve início na década de 1950 (PENA, 2013) e, a partir do final do século XX, o esporte adaptado ganhou uma maior representatividade tanto social quanto governamental. Isso se sucedeu, por conta de leis criadas para abordar a inclusão na sociedade e após os

resultados obtidos nas Paraolimpíadas de Atlanta (1996), em que o Brasil ficou na 37ª posição, e de Sidney (2000) conquistando a 24ª colocação (TORRI; VAZ, 2017).

A tendência do esporte adaptado conquistou ao longo do tempo representatividade em diversos locais de prática e de diferentes maneiras, mas, segundo Marques et al (2009), “existe um movimento que se destaca: o esporte paralímpico, principal meio de divulgação do esporte adaptado, que tem nos Jogos Paralímpicos seu principal evento em nível mundial” (p.370).

O esporte paralímpico é recente, o seu surgimento data por volta da metade do século XX, por isso encontra-se em fase embrionária em relação ao profissionalismo e exploração comercial se comparado ao esporte olímpico. Mas, em um futuro próximo, pode chegar ao mesmo patamar. (MARQUES et. al, 2009).

Tendo em vista que o esporte para pessoas com deficiência foi iniciado com intenção de oferecer práticas terapêuticas, identifica-se o grande progresso dos Jogos Paralímpicos, que atualmente perpassa por aspectos, valores e características do alto rendimento (MARQUES et al, 2009). Por isso, essa competição vem se afirmando nas últimas décadas e está se tornando a principal vitrine competitiva para pessoas com deficiência.

Esse crescimento traz a possibilidade de reconhecimento social para os atletas e equipes técnicas envolvidos com o esporte paralímpico. Destarte, faz-se necessário compreender os diversos aspectos que compõem as competições paralímpicas, dentre eles, a perspectiva dos treinadores a respeito da importância da formação e preparação para intervir nesse cenário específico, pelo fato de que os treinadores são parte importante desse fenômeno, além de proporcionar a ampliação das discussões sobre esse campo profissional.

Dessa forma, ao decorrer das reflexões pautadas neste capítulo, serão abordados resultados de uma análise sobre a formação inicial de treinadores brasileiros de atletismo e natação a partir de suas percepções acerca da importância destinada ao curso de Educação Física e o trabalho com o desporto adaptado.

Formação inicial de treinadores medalhistas em jogos paralímpicos

O desempenho desportivo depende de vários fatores, sendo que o treinador ocupa uma posição de gerenciador dos conflitos decorrentes desse processo, pois quando bem preparado para desenvolver as suas funções, pode beneficiar de maneira significativa os resultados obtidos de seus atletas.

É sabido que a base do curso de Educação Física fornece auxílio nos aspectos pedagógicos para que a intervenção profissional seja especializada

(SANTOS; MESQUITA, 2010). Por isso, é importante compreender a perspectiva de treinadores a respeito da sua formação inicial para atuar nesse contexto, especialmente tratando-se de profissionais que participam dos Jogos Paralímpicos, devido aos estudos de forma geral focarem o desporto convencional.

O treinador desportivo é incumbido de diversas funções, dentre elas: organizar, avaliar, planejar e conduzir os treinos, coordenar a equipe técnica, liderar, etc. (CUNHA et. al, 2010). Portanto, atuar como treinador requer um conjunto de competências e habilidades que são adquiridas, principalmente, durante a formação inicial. Esses conhecimentos são de natureza multidimensional e implicam em uma melhor qualificação profissional, fato que, por conseguinte, influenciará o tipo de treinamento que será oferecido aos atletas (LYLE, 2002).

A formação inicial proporciona conhecimentos teóricos e práticos necessários para a atuação profissional. Jones (2006) e Demers, Woodburn, Savard (2006) mostram que os cursos superiores em Educação Física e Desporto proporcionam saberes importantes para a construção de um conhecimento consistente baseado em pressupostos científicos. Para Barros (1993), Freidson (1996) e Lawson (1984) os profissionais necessitam ter domínio sobre um corpo de conhecimentos teórico-científicos para subsidiar a ação profissional.

A formação universitária, pela inquietude, curiosidade e assertividade no tocante à compreensão e resolução de fenômenos e problemas emergentes, constitui um nicho de excelência na produção de saberes. Essa mais-valia assegura aos futuros treinadores a possibilidade de desenvolverem atitudes de pesquisa, de interesse e análise dos problemas correntes da prática (GOMES et. al, 2011, p.186).

Por isso, os cursos superiores de Educação Física são importantes na formação dos treinadores, na medida em que estes fornecem saberes basilares para a construção de uma atuação profissional consistente (GOMES et. al, 2011). Nas palavras dos autores, a formação superior é “considerada uma fonte de conhecimento fundamental na orquestração da expertise” (p.187).

Portanto, este texto propõe identificar a valorização atribuída a formação inicial pelos treinadores brasileiros de atletismo e natação que participaram dos Jogos Paralímpicos do Rio 2016, com histórico de medalhas em eventos desse porte.

A amostra foi constituída por 14 participantes, 5 treinadores de atletismo (TA) e 9 treinadores de natação (TN). A escolha dessas modalidades esportivas ocorreu de forma intencional devido a serem as modalidades de maior prestígio em relação as conquistas de medalhas no desporto paralímpico brasileiro. Foram coletados dados perante um grupo escolhido conforme o protocolo de

ética CAAE n. 40742114.3.0000.5465 que serviu de base para o entendimento desta realidade.

O instrumento utilizado para a coleta de dados foi a entrevista semiestruturada. Os participantes foram questionados sobre o seguinte: (1) a abordagem do desporto paraolímpico na graduação em Educação Física, e (2) os elementos necessários para atuar como treinador paraolímpico. Para o tratamento dos dados optou-se pela análise quali-quantitativa.

Da abordagem aos entrevistados emergiram os seguintes dados:

Tabela 7
Resultados

Abordagem do desporto paralímpico durante a formação inicial			Elementos necessários para atuar como treinador no desporto paralímpico				
Sim	Parcial	Não	Cursar educação física	Cursos específicos	Experiência prática	Gostar e conviver	Nenhum elemento
1	7	6	4	5	2	2	1

Os resultados mostraram que 6 treinadores não tiveram em seus cursos de formação inicial disciplinas que tratassem do desporto adaptado ou de modalidades paralímpicas. Já os outros 7 treinadores disseram que esse tema foi abordado em determinados momentos do curso, porém, de forma parcial. Apenas 1 treinador afirmou que teve bastante orientação para trabalhar com pessoas com deficiência desde o início da formação e, além disso, realizou vários estágios nessa área por conta de um projeto que existia na instituição de ensino superior em que fez a sua graduação.

A partir desses levantamentos, questionou-se sobre quais elementos são necessários para atuar como treinador no desporto paralímpico. Para 5 treinadores é necessário fazer cursos específicos na área de atuação, 4 acreditam que é preciso cursar Educação Física, 2 disseram que é importante ter experiências práticas com o desporto adaptado, 2 treinadores acreditam que é importante gostar e conviver com pessoas com deficiência, e apenas 1 treinador não apontou nenhum elemento.

Constata-se que na formação inicial a maioria dos treinadores teve pouco ou nenhum acesso aos conhecimentos ligados à área do desporto paralímpico,

versando, maior valor a experiência prática, aos cursos de especializações, e aos cursos oferecidos pelo Comitê Paralímpico Brasileiro.

A inserção nos cursos de graduação de disciplinas relacionadas à Educação Física Adaptada e ao desporto paralímpico são primordiais para a formação de um profissional competente, incidindo na melhoria do atendimento da clientela, pois a competência está relacionada diretamente a capacidade necessária para executar com sucesso as funções dentro de algum domínio específico (ZHU ZHANG e CHELLADURAI, 2013).

No entanto, as disciplinas que tratam desses assuntos ainda são recentes na Educação Física brasileira, data-se que a partir de 1992 é que se deu início e abertura para disciplinas nessas temáticas, encontrando também obstáculos em localizar professores habilitados para assumirem tais disciplinas. Dessa forma, identifica-se que tudo isso ainda está em avanço (RIBEIRO e ARAÚJO, 2004).

Um estudo realizado por Santos e Mesquita (2010) mostrou que os treinadores portugueses que participaram de sua amostra reconheceram a formação superior como um fator qualificador das competências profissionais.

Em comparação com outros países, Ribeiro e Araújo (2004) afirmam que o Brasil está:

Iniciando a sua profissionalização do profissional de educação física na área do desporto adaptado, e caso se deseje dos profissionais uma qualidade à altura dos talentos que têm despontado pelo Brasil, será necessário um maior investimento por parte daqueles empenhados em ampliar as fronteiras do desporto adaptado em nossa sociedade (p.67-68).

Tratando-se das experiências durante a formação inicial em Educação Física, não apenas disciplinas curriculares são importantes ao desenvolvimento de um futuro profissional, por isso, as instituições de ensino superior devem abordar a profissionalização em diferentes contextos durante o curso, ofertando espaços para vivências, atividades extracurriculares em contato com a comunidade, inserção de metodologias que auxiliem os docentes no trabalho com a temática, recursos e oferecimento de estágios na área, contato com eventos esportivos e sociais, entre outros (PENA, 2013).

Hoje, pode-se dizer que existe um mercado de trabalho voltado para o esporte adaptado, por isso, é necessário que o profissional que atuará nessa área receba uma formação de qualidade para que este seja capaz de oferecer uma prática segura e consciente, bem como, possa desenvolver um trabalho de iniciação e preparação de futuros atletas (RIBEIRO e ARAUJO, 2004).

Considerações finais

Os participantes deste estudo relatam que as disciplinas inseridas nos cursos de graduação não permitem enxergar as potencialidades e aprofundar os estudos sobre o paradesporto. Isso deve-se ao fato que, geralmente, os conteúdos abordados nos cursos de formação inicial em Educação Física privilegiam o desporto convencional deixando sob a responsabilidade do próprio estudante/futuro profissional adaptá-los ao contexto do desporto paralímpico, trazendo como consequência o estreitamento do campo de atuação profissional.

A formação inicial deve dar suporte teórico e prático às pessoas interessadas em atuar no paradesporto, mostrando os limites e possibilidades de trabalho, oportunizando a participação em eventos que propiciem o contato com diversas modalidades, e promovendo discussões e reflexões sobre a prática de atividade física e esportiva pelas pessoas com deficiência.

Referências

- BARROS, José M. C. Educação física e esporte: profissões? **Kinesis**, n. 11, p. 5-16, 1993.
- CUNHA, Gabriel B.; MESQUITA, Isabel M.R.; ROSADO, António F.B.; SOUSA, Tiago; PEREIRA, Pedro. Necessidades de formação para o exercício profissional na perspectiva do treinador de Futebol em função da sua experiência e nível de formação. **Motriz**, Rio Claro, v.16, n.4, p.931-941, 2010.
- DEMERS, Guylaine; WOODBURN, Andrea J.; SAVARD, Claude. The development of an undergraduate competency-based coach education program. **The Sport Psychologist**, v. 20, n. 2, p. 162-173, 2006.
- FREIDSON, Eliot. Para uma análise comparada das profissões: a institucionalização do discurso e do conhecimento formais. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, n. 31, ano 11, p 141-154, 1996.
- GOMES, Rúben E.; ISIDRO, Ana S.M.; BATISTA, Paula M.F.; MESQUITA, Isabel M.R. Acesso à carreira de treinador e reconhecimento das entidades responsáveis pela formação: um estudo com treinadores portugueses em função do nível de escolaridade e da experiência profissional. **Revista da Educação Física/UEM**, Maringá, v.22, n.2, p.185-195, 2011.
- INTERNATIONAL PARALYMPIC COMMITTEE. **Annual Report 2016**. Disponível em: <https://www.paralympic.org/the-ipc/publications>. Acessado: 17 de jan. de 2018.
- JONES, Robyn L. How can educational concepts inform sports coaching? In: Jones, Robyn. **The sports coach as educator: reconceptualising sports coaching**. London: Routledge, 2006. P. 3-13.

LAWSON, Hal A. **Invitation to physical education**. Champaign, Human Kinetics Book, 1984. p. 5-17.

LYLE, John. **Sports coaching concepts: A framework for coaches' behaviour**. London: Taylor & Francis Group, 2002.

MARQUES, Renato F.R.; DUARTE, Edison; GUTIERREZ, Gustavo L.; ALMEIDA, José J.G.; MIRANDA, Tatiane J. Esporte olímpico e paraolímpico: coincidências, divergências e especificidades numa perspectiva contemporânea. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**, São Paulo, v.23, n.4, p.365-77, 2009.

MARQUES, Renato F.R.; GUTIERREZ, Gustavo L.; ALMEIDA, Marco, A.B.; MENEZES, Rafael P. Mídia e o movimento paralímpico no Brasil: relações sob o ponto de vista de dirigentes do Comitê Paralímpico Brasileiro. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**, São Paulo, v.27, n.4, p. 583-96, out/dez, 2013.

PENA, Luis G.S. **O esporte paraolímpico na formação do profissional de Educação Física: percepção de professores e acadêmicos**. 2013, 194f. Dissertação (Mestrado em Educação Física – Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas/SP, 2013.

RIBEIRO, Sonia M.; ARAÚJO, Paulo F. A formação acadêmica refletindo na expansão do desporto adaptado: uma abordagem brasileira. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Campinas, v. 25, n. 3, p. 57-p69, maio, 2004.

SANTOS, Ana S.F.M.; MESQUITA, Isabel M.R. Percepção dos treinadores sobre as competências profissionais em função da sua formação e experiência. **Revista Brasileira de Cineantropometria e Desempenho Humano**, v.12, n.4, p.275-281, 2010.

TORRI, Danielle. VAZ, Alexandre Fernandez. Esporte paralímpico: difícil inclusão, incorporação tecnológica, corpos competitivos. **Revista Práxis Educativa**. Ponta Grossa, v. 12, n. 2, p. 536-550, maio/ago, 2017.

ZHU ZHANG, Zhu; CHELLADURAI, Packianathan. Antecedents and consequences of athlete's trust in the coach. **Journal of Sport and Health Science**, v.2, p.115-121, 2013.

Capítulo 9

Perfil de treinadores nacionais de Atletismo e Natação dos Jogos Paralímpicos Rio 2016: perspectiva de inserção profissional

Hudson Fabricius Peres Nunes
José Alfredo Olívio Junior
Luiz Francisco Camilo Junior
Ana Elisa Messetti Christofoletti

Diversas ocupações que ainda não foram consolidadas como profissão são permeadas por tensões sociais devido à disputa de controle de diferentes grupos sociais pela constituição do campo profissional (VENUTO, 1999).

No campo desportivo, o treinador é incumbido de diversas funções, dentre elas: organizar, avaliar, planejar e conduzir os treinos, coordenar a equipe técnica, liderar, etc. (CUNHA *et. al.* 2010). Portanto, atuar como treinador requer um conjunto de competências e habilidades que são adquiridas, principalmente, durante a formação inicial. Esses conhecimentos são de natureza multidimensional e implicam em uma melhor qualificação profissional, fato que, por conseguinte, influenciará no tipo de treinamento que será oferecido aos atletas (LYLE, 2002).

No desporto brasileiro o ofício de treinadores é evidenciado por dois grupos: o grupo de práticos, formado por ex-atletas das modalidades que atuam e que organizam seus saberes por meio de conhecimentos práticos, o que Drigo (2007) classifica como artesanal; e o grupo em processo de profissionalização, que pode ou não ser formado por ex-atletas, tendo em comum no processo de formação a aquisição de conhecimentos técnico-científicos legitimados pelas universidades.

Especificamente no desporto paralímpico, essa necessidade pode ser elucidada por dois principais fatores: o primeiro é o fato de ele ser relativamente recente – como campo de trabalho – ao ser comparado com o desporto convencional, o que pressupõe a ausência de um grupo de ex-atletas; o segundo fator remete a abordagem especializada e específica que a atividade do treinador requer para trabalhar com atletas com deficiências em suas diferentes particularidades, fundamentadas principalmente, nas ciências do esporte.

Nessa perspectiva, a dinâmica social demanda que a inserção de treinadores, perpassa pelo processo de profissionalização devido à complexidade de domínios de conhecimentos necessários para exercer a atividade de forma competente e qualificada.

Nesse sentido, os contextos de aprendizagem como as motivações e as experiências (TRUDEL, GILBERT, 2006) que envolvem o processo de educação formal, informal e não formal (NELSON; CUSHION; POTRAC, 2006; MALLETT *et al.*, 2009) e a progressão na carreira do treinador desportivo (ABRAHAM; COLLINS; MARTINDALE, 2006; GILBERT; CÔTÉ, 2013) são temas relevantes para compreender o processo de profissionalização desse ofício (TRUDEL; GILBERT; WERTHNER, 2010).

No desporto paralímpico esses aspectos sobre a profissionalização de treinadores (LISTON; GREGG; LOWTHER, 2013; TAYLOR; GARRATT, 2010), são análogos ao esporte convencional. Essa semelhança é devida a mudança de concepção do modelo médico de reabilitação e inserção social, para a ênfase no desempenho desportivo (LEGG; STEADWARD, 2011).

No contexto brasileiro, nas duas últimas décadas, o desporto paralímpico ampliou o campo de trabalho dos treinadores, principalmente em virtude da destinação de recursos financeiros oriundos de políticas esportivas como a Lei nº 10.264/2001 (Lei “Agnelo Piva”), e da organização do campo desportivo, a partir do planejamento de investimentos e de ações advindas do Ministério do Esporte em prol do esporte de alto rendimento e dos megaeventos (MENDES; CODATO, 2015), sendo uma tendência na agenda política de países que pretendem profissionalizar o ofício dos treinadores desportivos (LISTON; GREGG; LOWTHER, 2013; TAYLOR; GARRATT, 2010).

Todavia, há uma carência de investigações sobre os treinadores de elite no desporto paralímpico brasileiro. A partir dessa ótica, surgiu um primeiro questionamento: qual é o perfil de treinadores nacionais paralímpicos de atletismo e natação? Dessa forma, outros questionamentos emergiram se complementando: quais motivações levaram os treinadores a atuar no desporto paralímpico? Qual a relação pessoal na escolha? Qual a relação da formação com o ingresso dos treinadores nesse mercado de trabalho?

Com o objetivo de compreender a caracterização do perfil de treinadores paralímpicos e as motivações que os levaram a ingressarem no desporto paralímpico foi aplicada uma entrevista semiestruturada em uma amostra intencional e dirigida, composta por 14 treinadores nacionais, sendo 5 do atletismo e 9 da natação. A escolha do atletismo e da natação se justifica por esses desportos serem considerados de maior prestígio e tradição no Brasil.

Tabela 8

Dados gerais dos treinadores paralímpicos de atletismo e natação

Treinadores	Idade (anos)	Experiência de Treinador na carreira Paralímpica (anos)
T1A*	54	10
T2A*	42	10
T3A*	59	31
T4A#	42	9
T5A#	50	8
T6N*	30	5
T7N*	36	1
T8N*	32	1
T9N#+	54	16
T10N#	54	17
T11N#	37	10
T12N#	39	5
T13N#	30	9
T14N#	28	8
Média	41,9	18,5
Desvio Padrão	12,4	11,2

Fonte: Dados da Pesquisa, 2018.

Legenda: T: Treinadores; A: Atletismo; N: Natação; * Treinadores Permanentes Nacionais de Atletismo e Natação. # Docente Universitário. # Treinadores Nacionais de atletas com deficiência.

Os entrevistados participaram dos Jogos Paralímpicos – Rio 2016, exceto T4A, com o grupo foi composto por treinadores nacionais paralímpicos com experiências profissionais anteriores no desporto convencional. De T1A a T5A, são os treinadores nacionais de atletismo paralímpico e, de T6N a T14N são os treinadores nacionais de natação paralímpica.

Apesar do aumento da participação atlética feminina no desporto de alto rendimento, nesse estudo não houve participação de treinadoras, embora fossem necessárias outras investigações em diferentes modalidades paradesportivas para identificar essa carência. Investigações em âmbito internacional (ACOSTA; CARPTER, 2014; NORMAN, 2010) apontam que o desporto constitui espaço de dominação masculina nas esferas de lideranças

e cargos administrativos de direção desportiva e cargos de treinadores. No Brasil, os principais motivos que afastam as mulheres do cargo de treinador desportivo são: preconceito de gênero; dificuldade de ascensão; aceitação feminina da exclusão; falta de mulheres com perfil; desistência da carreira (FERREIRA *et al.*, 2013).

Dos 14 treinadores investigados, 6 são permanentes, sendo 3 do atletismo e 3 da natação. Os treinadores não permanentes, além de prestarem serviços às seleções brasileiras, também ocupam outras funções relacionadas ao desporto paralímpico como assessoria esportiva e administrativa. A idade (28 a 54 anos) e o tempo de atuação dos treinadores (1 a 31 anos) são variáveis. Os dois treinadores que possuíam experiência de um ano de atuação estão entre os treinadores mais jovens e faziam parte do grupo de treinadores permanentes. Enquanto dois terços (2/3) dos treinadores possuíam oito anos ou mais de experiência.

Conhecer o perfil e a história dos profissionais dentro do desporto é essencial para compreender os contextos de aprendizagens que percorreram ao longo da carreira, conforme apontam Cregan, Bloom Reid (2007).

Tardif (2000) ao investigar professores, destaca que o saber experiencial é um dos componentes que estruturam os saberes profissionais, constituídos por conhecimento, competência e habilidades. Para o autor, o saber experiencial/profissional são temporais e provenientes de três sentidos: história de vida; estruturação da prática profissional (tentativa e erro); vida profissional de longa duração (dimensões identitárias, dimensões de socialização profissional, fases e mudanças).

Embora haja distinções, entre professores e treinadores desportivos, alguns aspectos possuem similaridades, tais como a ação em situações concretas de trabalho, o desenvolvimento de habilidades para resolver problemas diversos e as múltiplas interações que visam trocas de informações com os demais atores que envolvem o campo da prática.

Para Nelson, Cushion e Potrac (2006), o conhecimento profissional depende de diferentes contextos e advém de: aprendizagens informais, que acontecem ao longo da vida e de forma autodirigida, baseada em diversas fontes, como internet, manuais, artigos científicos, livros e vídeos; aprendizagens não formais, as quais dependem do interesse altruísta na participação de atividades sistemáticas de curta duração sobre temas específicos em encontros e conferências; e aprendizagens formais, realizadas em locais de educação institucionalizada, estruturada por currículos padronizados e com garantia de certificados aos participantes.

No campo de atuação prática, a existência de programas de *mentoring*¹ é essencial para o aprendizado de novos treinadores. A interação promove observações, discussões e reflexões sobre o que, como e por que fazer de forma mais intensa, volumosa e frequente das demandas relacionadas à atuação prática e a melhoria de desempenho dos atletas (FAIRHURST *et al.*, 2015).

Sobre a formação inicial dos treinadores, considerando o ano de conclusão do curso de Educação Física, observou-se que as habilitações para atuar com o desporto paralímpico são regidas por diferentes Resoluções: CFE n. 69/1969; CFE n. 03/1987; CNE/CP 01 e 02/2002; CNE/CES n. 07/2004².

Tabela 9
Formação Acadêmica

Treinadores	Formação			Pós-Graduação	
	Licenciatura	Bacharel	Ano Conclusão	Especialista	Mestre
T1A*	X	-	1980	Treinamento Desportivo (Ano: não informado)	-
T2A*	X	-	2003	Atividade Motora Adaptada (2005)	-
T3A*	X	-	1981	Treinamento Desportivo (Ano: não informado)	-
T4A	-	X	1998	Biomecânica, Fisiologia do Exercício e Atividade Física e Saúde Humana (2007)	-
T5A	X	-	1986	Fisiologia do Exercício (2005)	-
T6N*	X	X	2007	-	-
T7N*	X	-	2007	-	-

¹ O termo *mentoring* remete a supervisão ou tutoria de como fazer no campo da prática. É uma espécie de estágio com treinadores especialistas e experientes. Essa interação é fundamental para aquisição e aprofundamento de conhecimentos práticos, técnicos e científicos.

² A Resolução de 1969 habilitava profissionais para atuar como licenciado e como Técnico Desportivo desde que cursasse mais duas disciplinas desportivas concomitantes. A Resolução de 1987 procurando superar as lacunas da Resolução anterior, por meio da licenciatura plena passou a habilitar licenciados e bacharéis com perfis de formação distintos. As Resoluções de 2002 buscaram dar consistência a formação dos licenciados por meio das Diretrizes Curriculares Nacionais para formação de professores de Educação Básica, enquanto a Resolução de 2004 procurou fazer semelhante com a formação de bacharéis em Educação Física.

Treinadores	Formação			Pós-Graduação	
	Licenciatura	Bacharel	Ano Conclusão	Especialista	Mestre
T9N	X	-	1986	Fisiologia do Exercício (1988)	-
T10N	X	X	1984	Natação e Tênis de Campo (convencional) (1985)	-
T11N	X	X	2008	Atividades Aquáticas (2007)	-
T12N	X	-	1999	Treinamento Desportivo (2008)	-
T13N	X	X	2007	Treinamento Desportivo (2010)	-
T14N	X	X	2008	-	Ciências da Saúde (2014)

Fonte: Dados da Pesquisa, 2018.

Outra informação importante é referente aos cursos de aperfeiçoamento realizados pelos treinadores com predominância na subárea de treinamento desportivo e fisiologia do exercício, sendo geralmente voltados para atuação no desporto convencional. Entretanto, cursos formais de aperfeiçoamento no desporto paralímpico são insuficientes no Brasil, conforme relatado pelos participantes. Essa escassez também foi constatada no estudo com treinadores paralímpicos nacionais do Canadá ao descrever a necessidade de um programa de orientação multidisciplinar³, não como solução universal, mas com o objetivo de dar ferramentas para entender, saber reagir e trabalhar com as diferentes demandas e situações futuras (FAIRHURST *et al.*, 2015).

Na iminência de diminuir a carência de cursos de aperfeiçoamento, em 2010, o Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB) criou cursos de habilitação técnica ministrados pela Academia Paralímpica Brasileira (APB)⁴. Os cursos são divididos em três níveis:

³ Com a participação de terapeutas ocupacionais, fisioterapeutas, neuropsicólogos e outros especialistas.

⁴ Os participantes apontaram que os cursos de aperfeiçoamento da Academia Paralímpica Brasileira são os principais e mais relevantes dessa subárea.

- **curso de nível I** – tem duração de 30 h presenciais e 100 h de estágio/atuação profissional como treinador da modalidade;
- **curso de nível II** – tem 40 h presenciais e 300 h de estágio/atuação profissional treinador da modalidade;
- **curso de nível III** – de atletismo e natação foi iniciado em 2016 e tem 40 h presenciais, porém não foram divulgadas as horas de estágio/atuação profissional (CPB, 2016).

Tabela 10
Participações e medalhas em Jogos Paralímpicos

Treinadores	Seul 1988	Atlanta 1996	Sidney 2000	Atenas 2004	Pequim 2008	Londres 2012	Rio 2016
	Ou Pr Br	Ou Pr Br	Ou Pr Br	Ou Pr Br	Ou Pr Br	Ou Pr Br	Ou Pr Br
T1A					- 2 -	1 2 -	1 1 1
T2A					- 2 -	- 2 -	- 2 -
T3A	- - 1	- - -	- - -	- 1 1	4 1 1	4 2 -	3 5 -
T4A					- - -		
T5A							- - -
T6N							- - -
T7A							- 4 -
T8N							- 4 -
T9N					- - -	- - -	- - -
T10N					4 4 1	6 - -	4 1 -
T11N					- - -	- - -	- - -
T12N						3 2 -	- 4 -
T13N							- - -
T14N							- - 1

Fonte: Dados da Pesquisa, 2018.

Legenda: Medalhas: Ou/Ouro; Pr/Prata; Br/Bronze

Participação dos Treinadores em edições dos Jogos Paralímpicos e medalhas conquistadas

De 14 treinadores, oito conquistaram medalhas nos Jogos Paralímpicos Rio 2016, sendo oito de ouro, 21 de prata e duas de bronze. O prestígio desportivo adquirido por esses treinadores, simbolizado pela participação e conquista de medalha(s), nem sempre é fruto de trajetórias semelhantes.

O êxito entre as participações e as medalhas conquistadas tem pouca relação com a motivação inicial de ingressar como treinador no desporto paralímpico e coaduna com o estudo de Cregan, Bloom e Reid (2007), pois somente quatro treinadores escolheram trabalhar com o desporto paralímpico por escolha própria, desde o início de suas carreiras.

As motivações se originaram de interesses pessoais como: convívio anterior com pessoas da família que têm deficiências; primeira opção de escolha profissional; busca de conhecimentos para oferecer treinamento adequado ao atleta com deficiência e promoção do esporte paralímpico por meio de projetos institucionalizados, aspectos semelhantes com os resultados da pesquisa de Taylor e Garratt (2010).

Os treinadores ingressantes no desporto paralímpico motivados por escolhas pessoais, destacaram a importância da educação formal inicial durante a graduação em Educação Física, similares às investigações de Nelson, Cushion e Potrac (2006); Mallet *et al.* (2009). Essa observação corresponde às disciplinas curriculares como a Educação Física Adaptada (EFA) e a prática de estágios supervisionados, responsáveis por abordarem conteúdos desportivos direcionados para pessoas com deficiências.

Por outro lado, nove treinadores relataram a ausência da disciplina EFA ou outras disciplinas que abordassem os desportos paralímpicos na graduação; e um treinador afirmou que a disciplina e o desenvolvimento de conteúdos foram genéricos durante a educação formal inicial. Os resultados deste estudo se aproximam dos estudos de Cregan, Bloom e Reid (2007); DePauw e Gavron (1991) ao revelar que o desporto paralímpico é um subcampo de estudo recente e incomum, somado a escassez de pesquisas empíricas sobre a profissionalização de treinadores de desportos paralímpicos como apontada por Taylor e Garratt (2010).

Essas informações sobre a ausência de disciplinas ou do tratamento superficial de conteúdos na graduação voltados para pessoas com deficiências e a desvalorização auto percebida no esporte convencional também verificado no estudo de Abraham, Collins e Martindale (2006) evidenciam que o ingresso dos treinadores no esporte paralímpico acontece de forma circunstancial, refletindo pouca importância sobre a educação formal inicial. Semelhante aos estudos de Nelson, Cushion e Potrac (2006); Mallet *et al.* (2009), a educação informal e não formal foram apontadas com maior relevância na aquisição do conhecimento ocupacional.

Considerando a maior incidência nas respostas, a entrada dos treinadores na seleção paralímpica de atletismo e natação foi por meio de circunstâncias favoráveis. Não há planejamento, critérios e estruturação para ingressar e se tornar treinador paralímpico.

Respondendo o problema e os objetivos do estudo, conclui-se sinteticamente que o perfil de treinadores paralímpicos estudado é composto somente por homens que já possuíam experiências no desporto convencional. Seis treinadores eram permanentes e oito eram convidados, porém não há critérios estabelecidos para se tornar permanente. Dois terços dos treinadores tinham ao menos oito anos de experiência com o desporto paralímpico e afirmaram que a formação inicial formal foi irrelevante, sendo o ingresso no desporto paralímpico por meio da ocasionalidade. Um terço apontou que a formação formal inicial havia sido significativa e o ingresso no desporto paralímpico tinha sido motivado por decisão própria. Todos os treinadores concordaram que a formação informal e não formal foram as principais fontes de conhecimento prático, sendo as mais relevantes. Entretanto, ressaltaram que o conhecimento prático deve estar integrado ao conhecimento científico.

Algumas considerações sobre a perspectiva de inserção profissional de treinadores paralímpicos

O estudo evidenciou que a formação inicial foi precária e que as formações informais e não formais foram as principais fontes de conhecimento para os treinadores. Quando não existe modelo estruturado do conhecimento profissional, a constituição do “saber-fazer”, na maioria das vezes, acaba sendo a principal fonte. O “saber fazer” representa o modelo artesanal de mestres de ofícios e aprendizes, sendo o processo de ensino e aprendizagem por meio da tentativa e erro até que se alcancem os objetivos e resultados almejados (DRIGO, 2007; RUGIU, 1998).

O “saber fazer” (prático ou experiencial) é importante, mas tem seus limites. Como apontado em diferentes estudos sobre treinadores, estágios com *mentoring* de treinadores *experts* (FAIRHURST *et al.*, 2015) tem demonstrado um caminho promissor. No entanto, a ação profissional depende do conhecimento específico e especializado, fundamentado em conhecimentos teórico-científicos para subsidiar a prática profissional (FREIDSON, 1994; LAWSON, 1984).

Apesar de todos os treinadores possuírem curso superior em Educação Física, é pertinente dizer que não há lei exclusiva no Brasil que exija essa formação para o exercício da atividade de treinador. Considerando que a atuação e a intervenção no treinamento desportivo pertencem ao profissional de Educação Física, a ausência de legislação específica desvaloriza e dificulta o processo de profissionalização da atividade de treinador desportivo tanto no desporto convencional quanto no paradesporto.

Apenas quatro treinadores foram motivados por interesses pessoais para trabalhar com o desporto paralímpico, os demais ingressaram motivados por circunstâncias favoráveis como convite, desafio e descontentamento em trabalhar com o desporto convencional. Isso revela que a maioria deles, entrou nesse universo ocasionalmente.

Em uma perspectiva mais otimista, o ingresso e desenvolvimento pessoal no desporto paralímpico poderiam ser representados pela “janela de oportunidade”. Esse conceito, proposto por Kingdon (1995) é utilizado para analisar agendas políticas públicas e está relacionado aos seguintes aspectos: fluxo de problemas, fluxo de soluções, fluxo político, empreendedor político e política pública.

Face à realidade, apesar do recente esforço da Academia Paralímpica Brasileira em ofertar cursos de aperfeiçoamento, tendo em vista que o país foi sede dos Jogos Paralímpicos, a análise qualitativa e crítica deste estudo, após a realização dos Jogos Rio 2016, evidencia o enfraquecimento político no campo esportivo como: a transformação do Ministério do Esporte em Secretária de Esporte, os cortes da bolsa atleta e a diminuição de orçamento.

Considerando a contextualização do período anterior e posterior aos megaeventos, conclui-se que a perspectiva de ingresso de treinadores paralímpicos aconteceu pela “janela de ocasionalidade” devido não haver uma agenda política permanente e estruturada. Essa fragilidade corrobora para a ocasionalidade do ingresso e dificulta o processo de profissionalização do treinador desportivo (paralímpico ou olímpico).

O campo desportivo, preenchido em sua grande parte pelos profissionais da Educação Física, tendo como um de seus representantes o treinador desportivo, agente de luta para o processo da profissionalização dessa atividade, é necessário, segundo a literatura específica sobre a profissão (FREIDSON, 1994; LAWSON, 1984), considerar algumas características essenciais como: desenvolvimento de um corpo de conhecimento por meio da pesquisa, domínio e utilização do corpo de conhecimento para melhorar a qualidade da prática, capacidade de adaptação no desempenho de suas funções frente às mudanças sociais e comprometimento com a qualidade na prestação de serviço (LAWSON, 1984).

Existem outras características para conceituar a profissão, entre elas enfatiza-se o desenvolvimento de pesquisas para esclarecer o campo, controle de mercado e o comprometimento político com a carreira profissional (LAWSON, 1984), critérios ausentes na investigação realizada.

Em relação à estruturação da carreira do treinador esportivo, não como uma proposta fechada, mas como exemplo de parâmetros que norteiem a ascensão e a valorização do plano de carreira do treinador esportivo: sugere-se a criação de uma legislação específica para regulamentar o mercado de trabalho,

começando pela estruturação da carreira por meio da adoção de critérios para o ingresso no desporto paralímpico (da base ao alto rendimento), por meio de certificações teórico-científicas de preferência em cursos superiores ou instituições equivalentes, aquisição de conhecimentos práticos, técnicos e científicos (*mentoring*), desempenho como treinador esportivo na modalidade e concurso público de provas e títulos.

Portanto, a ocasionalidade de ingresso de treinadores no desporto paralímpico identificado neste estudo, reflete que os currículos que abordam esse conteúdo durante a graduação em Educação Física estão em processo de consolidação e aponta a necessidade de mais pesquisas sobre treinadores e desportos paralímpicos. Como consequência, o contato dos futuros profissionais com o assunto ainda é restrito durante a educação formal inicial.

Embora não exista uma agenda política atualmente sobre o mercado de trabalho de treinadores paralímpicos, torna-se importante destacar que essa atividade não deixará de existir pelo fato de uma considerável parcela da população ser composta por pessoas com deficiências. Nesse sentido, trata-se de um campo de atuação profissional amplo, potencialmente promissor e com diversas possibilidades de intervenção.

Finaliza-se o texto sugerindo outras investigações para compreender como os treinadores mobilizam conhecimentos para intervir no campo da prática, quais as perspectivas de desenvolvimento na carreira e como se configura o processo de profissionalização do treinador paralímpico.

Referências

ABRAHAM, A.; COLLINS, D.; MARTINDALE, R. *The coaching schematic: validation through expert coach consensus*. *Journal of Sports Science*, v. 24, n. 6, p. 549-564, 2006.

ACOSTA, V.; CARPENTER, L. *Women in Intercollegiate Sport: a longitudinal, national study, thirty-seven-year update 1977-2014*. New York: University of New York, Brooklyn College, 2014. Disponível em: <<http://www.acostacarpenter.org/>>. Acesso em: 05 abr. 2019.

BRASIL. Resolução CFE n. 69, de 06 de novembro de 1969. Fixa os mínimos de conteúdo e duração a serem observados na organização. Brasília: MEC, 1969.

_____. Resolução CFE n. 03, de 16 de junho de 1987. Fixa os mínimos de conteúdo e duração a serem observados nos cursos de graduação em Educação Física (Bacharelado e/ou Licenciatura Plena). Diário Oficial da União, Brasília, 10 de setembro de 1987. Seção 1, n. 172. Disponível em: <http://crefrs.org.br/legislacao/pdf/resol_cfe_3_1987.pdf>. Acesso em: 02 fev. 2019.

_____. Resolução CNE/CP n. 01, de 18 de fevereiro de 2002. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. Diário Oficial da União, Brasília, 4 de março de 2002. Seção 1, p. 8. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01_02.pdf>. Acesso em: 05 ago. 2013.

_____. Resolução CNE/CP n. 02, de 19 de fevereiro de 2002. Institui a duração e a carga horária dos cursos de Licenciatura, de Graduação Plena, de Formação de Professores da Educação Básica em nível superior. Diário Oficial da União, Brasília, 4 de março de 2002. Seção 1, p. 9. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CP022002.pdf>>. Acesso em: 05 ago. 2013.

_____. Resolução CNE/CES n. 07, de 18 de março de 2004. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Educação Física, em nível superior de graduação plena. Diário Oficial da União, Brasília, 5 de abril de 2004. Seção 1, p. 18-19. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/ces0704edfisica.pdf>>. Acesso em: 06 ago. 2013.

_____. Lei n. 10.264, de 16 de julho de 2001. Acrescenta inciso e parágrafos ao art. 56 da Lei no 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre desporto. Diário Oficial da União, Brasília, 17 de julho de 2001. Seção 1, p. 6. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10264.htm>. Acesso em: 16 ago. 2018.

CREGAN, K.; BLOOM, G. A.; REID, G. *Career Evolution and Knowledge of Elite Coaches of Swimmers with a Physical Disability*. *Research Quarterly for Exercise and Sport*, v. 78, n.4, p. 339-350, 2007.

COMITÊ PARALÍMPICO BRASILEIRO. Academia Paralímpica: Habilitação técnica nível III. Disponível em: http://www.cpb.org.br/noticias/-/asset_publisher/IU3LNvrdeyoz/content/cpb-oferece-curso-de-habilitacao-tecnica-em-tres-modalidades?inheritRedirect=false. Acesso em: 16 jun. 2018.

DEPAUW, K. P.; GAVRON S. J. *Coaches of athletes with disabilities*. *The Physical Educator*, v. 48, n.1, p. 33-40, 1991.

DRIGO, A. J. **O judô do modelo artesanal ao modelo científico**: um estudo sobre as lutas, formação profissional e construção do Habitus. 2007. 250f. Tese (Doutorado em Educação Física) – Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.

FAIRHURST, K. E.; BLOOM, G. A.; HARVEY, W. J. *The Learning and Mentoring Experiences of Paralympic Coaches*. *Disability and Health Journal*, v.10, n. 2, p. 40-46, 2017.

FERREIRA, H. J. et al. A baixa representatividade de mulheres como técnicas esportivas no Brasil. *Movimento*, v. 19, n. 3, p. 103-124, jul./set. 2013.

FREIDSON, E. *Professionalism Reborn: Theory, Prophecy, and Policy*. University of Chicago Press: Chicago; 1994.

GILBERT, W.; CÔTÉ, J. *Defining coaching effectiveness: a focus on coaches' knowledge*. In: *Routledge handbook of sports coaching*. London: Routledge, p. 147-159, 2013.

KINGDON, J. W. *Agendas, alternatives, and public policies*. New York: Harper Collins, 1995.

LAWSON, H., 1984; 5-17.

LEGG D.; STEADWARD, R. *The Paralympic Games and 60 years of change (1948–2008): unification and restructuring from a disability and medical model to sport based competition. Sport in Society: Cultures, Commerce, Media, Politics*, v. 14, n. 9, p. 1099-1115, 2011.

LISTON, K.; GREGG, R.; LOWTHER J. *Elite sports policy and coaching at the coalface. International Journal of Sport Policy and Politics*, v 5, n.3, p. 341-66, 2013.

MALLET, J. C.; TRUDEL, P.; LYLE, J et al. *Formal vs. informal coach education. International Journal of Sports Science and Coaching*, v.4, n. 3, p. 325-334, 2009.

MENDES, A.; CODATO, A. *The Institutional Configuration of Sport Policy in Brazil: Organization, Evolution and Dilemmas. Revista de Administração Pública*, v. 49, n. 3, p. 563-593, 2015.

NELSON, L.; CUSHION, C.; POTRAC, P. *Formal, nonformal and informal coach learning: a holistic conceptualization. International Journal of Sports Science and Coaching*, v. 1, n. 3, p. 247-259, 2006.

TAYLOR, B.; GARRATT, D. *The professionalization of sports coaching: relations of power, resistance and compliance. Sport, Education and Society*, v. 15, n. 1, p. 121-139, 2010.

TRUDEL, P.; GILBERT, W. *Coaching and coach education. In: Handbook of physical education. London: Sage*, p. 516-539, 2006.

TRUDEL, P.; GILBERT, W.; WERTHNER, P. *Coach education effectiveness. In: Sports coaching: professionalisation and practice. London: Elsevier*, p. 135-152, 2010.

RUGIU, A. S. **Nostalgia do Mestre Artesão**. Tradução: Maria de Lourdes Menon. Campinas: Autores Associados, 1998.

TARDIF, M. Saberes profissionais dos professores e conhecimentos universitários. Elementos para uma epistemologia da prática profissional dos professores e suas consequências em relação à formação para o magistério. **Revista Brasileira de Educação**, n. 13, p. 5-24, jan./abr., 2000.

VENUTO, A. A Astrologia como Campo Profissional em Formação. **Revista de Ciências Sociais**, Fortaleza, v. 42, n. 4, p. 761-801, 1999.

Considerações finais

Por fim, entendemos que o desporto paralímpico brasileiro, em específico nas modalidades atletismo e natação, são expoentes que representam o desenvolvimento de um campo desportivo, o qual ainda se resente de maior visibilidade e investimentos, embora os resultados obtidos em número de medalhas e a posição no *ranking* dos Jogos Paralímpicos, o desporto paralímpico nacional está entre os dez melhores do mundo, o que é muito significativo.

Para tanto, consideramos também que nos capítulos sobre as especificidades do atletismo e natação, que os conhecimentos para atuação profissional deva fazer parte dos programas de Educação Física, da formação inicial à continuada.

Em relação à formação inicial em Educação Física dos treinadores paralímpicos, participantes desse estudo, ressaltamos sua precariedade, haja visto que as formações informais e não formais foram as principais fontes de conhecimento para eles.

Ou seja, mesmo que somente tivessem tido disciplinas, entendemos não ser o suficiente para uma formação adequada, pois é também fundamental a importância dos estágios, pesquisa e extensão. Portanto, atribuir somente às disciplinas curriculares uma formação que forme para a atuação profissional fragiliza a formação e a construção de carreira, pois o egresso não estando preparado para o mercado de trabalho do desporto paralímpico, por vezes irá se valer de suas experiências como ex-atleta; cursos de final de semana e oportunidades ocasionais para ingressar nesse campo de atuação, ao passo que a busca de oportunidades devido ao direcionamento da formação inicial torna-se uma exceção.

Dessa forma, o desporto paralímpico tem ainda abordagem incipiente nos currículos da Educação Física, seja pela falta de estrutura das instituições

formadoras, como pela não aproximação dos graduandos com esse mercado de trabalho.

Além disso, a casionalidade de ingresso dos treinadores no desporto paralímpico reflete que os currículos dos cursos de Educação Física estão em processo de consolidação e há necessidade de mais pesquisas para compreender a inserção do desporto paralímpico para formar futuros profissionais para esse campo de atuação.

Livros da Coleção Literária

1. Fragmentos Históricos da Regulamentação da Profissão de Educação Física e da Criação e Desenvolvimento do CREF4/SP
2. O Desporto Paralímpico Brasileiro, a Educação Física e profissão
3. Treinamento de força: saúde e performance humana
4. Faculdade Aberta para a Terceira Idade: educação para o envelhecimento e seus efeitos nos participantes
5. Gestão, Compliance e Marketing no esporte
6. Ginástica laboral e saúde do trabalhador
Saúde, capacitação e orientação ao Profissional de Educação Física
7. Projeto Desporto de Base (PDB): 30 Anos de História e Realizações (1989/2019)
Um breve relato de experiência da cidade de Piracicaba/SP e uma proposta metodológica para programas de formação e lazer físico-esportivo
8. Estratégias de Recuperação e Controle de Carga de Treinamento
9. Atividade Circense
Ações pedagógicas na licenciatura e no bacharelado
10. Os primeiros passos em Fisiologia do Exercício: Bioenergética, Cardiorrespiratório e gasto energético
11. Eu não estudei para isso: temas emergentes no estágio em Educação Física
12. Métodos contemporâneos para elaboração de programas de treinamento de esportes de alto rendimento
13. Dinâmicas lúdicas no ambiente corporativo: da teoria à prática
14. Futebol profissional: metodologia de avaliação do desempenho motor
15. Leis de incentivo ao esporte: novas perspectivas para o desporto brasileiro
16. Memórias de Boas Práticas no Esporte: Profissionais de Educação Física no contexto do olimpismo
17. Paralelos entre a iniciação competitiva precoce e a formação de técnicos de Judô
18. Hiit Body Work: a nova calistenia
19. Recomendações para prática de atividade física e redução do comportamento sedentário
20. Orientações para avaliação e prescrição de exercícios físicos direcionados à saúde

Este livro, composto com tipografia Palatino
Linotype e diagramado pela Malorgio Studio,
foi impresso em papel Offset 90g pela Teixeira
Impressão Digital e Soluções Gráficas Ltda
para o CREF4/SP, em Novembro de 2019.

COLEÇÃO LITERÁRIA EM HOMENAGEM AOS 20 ANOS DA INSTALAÇÃO DO CREF4/SP

O Conselho Regional de Educação Física da 4ª Região – CREF4/SP foi instituído pela Resolução CONFEEF nº 011/1999 e a designação e posse de seus primeiros conselheiros, membros efetivos e suplentes, pela Resolução CONFEEF nº 017, de 29/10/1999, com jurisdição no Estado do São Paulo e sede na sua capital. No dia 06 de dezembro de 1999, em ato solene de sua instalação nas dependências do prédio de administração do Ginásio do Ibirapuera, o CREF4/SP iniciou sua história.

Passados 20 anos, com sede em local privilegiado e de fácil acesso aos Profissionais de Educação Física do Estado, mudaram Conselheiros e Diretorias, mas os objetivos deste Conselho permanecem os mesmos: garantir à sociedade o direito de ser atendida com excelência por Profissionais de Educação Física, habilitados pelo registro; normatizar, fiscalizar e orientar o exercício da profissão, de acordo com o que preconiza o Código de Ética Profissional.

Organizamos uma Coleção de 20 livros com o objetivo de proporcionar atualização de conhecimentos do Profissional com leituras variadas e de qualidade, tendo como proposta a orientação e o aumento do acervo de obras destinadas à Educação Física.

Os livros que compõem esta coleção possuem temas diversificados, abrangendo as áreas de: história, desporto paralímpico, treinamento, gestão, atividades para terceira idade, ginástica laboral, desenvolvimento de projetos, controle de carga, atividades circenses, fisiologia do exercício, escola, esportes, ludicidade, legislação, relatos de experiências, exercício e saúde, e combate ao sedentarismo.

Esperamos que a Coleção Literária, em Homenagem aos 20 anos da Instalação do CREF4/SP, colabore com o fortalecimento de nossa Profissão.

Conselheiros do CREF4/SP

“Somos nós, fortalecendo a Profissão”



ISBN 978-85-94418-31-9



9 788594 418319 >